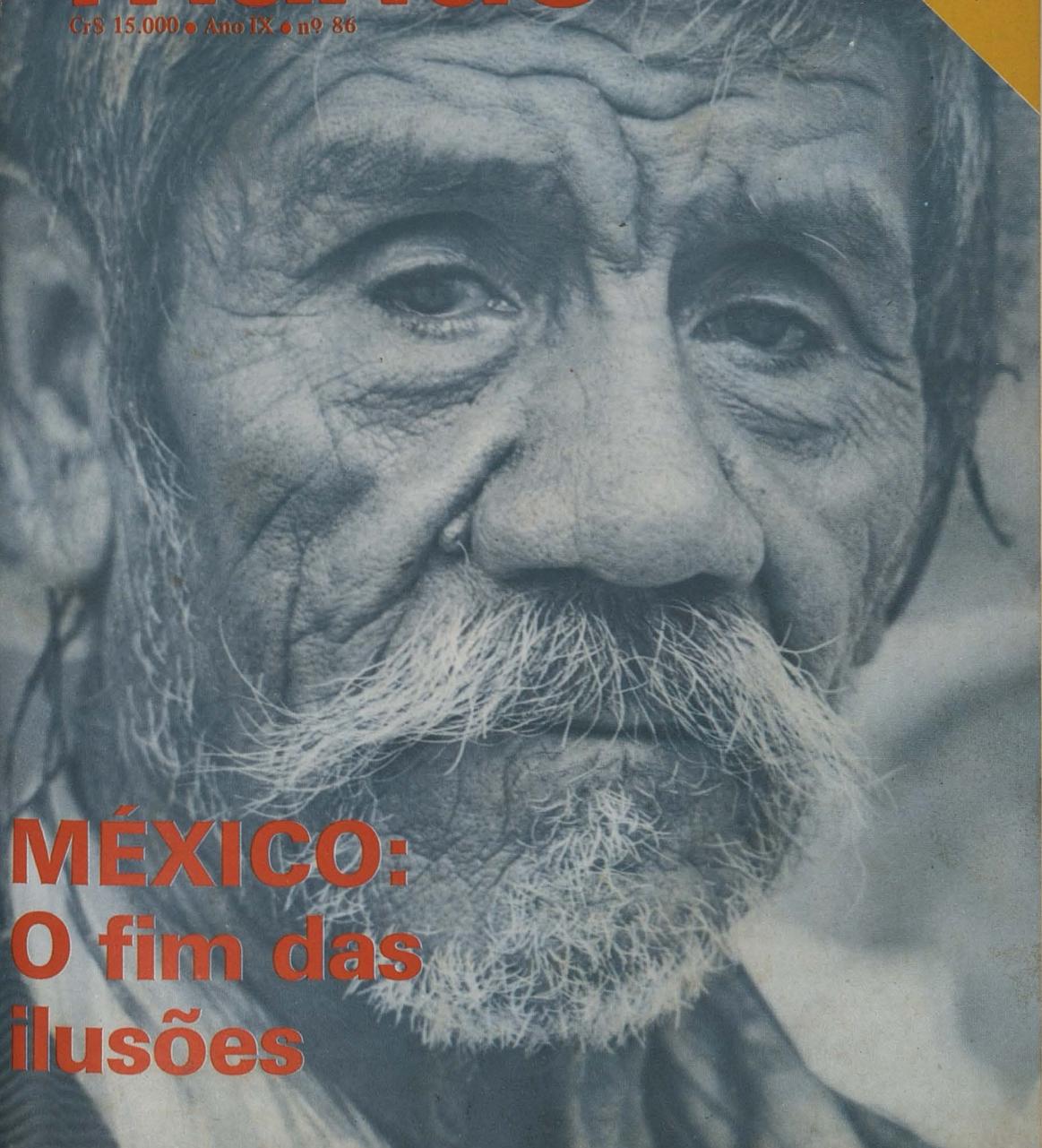


cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 15.000 • Ano IX • nº 86

FILIPINAS:
A hora da mudança?



MÉXICO:
O fim das
ilusões

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Editora: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha
Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha
Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha
Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha
Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha	Editor: J. M. L. da Cunha

México, um gigante ferido

cadernos do terceiro mundo deve muito ao México. Foi o país que acolheu nosso projeto, quando o surgimento das ditaduras militares no Cone Sul nos expulsou dessa região e por momentos pareceu inviabilizar nossos sonhos.

Como vinha fazendo desde as primeiras décadas do século — quando para lá convergiram, por exemplo, os republicanos desterrados pela vitória franquista na Espanha ou León Trotsky, por discordar dos rumos da revolução soviética —, nos anos 70 o México voltou a acolher milhares de latino-americanos perseguidos por causa de sua militância e fidelidade a seus ideais.

Apesar de nossos estreitos vínculos profissionais — inclusive afetivos — com amplos setores mexicanos, nunca dedicamos uma de nossas capas à problemática do país que nos havia acolhido, talvez por estarmos por demais comprometidos, emocionalmente, com toda a evolução política e social do país para podermos manter a distância que

exige um trabalho imparcial e objetivo. Mas a análise da realidade mexicana sempre foi objeto de nosso interesse profissional. Por se tratar de um país com uma história tão rica e de posições nacionalistas tão marcantes, por ter sabido conviver com tanta dignidade com um vizinho tão incômodo como os Estados Unidos sem curvar-se à sua influência cultural nem às suas imposições políticas, por sua liderança em matéria de política externa e, em particular, pelo seu empenho em assegurar uma paz justa na América Central, o México conquistou rapidamente o nosso respeito e o dos que lá se haviam refugiado.

Cabe-nos, neste momento, abordar a conjuntura desse gigante hoje ferido, que sofre as consequências de uma crise que veio se gerando lentamente e que agora está aflorando sem pudor. Estamos convencidos de que toda a América Latina está unida a esse povo irmão neste momento difícil que, fazendo jus a seu passado, certamente saberá superar.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)

Roberto Remo Bissio

(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro

Juan Somavía

Henry Pease García

Aquino de Bragança

Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista Mensal nº 85

Dez. 1985/Jan. 1986

Preço de capa: Cr\$ 12.000

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves, Artur Poemer

Departamento de Arte:

Sonia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samaral

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza, Helena Felício (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca e João de Abreu

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincoc, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Marantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserat Filho, Heribert de Souza, Theotonio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rummell, David Fig, AW.Singham, Alex Mashinini, Laurine Platksy, Ana Maria Urbinha, Liga Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Grádia Kuncar, Hugo Neves, Ottoniel Martínez, Deborah Huntington, Alain Nairn, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Diaz Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casnader, Phillip Harris, Abdul Nafez, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvares, Carlos Núñez, Pablo Marínez, Mario de Cautín, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopal Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94

Buenos Aires: Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicarágua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerfield, Maputo

Circulação em 70 países

EDIÇÕES REGIONAIS

Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabava Filho
Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Imprensa

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799
Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro, RJ - Telef: 242.1957-Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50
Telex: 42720 CTM-TE-P

Edições em espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isla la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Jerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S.A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto da capa: Beatriz Bissio. A foto é do coronel Pedro García, que combateu na Revolução Mexicana de 1910 ao lado de Emiliano Zapata.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belice City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rue Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. **El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador.** **ESTADOS UNIDOS:** Praire News Agency, Chicago, III. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, III. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, DC. Bookworks, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Librairie Censeur, Paris. **ÉKINÉO:** Biarritz. **GRÂ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Manágua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijornal, Rua José Antônio de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. **La Tertulia, Rio Piedras.** **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. **CEDEC:** São Domingos. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Librería Latinoamericana. Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideu. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

estante do terceiro mundo

O reembolso
que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 86, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

• Forfe a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

• Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:
 estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinatura preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Data / /

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.

PENSO

logo insisti



PENSO LOGO INSISTI

de Jorge Arbach

É um livro importante para quem aprecia "cartuns" e o grafismo jornalístico contemporâneo. Jorge Arbach foi publicado no Pasquim, Jornal do Brasil, Tribuna de Minas, Cadernos do Terceiro Mundo e outros. 96 páginas em papel cuchê.

E-63 Cr\$ 50.000



CONTRA VENTO E MARE

Grupo Areito

Obra coletiva de 47 jovens cubanos levados para o exílio, por seus familiares, à época da revolução. O livro apresenta a visão dos que, embora vivendo "no meio de uma das comunidades mais reacionárias do mundo", reencontraram-se com suas origens nacionais e culturais e, contra todas as probabilidades, identificaram-se com o processo revolucionário cubano. 204 pp.

E-60 Cr\$ 45.000

O PROBLEMA DA VERDADE - TEORIA DO CONHECIMENTO

Jacob Bázarian

O autor examina a verdade e seu critério (a *práxis*) à luz do materialismo dialético criativo e - pela primeira vez na história da filosofia - faz uma análise científica do papel da intuição no processo do conhecimento. Apresenta uma teoria original, que chama de intuição heurística, como método para descobrir a verdade e encontrar a solução de problemas pessoais e profissionais de qualquer espécie. 224 pp.

E-62 Cr\$ 45.000

ENCADERNAÇÃO DOS 06 PRIMEIROS NÚMEROS DE CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Encadernado em capa dura, o volume contém as primeiras seis revistas da edição brasileira dos cadernos, mais precisamente do período que vai de junho a dezembro de 1980. P-576 págs.

E-64 Cr\$ 70.000

JACOB BAZARIAN O PROBLEMA DA VERDADE TEORIA DO CONHECIMENTO



Aproveite já! Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas do jornal Nas Bancas, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do jornal Nas Bancas.
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do jornal Nas Bancas
1 assinatura da revista	4 semanas do jornal Nas Bancas

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 03 parcelas de Cr\$ 60.000,. A 1^a parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2^a e 3^a parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 150.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 03 parcelas de Cr\$ 60.000,. A 1^a parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2^a e 3^a parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 150.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 03 parcelas de Cr\$ 60.000,. A 1^a parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2^a e 3^a parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 150.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel:

em ()
em ()
em ()

em nome da Editora Terceiro Mundo
em nome da Editora Terceiro Mundo
em nome da Editora Terceiro Mundo

Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep:

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep:

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ vale postal-ag. central – em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Brinde escolhido:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep:



6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

16 Editorial – As negociações com o FMI e os bancos

18 Matéria de capa – México: O fim das ilusões

20 O panorama político, *Josefina Morales*

25 A crise econômica, *Ignacio Hernández*

30 O impacto do terremoto na produção

35 Cultura e soberania nacional, *Lucina Jiménez*

39 As relações com os Estados Unidos, *Victor Flores García*

43 A luta pela paz e pelo desarmamento, *Ricardo Góvela*

América Latina

45 EUA voltam a treinar forças policiais, *Gregorio Selser*

Africa

51 Angola: Um congresso renovador, *Beatriz Bissio*

54 Presidente Dos Santos: "A demagogia leva ao descrédito"

57 África do Sul: A guerra no Cabo, *Tony Weaver*

60 Saara Ocidental: Impasse militar e êxitos políticos, *Baptista da Silva*

Cultura

63 "Minha vida é Moçambique", entrevista com *Janet Mondlane*

69 Notas

Economia

70 Cingapura: desmorona a pirâmide especulativa, *Deodoro Roca*

72 Notas

Comunicação

73 As agências alternativas de imprensa, *Horacio Castellanos Moya*

76 A arma radiofônica na guerra de Timor Leste, *Guilherme Belo Marques*

78 Notas

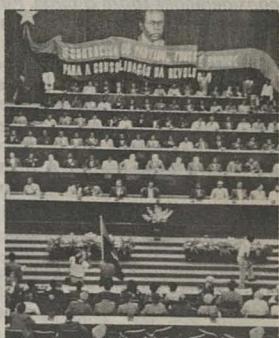
79 Especial – Filipinas: A hora da mudança?, *Claude Alvares*

80 O "parlamento das ruas" contra a ditadura

88 A crise pode gerar um novo Vietnã

92 A violência diária contra a oposição

96 Humor: Wasserman



Angola: o 2º Congresso é uma vitória do MPLA



Janet Mondlane: a biografia do fundador da Frelimo



Filipinas:
o que esperar das eleições?

Cartas

A luta no Saara

Recebemos do embaixador do Marrocos no Brasil, o jornalista e parlamentar Mohammed Larbi Messari, uma extensa carta dirigida a nossa colega Carolina Quina, da sede de Lisboa, autora de um artigo sobre a questão saaraui publicado no número 79 da edição brasileira. Nessa carta o representante do governo do Reino do Marrocos no Brasil faz longas considerações sobre o tema. Por questão de espaço é impossível a publicação da carta na íntegra, porém acreditamos que o resumo que apresentamos aos nossos leitores respeita as principais argumentações do embaixador, ao qual inclusive tivemos oportunidade de conhecer pessoalmente pois visitou a nossa sede no Rio de Janeiro, quando mantivemos um diálogo sobre o tema.

Quem lhes escreve é um colega marroquino. Sou jornalista, presidente da associação de jornalistas marroquinos de língua espanhola. Fui designado recentemente embaixador em Brasília, em decorrência de uma campanha que um grupo de intelectuais fez para estreitar os laços de amizade com a América Latina. Isto é, uma forma de dizer "mãos à obra". Eu tenho o propósito de estender a partir daqui uma ponte cultural entre meu país e o Brasil (...). Depois voltarei tranquilamente ao meu jornal, onde trabalho há 22 anos (...).

(...) Escrevo a respeito do número 79 da revista *cadernos do terceiro mundo* que tenho lido com atenção desde que aqui cheguei. Refiro-me ao artigo sobre a questão do Saara, que reflete uma certa falta de informação (...).

(...) É preciso conhecer a situação da África do Norte para tecer um julgamento sobre o caso e compreender os elementos geoestratégicos da situação na zona, sobretudo o antagonismo argelino-marroquino, devido ao qual a Argélia nunca cessou de criar problemas ao nosso país (...). A política argelina persegue um objetivo: criar problemas ao Marrocos para enfraquecê-lo. Antes que surgisse a questão do Saara com suas atuais dimensões, conhecemos outros "polisários" fabricados pela Argélia. A 3 de março de 1973

esse país infiltrou um comando armado para criar distúrbios no Marrocos. E isso se deu precisamente quando se iniciava no Marrocos um processo de democratização decorrente da adoção da Constituição vigente (março de 1972). Alguns anos antes, em diversas ocasiões, o Marrocos viu-se frente aos mesmos problemas: comandos armados integrados por marroquinos que se infiltraram a partir da Argélia para desestabilizar o país.

Antigamente a Argélia se apoiava nos adversários do regime. Agora, isto é, desde 1975, passou à outra tática. Cincicamente, inventa-se um "povo", ergue-se a bandeira do princípio da "autodeterminação" e a finalidade é sempre a mesma: desestabilizar o Marrocos (...).

Quando a Espanha estava disposta a evacuar o Saara em consequência do acordo sobre a descolonização, a Argélia enviou tropas de seu exército regular para ocupar esse território e estabelecer um corredor em direção ao Atlântico, projeto almejado ansiosamente por Boumedienne. Só que o Marrocos, tão atento às manobras dos seus maus vizinhos, opôs-se drasticamente à tentativa argelina e dizimou, literalmente, a coluna invasora. Isso ocorreu em janeiro-fevereiro de 1976. O acontecimento tem um nome: a batalha de Megala (...).

(...) O artigo também se refere a alguns aspectos diplomáticos e jurídicos da questão do Saara (...), que é uma das zonas do Marrocos, país que foi dividido pelas potências colonialistas (...) em várias zonas de influência porque sofreu a colonização de várias potências e em diversas etapas.

No caso do Saara, a descolonização se deu em dois tempos:

1) Entre 1956-1975 o conflito era com a Espanha. Uma revista séria como *cadernos* tem que estar bem documentada e deve dispor, entre outras coisas, das resoluções da ONU sobre o litígio territorial hispano-marroquino. Citarei, a título de exemplo, a resolução de 16 de outubro de 1964 pela qual a ONU estabelecia que a Espanha devia descolonizar o Ifini e o Saara, considerando os territórios marroquinos.

Precisamente naquele ano foram descobertas no Saara enormes jazi-

das de fosfato, o que induziu a Espanha a fazer o possível para conservar esse território. A questão do Ifini foi resolvida com base em um acordo hispano-marroquino, segundo o qual o Marrocos oferecia à Espanha facilidades de pesca em águas territoriais marroquinas. Quanto ao Saara, a Espanha empenhou-se em distorcer os fatos e o Marrocos lançou um desafio ao país colonizador: organizar um referendo para definir a autodeterminação da população do território.

A Espanha nunca quis organizar o referendo porque sabia que o resultado seria favorável ao Marrocos. A Espanha alegava que a extensão do território e o tipo de vida dos habitantes, majoritariamente nômades, impediam a realização do plebiscito. O Marrocos propôs, então, sempre com o propósito de encontrar uma saída que traduzisse a vontade de seus habitantes, a convocação de uma assembleia representativa, a *Jemaâ*, organismo que fora formado pela própria administração colonial. A Espanha concordou devendo à difícil situação em que se encontrava quando da morte de Franco, a fim de evitar um conflito social na fase pós-franquista.

2) A segunda etapa nasce precisamente quando se inicia a descolonização. Isto é, a Argélia, contrariada por ter perdido a ocasião de instalar em seu território um Estado satélite, opôs-se ao acordo de Madri e conforme vimos acima empenhou-se numa intervenção militar (podem consultar os jornais da época que registraram o episódio de Megala).

O fato de existir tanta literatura a respeito, tantas resoluções, gestões, negociações etc. deve-se a dois elementos de diferente natureza:

a) A Argélia tem um objetivo bem definido de criar problemas ao Marrocos. É um país produtor de petróleo e inclusive apresenta uma imagem "progressista" graças a seu peso inegável nos círculos internacionais e dispõe dos meios e dos requisitos para mobilizar-se ativamente. Por isso está empenhada em marcar sua presença nos foros internacionais, onde os marroquinos e os argelinos sempre se enfrentam. Por exemplo, na corte de Haia uma delegação argelina representativa apoiou (uma vergonha!)

a tese da potência colonizadora contra o Marrocos, um país irmão.

b) O segundo elemento consiste em que o Marrocos, querendo evitar um conflito armado com seu vizinho, optou pelo diálogo nos foros internacionais e a nível bilateral, para facilitar uma solução política, a mesma coisa que a Espanha fez. O Marrocos chegou ao extremo quando propôs a realização de um referendo no Saara, tal como fez a Espanha. Mas a Argélia, ao ser vencida pelo Marrocos — tanto no terreno das idéias como no militar — não gostou da iniciativa pacífica marroquina e desde 1981 dificulta a realização do referendo proposto pelo Marrocos na OUA. Em suma, o Marrocos deixou a porta aberta ao diálogo, fazendo muitos sacrifícios para evitar o conflito e para facilitar uma solução pacífica (...)

(...) A matéria também faz alusão a que o Congresso marroquino é uma instituição submissa. Eu sou parlamentar da oposição e, salvo o orçamento destinado à defesa nacional, nenhuma questão passa pelo Congresso sem que o governo pague o tributo do diálogo parlamentar, tal como é praticado nas sociedades plurais. Os senhores, como a revista *cadernos do terceiro mundo*, devem saber que em outros países há um partido único que indica os candidatos únicos, existe somente o jornal do partido, as votações são sempre por unanimidade e ditadas pelo poder executivo. No Marrocos há oito partidos, dez jornais (entre eles um do governo e dois semi-oficiais). Isso não significa que seja uma democracia perfeita, há muitos defeitos mas existe uma verdadeira vida política e uma luta social muito intensa, porém num clima de abertura. (...)

Em vez de falar da "intransigência de Hassan 2º", deviam falar da longa paciência de Hassan 2º que, apesar da ciência de Hassan 2º que, apesar da complexidade da situação, empenhou-se numa tarefa difícil para evitar um confronto aberto com a Argélia e tentou por todos os meios uma saída pacífica.

Mohammed Larbi Messari, embajador do Reino do Marrocos no Brasil

Sobre o caso "Achille Lauro"

A propósito do caso "Achille Lauro" quero dizer que discordo completamente da ação norte-americana, que é apenas mais um ato terrorista do governo Reagan (como o caso dos aviões líbios abatidos sob o golfo de Sidra, a invasão de Granda e a minagem dos portos nicaraguenses), que tem como objetivo principal afrontar a OLP e privar os palestinos de seus direitos, reconhecidos pela Carta da ONU.

E mais uma vez gostaria de lembrar ao mundo o covarde ataque de Israel à sede da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Túnis, no qual pelo menos 73 pessoas morreram, e ainda a indecisão dos EUA em aceitar a moratória sobre os testes nucleares proposta pela URSS.

Aproveito estas últimas linhas para agradecer à revista *cadernos do terceiro mundo* por nos dar informações que muitas vezes são omitidas pelas agências de notícias das grandes potências.

Marco Túlio F. Batista — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Descobrindo um mundo novo

Sou assinante de *cadernos* há um ano. Vocês não imaginam o quanto é gratificante constatar que a "nossa" revista se aprimora a cada mês. Como estudante de Ciências Sociais, gosto de ressaltar que *cadernos* tem tido uma importância relevante na minha formação acadêmica. Através de *cadernos* podemos descobrir um mundo novo, completamente diferente daquele que nos é mostrado pela imprensa comprometida com os interesses que nos impediram até de falar nos últimos 21 anos. (...)

A imprensa, no meu modo de ver, tem que caminhar de mãos dadas com o povo, dizendo sempre a verdade, criticando, opinando de forma correta e, assim, contribuindo de modo decisivo nesse processo difícil, mas por isso mesmo gratificante, de construir uma terra realmente livre.

Ronaldo dos Santos Sant'Anna — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Opiniões de um leitor

Venho através destas linhas apresentar as minhas opiniões acerca de

três assuntos distintos, (...). O primeiro: A televisão e a alienação. É incrível a quantidade de enlatados americanos que somos obrigados a ver todos os dias em nosso aparelho de televisão. Filmes como "Missão Secreta", "Trovão Azul", "Moto Laser" e centenas de outras imundícies americanas só nos tentam demonstrar uma coisa: a "superioridade" da "raça" norte-americana.

O segundo tema é a Democracia da Nova República e o Nordeste. (...) Não nos iludamos, não há coerência alguma em falarmos de Democracia Plena enquanto existir esse desprezo político com relação ao Nordeste. Todos sabemos que a região é viável e merecedora, então — por questões, inclusive, de soberania nacional — de um tratamento condizente com as suas reais necessidades e aspirações.

(...) O terceiro assunto: a política norte-americana diante do *apartheid*. (...) Quem conhece um pouco a política de Reagan sabe muito bem que se trata apenas de um ato de "coerência ideológica" da sua política imperialista, neocolonialista e anti-terceiro-mundista. A qualquer momento "eles" poderão enviar suas tropas militares para apoiar o regime do infame Peter Botha, mantendo assim, não somente a coerência político-ideológica, mas também a lucratividade existente nas relações com tão fiel e "disciplinado" aliado político.

Expedito N. Filho — Mossoró — RN — Brasil

Leitor surpreendido

Com relação ao artigo de Carlos Núñez "Um programa para Sanguineti" do nº 80, declaro-me surpreendido diante de suas considerações sobre o projeto dos partidos Blanco e Colorado que cria a chamada Corporação para o Desenvolvimento e que tramitou junto com o de refinanciamento da Dívida Interna.

Nos acordos da Conapro (Comissão Nacional Programática) os termos de definição da Corporação não eram vagos mas extremamente claros como se constata ao lê-los. Além disso o projeto final de ambos partidos não tem nada a ver nem sequer com o projeto do Partido Nacional, apresentado no mês de maio no Parlamento. Pelo atual projeto aprovado na Câmara de deputados por blancos

Cartas

e colorados se cria uma mini-corporação que não servirá para o desenvolvimento mas sim para legalizar a compra de carteiras dos bancos, como diz o artigo correspondente do projeto: "Faculta-se à Corporação a adquirir total ou parcialmente das Instituições privadas de intermediação financeira, créditos de empresas devedoras daqueles".

Por outro lado, nem o Ministro Zerbino nem nenhuma direita econômica manifestaram desagrado por um projeto que lhes é próprio. Não nos enganemos, Sr. Carlos Núñez, em matéria econômica e de direitos humanos o Partido Nacional faz, em gíria futebolística, perfeita tabela com Júlio Marfa Sanguinetti e com o Imperialismo, e não é com desculpas vergonhosas dignas da "Democracia" que encobriremos o conluio.

Juan C. Córdoba - Príamo 1501
- Montevideu - Uruguai

Intercâmbio

- **Carlos A. Dias**
Rua Iturama, 383 - Bairro Amorim - Araguari - MG - CEP: 38.440 - Brasil
- **Jerônimo Vieira de Moraes**
Rua Viriato Correia, nº 39, Ap. 102, Boa Viagem - Recife - PE - CEP: 50.000 - Brasil
- **Isidoro Antônio Ferreira**
C.P. 373 - Bissau - Guiné-Bissau
- **Luis Paulo Maria**
Praça do Pioneiro, Casa nº 18 - C.P. 1665 - Banguela - Angola
- **Eniara Mocellin Bernardi**
Rua Nelson Elhers, 180 sala 305 - Erechim - RS - CEP: 99.700 - Brasil
- **Norberto de Jesus**
IPUEC nº 42, Agostinho Neto - Ilha da Juventude - Cuba
- **Ana Maria Soares**
C.P. 12.172 - São Paulo - SP - CEP: 02.098 - Brasil
- **Rodrigues Manuel Filipe**
C.P. 6363 - Luanda - Angola
- **Ivaldo Inacio Gomes**
Rua dos Pinheiros, 103, Conjunto Anatolia - João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.000 - Brasil
- **Inaki Olaia**
c/ Hernani, nº 9, 6 esqº - 48.003 - Bilbao - Espanha

A resposta do autor do artigo

Exaltações de lado, o leitor Córdoba pode ter parte da razão em suas opiniões sobre o projeto de Corporação para o Desenvolvimento finalmente aprovado pelo Parlamento, embora - obviamente - se trate de matéria controversa. O ato é que, por razões facilmente compreensíveis - tratando-se de uma revista mensal e de circulação internacional como *cadernos do terceiro mundo* - a nota aludida foi escrita com considerável antecedência ao momento em que chegaria às mãos dos leitores, e, a essa altura era indiscutível que o ministro Zerbino e a "direita econômica" a que o leitor alude manifestavam publicamente seu desagrado diante do projeto original.

Que posteriormente boa parte (a mais controversa) desse projeto original "ficou pelo caminho", o que era de início imprevisível para a

maioria dos observadores, incluindo sem dúvida o próprio senhor Córdoba.

De qualquer forma, é claro que nem a nota referida nem estes esclarecimentos podem ser qualificados como "desculpas vergonhosas" - que não são o caso (as desculpas) nem hábito (a vergonha) - e que nem *cadernos* nem este redator se prestariam de modo algum a encobrir nenhum "conluio".

Carlos Núñez - Montevideu - Uruguai.

Nota da Redação:
Agradecemos e retribuímos aos leitores e amigos os votos e saudações recebidos por ocasião das festas de fim de ano.

- **Manuel Lubange Bande**
Aluno da Escola Juventude em Luta, Apartado 6171-C - Luanda - Angola
- **Luiz Luciano**
Rua Francisco Lobo, 107 - Pq. São Rafael - São Paulo - SP - CEP: 08.400 - Brasil
- **Elias Franciso**
C.P. 1476 - Benguela - Angola
- **Elaine Monteiro Maciel**
Rua João Suassuna, 182, Ed. Abdallah, Ap. 206 - Campina Grande - PB - CEP: 58.100 - Brasil
- **Francisco João da Cunha "Kito"**
A/c João Manuel da Cunha - C.P. 5994 - Direção Nacional de Investigação Criminal - Luanda - Angola
- **Paulino José Salvador "Paulão"**
C.P. 509 - Luanda - Angola
- **José Artur Vasco Canduço**
A/c Samuel S. Canduço - C.P. 60 - Benguela - Angola
- **Eglida Oliveira**
Rua São Carlos, 231 - Bairro Floresta - Porto Alegre - RS - CEP: 90.000 - Brasil
- **Mateus de Almeida Correia**
C.P. CTT da Precool - Luanda - Angola
- **Francisco José Echegaray**
Calais 712 - Ext. El Comandante - Rio Piedras - 00.924 - Porto Rico

Panorama Tricontinental

Moçambique prepara eleições

■ O sistema eleitoral moçambicano entrou em ação logo depois da Assembléia Nacional ter decidido, no final de 1985, realizar este ano a segunda eleição geral desde a independência. O mecanismo de preparação do pleito envolve centenas de reuniões a nível distrital e provincial para a escolha de assembléias representativas que por sua vez indicarão os delegados nacionais para preenchimento das 223 vagas no parlamento. A decisão de realizar eleições vinha sendo adiada desde 1982, quando o pleito foi suspenso em virtude dos ataques armados de grupos terroristas e das invasões diretas promovidas pela África do Sul.

O atual parlamento foi eleito em 1977 e deveria terminar o seu mandato em 1982. Segundo decisão tomada no final do ano passado, o processo eleitoral será levado adiante apesar da situação difícil que o país enfrenta e dos contínuos ataques organizados pelo grupo terrorista Renamo, apoiado pela África do Sul. O ministro das Relações Exteriores, Joaquim Chissano, disse, ao anunciar a realização de eleições gerais este ano, que a Renamo provavelmente tentará de todas as maneiras impedir a escolha dos delegados distritais e provinciais, mas o governo e o partido Frelimo vão deflagrar uma mobilização geral para garantir a normalidade do processo.

A data definitiva da votação será anunciada pelo presidente Samora Machel, que simultaneamente à mobilização eleitoral iniciou um processo de correção de irregularidades administrativas e do desperdício de recursos

essenciais. A nova campanha de "retificação de desvios" envolverá também os organismos de segurança popular, acusados de praticarem violências contra a população. Várias medidas econômicas de austeridade foram adotadas nos primeiros dias de janeiro, depois que a Assembléia Nacional moçambicana aprovou, em dezembro, um novo orçamento nacional prevendo um corte de 3% nas despesas públicas. O orçamento elevou os gastos com defesa em 9%, fazendo com que em 1986 as forças armadas populares passem a ter uma verba de aproximadamente 260 milhões de dólares, que equivale a cerca de 40% das despesas do governo, até o final do ano.



Samora Machel

Índios contratados pela Petroperu

As comunidades nativas da região amazônica do Peru que vivem na zona do oleoduto noroeste da empresa estatal Petroperu serão encarregadas da limpeza e da vigilância dessa rede de escoamento de petróleo cru. Segundo contrato firmado recentemente, os índios terão melhoradas suas condições de vida.

O gerente-geral da empresa, Carlos Lizier Gardella, disse ser esta a primeira vez que se faz acordo diretamente com os "Apus" ou caciques das tribos para que elas realizem esses trabalhos. Explicou que, na administração ante-

rior, esse trabalho também acabava sendo feito pelos nativos, porém através de intermediários que os exploravam.

"Nós colocamos um ponto final nessa exploração ao negociar diretamente com as 27 comunidades nativas", acrescentou, lembrando, ainda, que "os índios contarão com a prestação de serviços médicos e receberão educação básica, seguindo programas do governo". Carlos Lizier Gardella revelou, ainda, que em dezembro passado o Peru bateu o recorde de produção de petróleo nos últimos cinco anos, ao estabelecer a cota de 32 mil e 528 barris diários na zona noroeste do país, ultrapassando a média anual, que é de 26 mil barris diários.

Libéria: depois das eleições, a ditadura

Grupos de oposição dentro e fora da Libéria lançaram uma campanha de denúncias contra as arbitrariedades cometidas pelo presidente Samuel Doe. Logo após as eleições de outubro do ano passado e da frustrada tentativa de golpe em novembro, o governo fechou várias instituições como a União de Jornalistas, o Sindicato de Professores, a União de Estudantes e o Comitê Universitário. Todas estas organizações foram acusadas de atividades antigovernamentais e cumplicidade indireta com os golpistas, cujo líder, o ex-general brigadeiro Thomas Quiwonkpa, foi executado durante a fracassada tentativa de tomada do poder.

A perseguição contra pessoas e entidades que discordam da orientação personalista do ex-sargento Samuel Doe fez com que os grupos opositores classificassem de ditatorial o atual regime da Libéria. As eleições de outubro foram consideradas pela oposição como as mais corruptas da história do país e deram a vitória a Doe com 51% dos votos. A fracassada rebelião militar do general Quiwonkpa prometia novas eleições livres, mas tudo ficou apenas numa proclamação lida na rádio Elwa (Amor Eterno à África) pelo próprio chefe da conspiração. Ele não conseguiu tomar o palácio presidencial, do que se valeu Doe para rearticular seus adeptos e neutralizar a rebelião.

Todos os líderes de partidos opositores foram detidos após a tentativa de golpe e alguns deles foram liberados após interrogatórios que duraram até um mês. Outros continuavam no entanto detidos até meados de janeiro, como a ex-ministra de Finanças, Ellen Sirleaf, e o presidente do Partido de Ação Li-

beriana, Jackson Doe (que não é parente do presidente). A situação em Monróvia é de perseguição permanente aos suspeitos de atividades antigovernamentais. Ao mesmo tempo, os funcionários públicos tiveram seus salários reduzidos em 25%,



Samuel Doe

depois que o governo norte-americano, o principal suporte econômico de Doe, decidiu rever vários projetos de ajuda avaliados em 96 milhões de dólares.

A economia liberiana é virtualmente controlada pela transnacional *Firestone* que possui enormes plantações de borracha no país. O envolvimento com o personalismo de Doe acabou criando sérios embarracos para os governos ocidentais que hoje fazem discretos contatos com a oposição, na tentativa de substituir o atual regime. Doe também está em choque com os seus principais vizinhos, como a Serra Leoa, outro país governado por conservadores pró-norte-americanos.

O presidente Doe acusou Serra Leoa de apoiar o golpe fracassado do ex-general Quiwonkpa, apresentando como prova o depoimento de um funcionário, Lamin Kamara, que na televisão afirmou ter sido contratado para recrutar mercenários no país vizinho. Investigações posteriores revelaram, no entanto, que Kamara foi contratado pelo partido de Doe em agosto do ano passado, para organizar grupos clandestinos encarregados de ameaçar opositores ao atual presidente liberiano.

Juiz e cardeal são destaque no Chile

O juiz José Canovas e o cardeal-arcebispo de Santiago, monsenhor Juan Francisco Fresno, foram escolhidos como "personalidades do ano", no Chile, pela revista independente *Hoy*. Com 71 anos de idade, Canovas preside um processo judicial que apura o assassinato, por decapitação, de três opositores do governo, ocorrido em 31 de março de 1985.

O monsenhor Juan Fran-

cisco Fresno se destacou, no ano passado, por seus esforços no sentido de promover uma reconciliação dos chilenos depois de 12 anos de regime militar. Ele foi o principal articulador de uma reunião de 21 dirigentes de 11 partidos de direita, centro e de esquerda, que, em 25 de agosto do ano passado, divulgaram um documento "Acordo para uma Transição para uma Democracia Plena", no qual propõem às forças armadas no poder uma pacífica normalização institucional para o país.

Lesoto: o cerco sul-africano

Quando a rádio oficial do Lesoto informou no dia 20 de janeiro que o primeiro-ministro Leabua Jonathan havia sido derrubado e o general Justin Lekhanaya assumia o poder à frente de uma junta militar, foram poucos os habitantes do país tomados de surpresa. A geração do golpe não era um segredo e inclusive havia sido anunciada com antecedência, embora desmentida depois pelo próprio ex-primeiro-ministro.

O golpe acabou com 19 anos de governo de Jonathan e também com uma administração que vinha se caracterizando por um crescente distanciamento em relação a Pretória e por atitudes firmes de denúncia das violações a seu território pelos racistas sul-africanos. O general Lekhanaya manifestou pouco depois de assumir o poder sua simpatia pelo regime de minoria branca da África do Sul e nos círculos políticos dos países vizinhos se considera que a junta militar passará a ser uma peça a mais na engrenagem do poder racista.

O pequeno reino do Lesoto, encravado dentro do território sul-africano, vivia dias dramáticos desde meados de janeiro, quando todo o seu comércio exterior foi bloqueado por decisão das autoridades de Pretória. O cerco impediu o abastecimento de petróleo e de produtos de primeira necessidade, tornando praticamente insustentável a situação de Maseru, a capital do país.

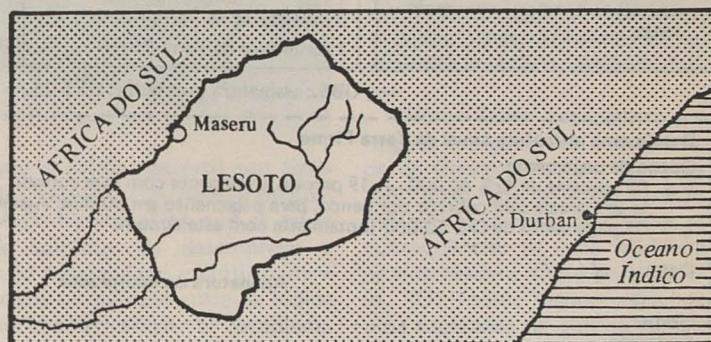
O fechamento das fronteiras foi determinado pela África do Sul como represália ao protesto apresentado perante as Nações Unidas pelo governo do ex-primeiro-ministro Jonathan. Nesse protesto o Lesoto denunciava o ataque sul-africano a Maseru, em dezembro de 1985, no qual mor-



Leabua Jonathan

Jonathan negou a existência desses campos em seu país e desmentiu que o Lesoto tivesse concedido algum tipo de ajuda militar ao ANC. Mas o governo estava na mira das autoridades sul-africanas por sua política anti-racista e seu apoio ao Comitê de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), uma entidade que pretende tornar os países dessa região independentes da tutela econômica sul-africana.

Não era a primeira vez que o Lesoto sofria represálias por resistir à pressões de Pretória. No final de 1984 haviam sido retidas



reram nove pessoas. Segundo o regime do *apartheid*, essa invasão teve como objetivo desmantelar supostos campos de treinamento militar de guerrilheiros do Congresso Nacional Africano (ANC).

as remessas de dinheiro de 400 mil trabalhadores do reino, empregados em empresas sul-africanas, o que criou em Maseru graves problemas financeiros e bancários.

CEE: Plano de ajuda para a África

Os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) admitem a possibilidade de lançar, em 1986, um plano de 160 milhões de dólares para ajudar a reconstrução das atividades rurais dos oito países africanos mais afetados pela

seca: Angola, Etiópia, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Sudão e Chade.

O plano previsto pela comissão europeia visa a assegurar a transição entre a ajuda alimentar maciça (1,25 milhão de toneladas de cereais), fornecida em 1985 pelos 10 países membros da CEE após o grande período de fome e a entrada em vigor da nova convenção de Lomé, este ano.

O tempo e os problemas do nosso povo não param de crescer. Impõe-se que, cada vez mais, um maior número de pessoas

desperte este país, discuta o Brasil, mas em alto e bom tom, com os pés no chão. Comece por você, já!

TERRA FIRME

REVISTA TRIMESTRAL

Junta ao(s) pedido(s) cheque nominal ou vale postal (ag. central) no valor correspondente.

SE VOCÊ CONSEGUIR	GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas de Terra Firme	1 LP de "Radamés Gnattali"
2 assinaturas de Terra Firme	1 assinatura trimestral de Nas Bancas
1 assinatura de Terra Firme	04 semanas de Nas Bancas

OBS.: assinatura p/ exterior: US\$ 25.

Cupom de Brinde

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- () 02 parcelas de Cr\$ 40.000,00. A 1^a parcela juntamente com este cupom.
(a 2^a parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
() 01 pagamento de Cr\$ 70.000 juntamente com este cupom.

Data: / / .

Assinatura do comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: Cep: Profissão:

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- () 02 parcelas de Cr\$ 40.000,00. A 1^a parcela juntamente com este cupom.
(a 2^a parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
() 01 pagamento de Cr\$ 70.000 juntamente com este cupom.

Data: / / .

Assinatura do comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: Cep: Profissão:

Desejo uma assinatura anual de Terra Firme.

Opção de pagamento:

- () 02 parcelas de Cr\$ 40.000,00. A 1^a parcela juntamente com este cupom.
(a 2^a parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde).
() 01 pagamento de Cr\$ 70.000 juntamente com este cupom.

Data: / / .

Assinatura do comprador

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Tel.:
Estado: Cep: Profissão:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em () cheque nominal ou () vale postal – ag. central – em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que os mesmos estiverem totalmente quitados.

Nome:
Endereço:
Bairro:
Estado:

Estados Unidos: onda de suicídios de jovens índios

Uma verdadeira "onda de suicídios" aconteceu numa reserva de Wyoming, no oeste dos Estados Unidos, onde 10 jovens indígenas se suicidaram em dois meses e outros nove tiveram que ser hospitalizados para que não seguissem o mesmo caminho.

Para alguns especialistas, esses atos de desespero constituem um grito de socorro de uma geração perdida, dilacerada entre uma cultura indígena em decadência e um mundo branco que a atrai e a repudia ao mesmo tempo. É o último grito de um milhão e meio de índios, dos quais 962 mil vivem em reservas ou em torno delas.

A onda de suicídios começou em agosto do ano passado, quando um índio de 19 anos se enforcou com uma meia, na prisão, onde tinha sido levado por embriaguês. Um de seus amigos, de 16 anos, o imitou, pendurando-se em uma árvore com uma calça presa ao pescoço. Todas as vítimas morreram por enforcamento.

Na reserva de Wind River (5.345 habitantes), o índice de suicídio é 62 vezes mais alto do



que a média nacional nos Estados Unidos. Um líder indígena, Mark Banks, disse que as taxas de suicídio, de desemprego e de mortalidade infantil batiam todos os recordes entre os índios norte-americanos. O problema inquieta os especialistas, porém, o Departamento para Assuntos do Índio em Washington não se pronuncia oficialmente. Mas os especialistas temem que a onda de suicídios continue a se alastrar.

Para Margene Tower, respon-

sável por um setor de saúde psíquica do estado de Montana, "as relações entre pais e filhos incutem nos últimos uma certa esperança quanto ao futuro, porém quando isso fica confuso, a comunidade está em perigo".

Os jovens índios não têm qualquer futuro, diante de pais alcoólatras e vivendo em uma reserva com uma taxa de desemprego de 80%. Vestidos de *blue-jeans* e *t-shirts* com desenhos de astros do *rock*, logo são tomados pelo tédio. "Muitos de nossos jovens não têm nada para fazer. Então bebem, vêem televisão e caem em depressão", explica uma autoridade responsável. Cerca de 51% dos jovens indígenas têm problemas de alcoolismo e 47% consomem drogas.

Víctor Golla, especialista em línguas indígenas da Universidade de Georgetown, em Washington, disse que a atual geração indígena é a que mais sofre as consequências de uma mudança de vida desde o início deste século. "Os índios faziam parte de uma sociedade de guerreiros, baseados na honra, que recordam um pouco as ordens de cavalaria da Idade Média". O seu mundo desmoronou, e agora seu único horizonte são as tristes e impessoais construções de uma reserva, numa paisagem de desolação.

Vietnã e EUA debatem questão dos desaparecidos

Os Estados Unidos e o Vietnã manifestaram-se satisfeitos com os resultados das conversações mantidas, em Hanói, por representantes dos governos dos dois países sobre o problema dos norte-americanos desa-

parecidos durante a guerra. O subsecretário de Defesa Richard Armitage, chefe da delegação dos Estados Unidos, disse que a questão foi exaustivamente debatida e que os entendimentos prosseguirão, pois as duas partes estão decididas a resolver o assunto, independentemente do progresso de outros aspectos das relações bilaterais.

O vice-ministro das Relações Exteriores vietnamita, Hoan

Bich Son, declarou que durante o ano de 1985 foram obtidos avanços sobre a questão e que o plano de dois anos proposto por Hanói para o problema já está em prática e se estenderá até 1987. Ficou, ainda, afastada a hipótese da instalação de um escritório permanente norte-americano no país, segundo revelou Richard Armitage, ao término dos encontros.

Informática para o Terceiro Mundo

□ A informática pode representar um fator essencial para o desenvolvimento das nações emergentes do Terceiro Mundo. Essa é a conclusão do Primeiro Seminário do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Informática (Ibidi), realizado na cidade adriática de Bari. O Ibidi foi criado através de um acordo firmado pelo governo italiano com o Birô Internacional para Informação (IBI), agência ligada às Nações Unidas que coordena a política deste setor em cerca de 40 países.

Segundo membros do Ibidi, a entidade não pretende ser "um satélite governamental", mas sim um eficaz veículo de exportação da cultura da informática às nações do Terceiro Mundo. Participaram do seminário representan-

tes de 24 países em vias de desenvolvimento, principalmente africanos e latino-americanos, que chegaram à conclusão de que é mais fácil "formar um técnico do que um político, porque para utilizar a informática é necessário saber para o que serve".

Para o Ibidi, o que está em jogo, no momento, é o assentamento das bases de uma visão estratégica de como a informática pode influir nos modelos de desenvolvimento dos países atrasados em seus processos industriais. O professor Aldo Romano, vice-presidente do Comitê Executivo do instituto, disse que é necessário mudar a mentalidade de que a informática é uma tarefa das sociedades altamente tecnológicas. Citou, como exemplo, os componentes eletrônicos fabrica-

dos a mão em Hong Kong e os produzidos nos Estados Unidos: "Existe apenas uma diferença: o custo da mão-de-obra. E não é possível pensar-se em desenvolvimento baseado no baixo custo da mão-de-obra".

E prosseguiu: "Acumulou-se nos países desenvolvidos uma grande parte da tecnologia avançada e, agora, será preciso adotar decisões políticas a longo prazo para impedir que se aprofunde ainda mais o abismo entre o Norte e o Sul. Para os países do Terceiro Mundo, a informática deve ser um recurso estratégico dirigido ao desenvolvimento, o motor de um crescimento que valorize tradições e potencialidades locais".

O Ibidi abriu o seu centro na cidade de Tecnópolis, o primeiro pólo de desenvolvimento no longínquo sul italiano, a 13 quilômetros de Bari, tendo a sua instalação custado 12 milhões de dólares.

Índia e Paquistão têm maior poder nuclear

A Índia e o Paquistão aumentaram a sua capacidade de fabricar armas nucleares no ano passado. Com isso, cresceram as possibilidades de um grave confronto entre os dois países, segundo o informe "Os Novos Países Nucleares", de Leonard Spector, divulgado em Washington.

Spector, membro da Fundação Carnegie para a Paz Internacional (FCPI), disse, em entrevista, que a Índia aumentou em 1985 o seu poder de enriquecimento de plutônio, elemento indispensável à fabricação de armas nucleares e que dois novos reatores foram construídos no país. Spector lembrou reiteradas declarações do primeiro-ministro Rajiv Gandhi de que a Índia estava estudando planos para

desenvolver um arsenal não-declarado para enfrentar a ameaça do Paquistão.

Quanto ao Paquistão, Spector assegurou que "existe uma série de informações que indicam que esse país tem tudo o que é necessário para produzir armas nucleares e vem adotando medidas mais ousadas para desenvolver seu próprio arsenal nuclear".

Contudo, a previsão de Leonard Spector pode estar equivocada. Fontes diplomáticas dos dois países revelaram que seus governos esperam assinar um acordo de paz e amizade, abolindo os conflitos na região. Essa decisão foi adotada pelo primeiro-ministro Rajiv Gandhi e pelo presidente Zia ul-Haq, do Paquistão, depois de uma reunião em dezembro passado em Nova Déli.

Argentina: Trabalhadores denunciam colapso no campo nuclear

A Associação dos funcionários da Empresa Nuclear Argentina de Centrais Elétricas (Enace) denunciou que o desenvolvimento nuclear do país "está à beira do colapso". Em um comunicado divulgado em Buenos Aires, os trabalhadores advertiram que o atraso no setor ameaça seriamente "nossa capacidade de decisão soberana em termos políticos".

A Argentina alcançou, nas décadas passadas, um importante desenvolvimento no campo nuclear e conta com tecnologia e capacidade instaladas que a colocam entre os países mais adiantados do Terceiro Mundo.

Estados Unidos: estivadores boicotam comércio com a África do Sul

Os sindicatos de estivadores norte-americanos contrários à política de segregação racial da África do Sul negaram-se a descarregar produtos provenientes daquele país da África Austral. Em cinco cidades da costa oeste dos Estados Unidos, sindicatos e organizações comunitárias solicitaram às autoridades portuárias que impeçam a atração de embarcações com cargas provenientes da África do Sul.

As autoridades das cidades de San Francisco, Los Angeles e Oakland, no estado da Califórnia, de Portland, no Oregon, e Seattle, em Washington, reagiram de modo diverso, desde a não-participação à hostilidade. "Não podemos adotar tal política até que os Estados Unidos nos digam para não mantermos comércio com a África do Sul", declarou Arthur Coleman, presidente da comissão portuária de San Francisco.

As ações de boicote nos portos tiveram um importante precedente em novembro

de 1984, quando membros da União Internacional de Estivadores (UIE) negaram-se a descarregar cargas provenientes da África do Sul do barco holandês "Kimberly", atracado no porto de Portland. Essa decisão foi mantida durante 11 dias, até que um tribunal emitiu um parecer contra o sindicato, ameaçando-o com aplicação de multas.

Esta paralisação de trabalhadores foi a mais prolongada desde 1939 — quando a UIE se recusou a carregar ferro destinado ao Japão — e a primeira ocorrida nos Estados Unidos para protestar contra o sistema de discriminação racial na África do Sul.

Desde o caso "Kimberly", integrantes da UIE têm também boicotado cargas sul-africanas nos portos de Takoma, no estado de Washington, e Long Beach, na Califórnia, assim como no porto canadense de Vancouver. Embora o movimento tenha a sua força concentrada na costa oeste norte-americana, o reverendo Jesse Jackson, ex-candida-

to do partido democrata à presidência nas eleições de 1984, conclamou publicamente os estivadores e membros do sindicato nacional dos camioneiros a fazerem o mesmo, principalmente nas cidades de Nova Orleans, Filadélfia e Chicago. Até agora, apenas os estivadores de Nova Orleans responderam positivamente ao seu apelo.

Na Austrália e nos países escandinavos, o boicote portuário também está sendo cumprido, segundo afirmam os ativistas contra o *apartheid* da costa oeste dos Estados Unidos. Na Grã-Bretanha e na Irlanda, os trabalhadores não carregam petróleo destinado à África do Sul, devido ao boicote apoiado pela ONU contra a venda de armas e de petróleo ao regime de minoria branca.

As cinco cidades norte-americanas onde o boicote está sendo feito são as que utilizam a empresa de navegação Nedlloyd, da Holanda, cujas embarcações transportam grande parte dos produtos da África do Sul. Essas ações são parcialmente responsáveis pela mudança da política do governo do presidente Reagan em relação a Pretória, contra quem anunciou limitadas sanções econômicas.

Oposição denuncia repressão do governo

O Movimento Patriótico Maurice Bishop (MPMB) acusou o governo de Granada de uma escalada repressiva contra a oposição. Essa declaração foi feita num clima de crescente tensão, depois de vários episódios ocorridos há algumas semanas, que envolveram, inclusive, a prisão de George Louison, um alto dirigente do MPMB.

Louison, ex-ministro da Agricu-

latura do governo do primeiro-ministro Maurice Bishop (1979-83), foi detido pela polícia em janeiro passado em sua residência.

Ao ser libertado um dia depois de ser preso, Louison disse ter sido interrogado sobre suas atividades e acusado de estar envolvido num suposto desembarque de armas na costa ocidental da ilha, onde três embarcações teriam sido apreendidas trazendo armas. Na ocasião, segundo comunicado ofi-

cial, foram presos um dirigente político e um motorista de táxi. Posteriormente, os dois foram libertados.

A nota do MPMB assinalou que a prisão de Louison representa "um ato de terrorismo das forças de segurança do regime tñtere instalado pelos Estados Unidos". Conclamou, ainda, os governos da região a protestarem contra "a crescente perseguição do governo do NPN ao povo de Granada".

As negociações com o FMI e os bancos

O Fundo Monetário Internacional frustrou as expectativas dos negociadores brasileiros que esperavam sua compreensão e apoio à política econômica do governo Sarney.

A resposta ao programa apresentado em Washington pelo ministro Dilson Funaro é, na prática, uma negativa real, envolta numa terminologia enganosa. O FMI aconselha os bancos a não se entusiasmarem com a proposta brasileira. Em bom português isso significa uma sugestão à recusa.

Há um antecedente diplomático parecido. Aquele conselho de Lyndon Johnson aos embaixadores dos Estados Unidos na América Latina para que moderassem o seu entusiasmo com os processos democráticos na região. O sinal verde para que entrassem na conspiração antidemocrática, o que muitos já faziam e outros se sentiram legitimados para fazê-lo.

Estimulados pela posição do FMI, os bancos vão endurecer e não se deve esperar que, nesse contexto, o Brasil obtenha condições aceitáveis para a renegociação da dívida ou a concessão de novos empréstimos com que o seu governo sonhava.

O Fundo e os bancos são as duas faces de uma mesma moeda, e essa posição em relação ao Brasil não difere da que têm assumido no exame dos

problemas financeiros de outros países em desenvolvimento.

No longo período ditatorial vivido pela Argentina, Brasil e o Uruguai a posição do FMI e dos banqueiros foi sempre de simpatia e complacência para com as políticas financeiras nacionais ou por eles próprios impostas, que só fizeram agravar o endividamento e a dependência. Ditadores e banqueiros conviveram sempre na maior promiscuidade, com a fatura paga pelo povo.

Relacionar o apoio dos bancos internacionais e sua agência, o FMI, a essas ditaduras como um fator de sua longevidade não é uma agressão à verdade, mas o reconhecimento de um fato concreto.

Agora, quando esses países, depois de anos de lutas e sofrimentos, estão procurando superar a herança de longos períodos autoritários, o FMI e os bancos não encontram meios e modos para apoiar saídas justas da crise, com a qual Fundo e banqueiros muito têm a ver.

Se fosse sincero o empenho do governo Reagan em fortalecer a democracia na nossa região, essa não seria a política dos bancos, sempre muito ligados à Casa Branca. Eles sabem bem que a democracia aumenta o poder de influência dos povos e, em consequência, fortalece a luta contra a dependência. E é isso o que não lhes

interessa. Nem a Reagan nem aos bancos. Quando brasileiros, argentinos e uruguaios enfrentavam regimes ditatoriais, ouviram constantes promessas de apoio a projetos nacionais, quando governos legítimos buscassem reconstruir economias destroçadas pela incompetência, o entreguismo e a desonestade. Mas era pura retórica. Na hora da verdade, o que se verifica é o arrocho, juros extorsivos e condições espoliativas de pagamento e nem um só dólar de investimentos. Na sua visita ao Brasil, Uruguai e Argentina, o senador Ted Kennedy teve ocasião de aferir o grau de oposição dos nossos povos a esses métodos. Sua viagem teve um mérito: demonstrou que grande parte da opinião pública norte-americana está em desacordo com a política de Reagan. Kennedy não vestiu nossa camisa. Em vários aspectos, inclusive no tocante ao protecionismo alfandegário norte-americano que dificulta as importações dos países emergentes, suas posições não são as nossas. Mas é animador verificar que ele e seu grupo político têm uma posição bem mais flexível e clara sobre o problema da dívida externa e do financiamento dos nossos programas de desenvolvimento, do que a de Reagan, do FMI e dos banqueiros norte-americanos. O que conta, hoje, no entanto e, pelo menos até o fim do mandato de Reagan, é a posição do seu governo e esta foi melhor expressa no Rio e em Brasília pelo sr. Rockefelier do que pelo sr. Kennedy. A análise das perspectivas de 1986 não dá margem a grandes esperanças. No caso brasileiro,

o governo não está pagando a dívida, mas o saldo favorável – mais de 12 bilhões de dólares – da balança comercial vai todo para amortizar juros que os banqueiros aumentam unilateralmente. E, por mais que os ortodoxos da escola monetarista que ainda estão enquistados na máquina do Estado digam o contrário, a redução da taxa inflacionária está muito ligada à contenção da sangria de divisas que o país suporta.

Enquanto a Nação trabalhar só para pagar juros sem destinar nada ou quase nada ao investimento interno, ao invés de crescimento, teremos desemprego e recessão.

A Argentina enfrenta o problema da recessão, com o seu resultado mais dramático que é o desemprego. No Uruguai, o país padece de um prolongado imobilismo econômico. Nos dois lados do Prata essa situação está disseminando a frustração e a desesperança, com os riscos de novas crises políticas.

Assim, o problema da dívida externa tornou-se o mais importante e urgente desafio dos governos de quase todos os países do Terceiro Mundo e, em especial do Brasil, Uruguai e Argentina. O fato de que entendimentos de curto prazo atenuem o ritmo da hemorragia cambial aumenta as ilusões dos governantes, mas não resolve o fundo do problema. Mais cedo ou mais tarde os governos interessados terão de unir esforços na busca de uma solução justa e viável, que não apenas alivie o balanço de pagamentos mas permita a esses países assegurar um ritmo de desenvolvimento que só novos projetos e investimentos adequados poderão lograr.

Matéria de capa



O fim das ilusões

OMéxico é um dos países da América Latina de maior peso econômico e desenvolvimento industrial mais acelerado e sempre se caracterizou por ter uma elite política cuja audácia e habilidade lhe permitiram manter uma linguagem nacionalista em meio às pressões norte-americanas, aumentadas pela proximidade geográfica da superpotência. A década de 80 parece ser o divisor de águas desse país cuja bonança o transformava no ponto de referência para os estudiosos e cuja tradição de estabilidade política — o PRI está no poder há mais de 50 anos — o diferenciava em uma América Latina acossada pelos golpes militares e inclusive por invasões.

Os problemas começaram com a queda dos preços do petróleo. Mas eles só se tornaram agudos quando o crescimento desenfreado da dívida externa, as crescentes denúncias de casos de corrupção e, finalmente, as catastróficas consequências sociais e econômicas do terremoto de setembro do ano passado trouxeram à tona problemas que no tempo das vacas gordas tinham passado despercebidos ou haviam sido minimizados aos olhos do mundo e perante a maioria do povo mexicano, que ainda vivia a bela ilusão da prosperidade.

O sonho acabou. O governo está sufocado pelos problemas econômicos e aumenta a crise social. Para onde caminha esse gigante da América Latina cuja história e sentimentos nacionalistas, tão enraizados em seu povo, são motivos de orgulho para todo o continente?

Este número de cadernos, coordenado pelo diretor de nossa sucursal mexicana, Ruben Aguilar, levanta a questão e oferece aos leitores elementos para tentar esclarecê-la.

O panorama político

A crise econômica e os os graves problemas sociais repercutem no plano político, onde o PRI continua a ser o partido majoritário

Na metade da década de 80 e na metade do governo de Miguel de la Madrid, a crise mexicana enfrenta enormes obstáculos à sua superação e pode transformar-se qualitativamente a curto prazo. Até agora, é a crise econômica que determina em grande medida a situação nacional. As expressões políticas da crise revelam agudas contradições sociais, embora não tenham mostrado a mesma gravidade que as econômicas. O regime político mexicano ainda exibe sua tradicional estabilidade.

A formação histórica do regime político a partir da revolução de 1910 mostra a integração de diferentes forças sociais através de um sistema unipartidarista, quase corporativo, capaz de satisfazer suas necessidades mínimas. Embora existam parti-

O movimento operário mexicano ressurge na década de 70, pregando democracia e liberdade sindical

dos de oposição desde a década de 30 e um regime parlamentarista desde a Constituinte de 1917, na prática predomina o presidencialismo, a falta de poder real do Legislativo e os partidos políticos de oposição quase não têm base entre a população.

Desde o final da década de 60, a incapacidade do sistema político de responder a reivindicações democráticas elementares das novas forças sociais era evidente. A repressão maciça de 1968-71 foi a resposta ao movimento estudantil que pedia a democratização. O movimento operário ressurge no início dos anos 70, pedindo igualmente democracia e a independência sindical. Também a luta popular urbana atingiu o auge nesses anos. Os campesinos e os trabalhadores agrícolas reiteraram suas reivindicações pela terra e pela organização independente.

A reforma política

O auge do petróleo, de 1978-81, com uma política de austeridade para os trabalhadores e um elevado endividamento, foi a saída para a recessão de 1976-77. O governo estimulou mudanças no regime político para incorporar os novos partidos de oposição, particularmente a esquerda, e integrar uma democracia pluralista. A reforma política superou a situação crítica das eleições presidenciais de 1976, quando um só candidato disputou o pleito, José López Portillo, pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional).

O agravamento da crise econômica depois do boom petrolífero precipitou as contradições políticas. Portillo nacionalizou os bancos privados e dei-





O presidente Miguel de la Madrid (na foto, ao centro) se propôs a renovar o regime e o partido situacionista

xou profundas cisões no regime. O governo de Miguel de la Madrid delineou em dezembro de 1982 os seus objetivos: superar a crise econômica com um programa de reordenamento seguindo as receitas do Fundo Monetário Internacional; a renovação moral para combater a corrupção; a renovação ideológica do regime a partir das diretrizes da revolução mexicana, devendo incluir o partido situacionista; e continuar com a reforma política para conceder autonomia aos municípios, as unidades político-administrativas básicas do regime.

A recessão econômica que se tornou evidente depois das eleições para deputados federais de julho de 1985, assim como os resultados eleitorais, fizeram vir à tona diferentes conflitos e contradições do regime político.

Em setembro de 1985, os terremotos sofridos pelo país — uma tragédia em que morreram milhares de homens, mulheres e crianças e se perderam importantes bens materiais, avaliados em pelo menos cinco bilhões de dólares — demonstraram a incapacidade do regime político de responder às necessidades populares. O povo, por sua vez, demonstrou suas possibilidades de auto-organizar-se e enfrentar a tragédia.

A eleição não é tudo

Com as eleições federais de deputados e a renovação de 7 dos 28 governos estaduais em julho de 1985, e as mudanças de autoridades municipais em vários estados do país nos últimos meses desse ano, a reforma política mostrou suas possibilidades e li-

mitações para democratizar a sociedade mexicana.

Dos resultados eleitorais se destaca o abstençãoismo de 49,5% dos eleitores; em várias regiões superou 55% e em outras alcançou 65%. Se a isso se acrescentar a anulação de votos — 4,6% no cômputo geral e 9,6% na capital do país — e as falhas das listas eleitorais, que deixaram de fora cerca de cinco milhões de pessoas, fica evidente que a população não encontra no mero ato de votar a participação necessária para resolver os problemas que a afligem. Este fenômeno da falta de interesse nas eleições — que se registra desde a década passada — foi um dos motivos que levaram as autoridades mexicanas a propor a reforma política. Nas eleições municipais o problema é maior ainda: a abstenção é de 80 a 90%!

No entanto, o pluralismo que se alcançou com nove opções partidárias está longe de expressar no plano político as diferentes forças sociais. A separação entre os partidos e os trabalhadores, suas organizações e movimentos, é uma constante do panorama político mexicano.

O Partido Revolucionário Institucional (PRI), que há meio século governa o país, conseguiu ser o mais votado nas eleições passadas. Com 11,6 milhões de votos, 65% do total, conseguiu eleger 290 dos 300 deputados. Pela primeira vez a oposição conseguiu dez cadeiras: o Partido Ação Nacional (PAN) obteve oito vitórias e o Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM), estreitamente ligado ao PRI, duas. A esquerda, com cinco partidos registrados — Partido Popular Socialista (PPS), Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), Partido

Socialista Unificado do México (PSUM), Partido Mexicano dos Trabalhadores (PMT) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) — não conseguiu até agora obter nenhum deputado por maioria.

Mas a reforma política permite que os partidos que não consigam representação por maioria direta, obtenham-na por representação proporcional: são os chamados deputados plurinominais — cem no total — que se distribuem entre os partidos de oposição, dependendo do número de votos alcançado por cada partido e de acordo com um mecanismo que favorece os mais fracos. Desta maneira, o 53º período legislativo, correspondente ao triênio 1985-1988, integrado por 400 deputados, tem 290 do PRI, 11 do PARM, 40 do PAN, 12 do PDM e 47 dos cinco partidos de esquerda; um ficou ainda sem ser definido a qual partido corresponderá.

Os resultados eleitorais foram impugnados em várias ocasiões por fraudes, contudo expressam uma correlação de forças ainda favorável ao governo. A maioria da população vota no partido oficial e, embora existam ainda mecanismos de coação e clientelismo, incompreensão e ignorância, há também um nítido grau de consenso, em particular diante da falta de uma alternativa real que abra uma nova perspectiva.

As eleições também apontaram outros problemas do regime. O partido oficial mostra uma tendência descendente em sua votação, situação que se agrava nas cidades, onde obtém os mais baixos resultados. De 1979 a 1985, sua participação relativa diminuiu cerca de 20 pontos nos estados mais urbanizados. Na capital, o PRI venceu nos 40 distritos por maioria, com 42% dos votos. Mantém-se, contudo, a presença de uma oposição dispersa e controvérsia, que no conjunto obteve 30% da votação.

A oposição

Por um lado, existe o que se denomina a direita, que é a oposição mais forte, com o Partido Ação Nacional (PAN) e o Partido Democrata Mexicano (PDM). O PAN conseguiu oito vitórias reconhecidas por maioria e 32 deputados plurinominais. Apesar dos avanços que mostram uma força consolidada do PAN, que se situa em grande parte no norte do país (Nuevo León, Chihuahua e Sonora) e na capital e no estado do México, este partido registrou uma queda na sua votação absoluta e uma diminuição acentuada na sua participação plurinominal.

A oposição de esquerda nas suas três participações eleitorais dos últimos nove anos se manteve

fragmentada, agora, em cinco organizações (três concorreram em 1979). Dois partidos — o PPS e o PST — são constantemente criticados pelos outros por seu apoio ao governo. No conjunto obtiveram 10,4% da votação: o PSUM registrou 578 mil votos, o PST 437 mil, o PPS 352 mil, o PMT 274 mil e o PRT 225 mil. Sua votação conjunta no Distrito Federal foi de 20,7% e no estado do México, de 16,3%, esta última equivalente à do PAN.

A ilusão democrática que a reforma política criou se defronta cotidianamente com as velhas práticas antidemocráticas e autoritárias. Dificilmente o poder legislativo pode participar na tomada de decisões políticas e econômicas fundamentais para o país, e isso apesar de predominar nele a maioria do PRI. A decisão de entrar para o Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), por exemplo, só foi submetida à apreciação do Senado — que não tem representantes proporcionais — onde foi aprovada por unanimidade. O comparecimento dos secretários de Estado diante da Câmara de Deputados permite que sejam feitas críticas à política econômica, porém não se estabelece um verdadeiro diálogo entre o poder Executivo e o Legislativo uma vez que as medidas já foram adotadas e o Parlamento não pode revogá-las.

A reforma política permitiu um maior confronto ideológico, reconhece a existência de diferentes partidos políticos, facilita a participação partidária nos meios de comunicação e incorporou ao poder legislativo federal, estadual e municipal a representação proporcional dos partidos minoritários. Porém está longe de ter democratizado o exercício do poder e mais ainda de ter conseguido que a participação popular se manifeste através das organizações sindicais, municipais, autônomas ou partidárias.

Contradições e forças políticas

A crise impôs mudanças na classe dominante, deslocamentos e reacomodações. Afeta a certos grupos mais que a outros, exacerba a concorrência e aumenta a subordinação do grande capital nacional ao estrangeiro, particularmente ao norte-americano. A oligarquia financeira entra em contradição com o capital produtivo, com o governo e, naturalmente, com os interesses populares.

A política oficial, desde o governo de Luis Echeverría (1970-76), foi constantemente questionada por diversos setores da classe dominante. Criticavam o "intervencionismo estatal" na economia, as posições "terceiro-mundistas" do regime na defesa dos povos contra as ditaduras e a intervenção imperialista, e o "populismo" que se apóia nas orga-

México

nizações populares do partido oficial e declara defender os seus interesses.

A nacionalização dos bancos provocou cisões no regime que se refletiram na luta eleitoral e política. Assim, muitos dos empresários que antes eram "priistas" de coração e que sob o amparo do regime fizeram suas fortunas, hoje são seus mais severos críticos, militando dentro do Partido Ação Nacional. Outros, é claro, mantêm a sua adesão ao PRI.

As câmaras empresariais politizam também o seu discurso em defesa do voto e da democracia, e inclusive questionam a política externa com relação a Contadora e à Nicarágua. Suas relações com diferentes forças norte-americanas foram denunciadas em várias ocasiões. Porta-vozes dessas contradições, são poderosos grupos nacionais com raízes regionais no norte do país, particularmente em Nuevo León, Chihuahua e Sonora.

Eles souberam capitalizar o descontentamento popular e conseguiram uma considerável adesão eleitoral. Em 1983-84 o PAN obteve as prefeituras de algumas das cidades mais importantes do norte — Chihuahua, Ciudad Juárez, Durango, Hermosillo, Monclova — e repudiou maciçamente as fraudes eleitorais que, segundo seus representantes, lhe tirou vitórias em Monterrey e Chihuahua.

As divergências nos setores capitalistas

As divergências não ocorrem apenas entre o governo e a oligarquia, mas também transparecem entre diferentes setores do capital.

O capital produtivo (da grande, da média e pequena empresas) é o mais atingido pela crise, enquanto se fortalecem o capital especulativo, o comercial, e a evasão de divisas, descapitalizando ca-

da vez mais o país. A maior ou menor subordinação ao capital norte-americano e a relação com o governo mexicano são pontos que dividem a classe dominante, pois uns preferem se tornar subsidiários de filiais de empresas estrangeiras (ou sócios menores, em seus próprios grupos, do capital transnacional que capitaliza a sua dívida externa) do que investir na produção em um regime no qual já não confiam como antigamente.

Exemplo dessas divergências foi a decisão de entrar para o Gatt, amplamente questionada por algumas organizações empresariais, organismos profissionais, sindicais e partidos políticos de oposição e apoiada por organismos comerciais e alguns empresários.

As controvérsias com o governo norte-americano são constantes. A dívida, o intercâmbio comercial, o investimento estrangeiro, os trabalhadores sem documentos, o narcotráfico são graves problemas que frequentemente são utilizados por Washington para pressionar a política interna e externa do governo mexicano.

Estas reacomodações na classe dominante estão afetando o bloco no poder e definem uma força política mais reacionária que ganha influência no governo, entra em contradição com o partido oficial e encontra representação política no PAN.

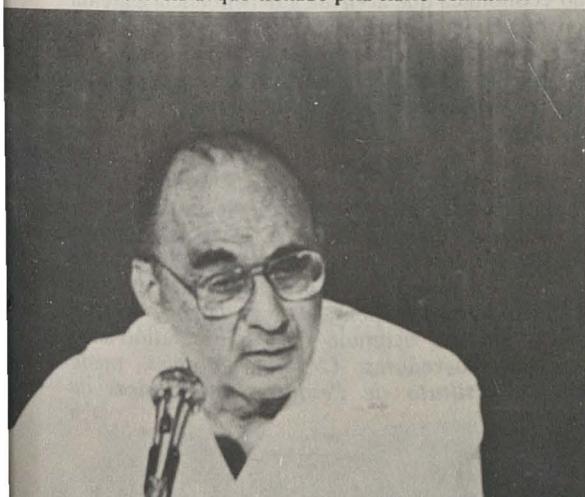
Por outro lado, no governo, e em maior grau no PRI, se aprofundam as contradições provocadas pelas medidas tomadas para enfrentar a crise. A política econômica é questionada reiteradamente pelas organizações populares do PRI, especialmente pelo setor operário encabeçado pelo Congresso do Trabalho e a Confederação dos Servidores Públicos embora na maioria das ocasiões termine se restabelecendo a aliança histórica entre o governo e os trabalhadores.

Apesar das críticas, os trabalhadores continuam com o PRI



B. Bissio

Luis Echeverría: questionado pela classe dominante





Os sindicatos

Sobre os trabalhadores recai, há mais de uma década, o peso da crise. A inflação diminuiu drasticamente suas rendas reais e empobreceu o seu nível de vida. Os trabalhadores do campo vivem uma situação dramática que os obriga a emigrar para as cidades ou para os Estados Unidos em busca de trabalho. A cada dia aumenta o número de desempregados urbanos que emigram para esse país sem a necessária documentação do serviço de imigração norte-americano. Nos últimos anos quase um milhão de mexicanos foi expulso a cada ano dos Estados Unidos por estarem em situação ilegal, sendo submetidos a toda espécie de humilhações e a agressões.

As organizações sindicais estão submetidas a graves pressões que enfraquecem suas funções na defesa das condições de trabalho, seja com violações sistemáticas dos contratos coletivos, com a eliminação anticonstitucional de direitos já ganhos, ou inclusive com o fechamento das fontes de trabalho. A política recessiva e de austeridade no ano de 85 afetou diretamente mais de dois milhões e meio de trabalhadores do governo e das empresas estatais; o último reajuste imposto em agosto passado resultou na demissão de mais de 28 mil tra-

lhadores com cargo de confiança e remanejou cerca de 27 mil de base. Essa situação se agravou com os terremotos e são milhares os trabalhadores que se vêem obrigados a se mudar para outros estados do país para não ficar sem emprego (ver matéria: As consequências do terremoto na produção).

A luta sindical por aumentos salariais teve o seu auge há três anos, quando se conseguiu obter um aumento semestral dos salários mínimos. Em 1983 mais de meio milhão de trabalhadores em greve foram mobilizados.

São numerosas as lutas em defesa do salário e da fonte de trabalho. Contudo, a organização fragmentada da classe operária e dos trabalhadores em geral não permitiu a formação de uma central única dos trabalhadores mexicanos. Esse é um dos principais obstáculos para enfrentar a crise com novas forças e métodos de luta diferentes.

Outras forças sociais estão se organizando e estão em formação novos grupos políticos. Porém, a articulação desses esforços ainda é fraca e tem pouca relação com os partidos. Constata-se um avanço no movimento das mulheres, nas reivindicações dos jovens e no movimento estudantil. Aumenta também a exigência da necessidade do resgate da história popular do país, assim como da organização sindical de novos setores de trabalhadores e profissionais. Também ressurge a luta camponesa que se defronta com uma violenta repressão no campo. Noventa organizações populares de diferentes correntes políticas, sindicais e municipais convocaram em outubro passado à mobilização contra o pagamento da dívida externa assinalando a dimensão da crise, não só econômica como também política, social e cultural. "O principal agravante da crise é a dívida externa, que alcança a soma exorbitante de quase 100 bilhões de dólares... A dívida é um novo instrumento de sujeição econômica que acentua a dependência e atenta contra a soberania nacional e o bem-estar da maioria do povo", denunciaram os trabalhadores.

Eles se pronunciam por uma nova estratégia de desenvolvimento que defende o emprego, respeite os direitos trabalhistas, taxe o capital, imponha o controle de câmbios, evite a evasão de divisas e fomente a reestruturação da produção com o objetivo de satisfazer as necessidades da população e assegurar a independência do país, fortalecendo a produção de bens de capital. Quanto à dívida externa, propõem uma suspensão negociada e pedem que o governo estimule uma frente latino-americana de devedores. (Josefina Morales, membro do Instituto de Pesquisas Econômicas da Unam).

A crise econômica

O atual governo reconhece a crise e impõe uma política recessiva de cunho monetarista enquanto cresce a reivindicação popular por uma nova relação com os credores

A economia mexicana atravessa uma longa crise que não decorre de um errático comportamento cíclico. A mais profunda depressão de sua história contemporânea, com uma queda acumulada do Produto Interno Bruto de 5,8% em 1982-83, é acompanhada por graves desequilíbrios estruturais. A recuperação iniciada em 1984 com um crescimento do PIB de 3,5% mostrou a sua fragilidade no ano passado ao ser estimada uma taxa menor de crescimento e ao se prever para este ano de 1986 um crescimento quase nulo.

O México atravessa uma profunda recessão, com desequilíbrios estruturais. Os trabalhadores são os mais sacrificados

Esta crise, inserida na da economia capitalista internacional, tem profundas raízes internas desde a década passada. Nos anos 80, ela se entrelaça com a crise financeira internacional, a reconversão industrial e a recomposição do capital transnacional.

O crescimento da economia encontrou obstáculos desde o ciclo de 1971. Em 1976-77 voltou a cair o ritmo do crescimento da produção, a formação bruta de capital diminuiu em 6,7%, o setor de construção civil caiu em 5,3% e o PIB por habitante estagnou. Esta recessão mostrou uma nova característica da economia mexicana: períodos mais curtos de crescimento e mais longos de recessão. Contrariando as leis da economia capitalista, permaneceram nesta última fase características da recuperação, como a inflação.

Simultaneamente, apareceram maiores obstáculos à recuperação com as mudanças verificadas no sistema financeiro: a moeda nacional se desvalorizou em quase 100% pela primeira vez depois de mais de 20 anos de estabilidade; o endividamento público externo se multiplicou cerca de quatro vezes e alcançou os 19,6 bilhões de dólares e com a dívida privada atingiu 25,98 bilhões; a inflação, de 4,8% no início dos anos 70, chegou a 27%; o déficit das finanças públicas se tornou crônico e a balança comercial e de pagamentos aumentaram o seu déficit.

A euforia do petróleo de 1978-81 — que rendeu para o México 30,85 bilhões de dólares pela exportação — não permitiu assentar as bases para um de-

David Méndez H.



senolvimento equilibrado a longo prazo. Ao contrário: a crise mais profunda da economia se manifestou com agudeza, afetando os mecanismos de regulamentação das relações entre o setor estatal e o monopolista que, no passado, permitiram um crescimento contínuo.

A inflação anual foi em média de 30% e em 1982 alcançou 98%; as importações cresceram explosivamente, sobretudo as de capital, diante de uma estrutura produtiva que não foi capaz de satisfazer as necessidades da expansão. Em 1981 as importações superaram os 140 bilhões de pesos, que representaram 15% do PIB. O déficit público chegou a 17% do Produto Interno Bruto e a dívida externa chegou aos 70 bilhões de dólares (onde a dívida privada representava pouco menos da terça parte).

Mudanças qualitativas

No início dos anos 80 a indústria gerava 43% do Produto Interno Bruto (900 bilhões de pesos) e ocupava 5,7 milhões de trabalhadores, incluindo os setores de mineração, petróleo, construção civil, transportes, comunicações e o de manufaturados. As atividades agropecuárias contribuíam com 8,8% do PIB e ocupavam 25,8% da população economicamente ativa. A agricultura sofreu uma violenta mudança nos padrões de cultivo que levou o país a depender da importação de grãos básicos. Ao comércio e aos serviços, que empregavam 9 milhões de pessoas, correspondiam 49% do PIB.

As mudanças qualitativas registradas na estrutura produtiva foram determinadas pelo petróleo. Suas exportações chegaram a representar mais de 80% do total; com as de produtos agropecuários e as do setor de mineração, o México voltou a ser um exportador de matérias-primas. O financiamento do desenvolvimento, chave da economia subdesenvolvida, foi o elemento mais vulnerável do processo, dependendo do capital transnacional que domina tanto o mercado financeiro como o comercial. Os recursos petrolíferos e a dívida externa cresceram de forma inusitada e criaram a ilusão da posterior "administração da abundância", cujo custo apenas começa a ser pago.

A indústria do petróleo — incluída a extração, a refinação e a petroquímica básica — representou, em 1981, 8% do produto industrial; a construção 13,2%, as comunicações e transportes 17,8% e as manufaturadas 57,4%. Dentre essas, a produção de produtos químicos, maquinaria e equipamento, estreitamente relacionadas com insumos petrolíferos, representaram 43,9% e haviam crescido mais

de 50% nos três anos anteriores. A produção de automóveis excedeu meio milhão de unidades nesse ano.

O eixo deste processo de acumulação foi a maior centralização e concentração de capital. Se consolidaram apenas 40 grupos onde se entrelaçam o capital monopolista privado nacional, o capital transnacional e o estatal. O investimento estrangeiro acumulado alcançou os 13,543 bilhões de dólares e cerca de três quartas partes se concentravam no setor de manufaturados. Ele controla 100% da indústria automobilística, petroquímica secundária, farmacêutica, de plástico e de fabricação de pneus; domina o setor de eletrônica, a produção de aparelhos eletrodomésticos, as comunicações e a agroindústria, sem deixar de participar na mineração, no comércio e nos serviços. O capital estrangeiro participa assim em grande medida nas exportações não-petrolíferas.

O crescimento médio de 8% ao ano durante o *boom* petrolífero foi possível não só por um crescimento inusitado do investimento — que chegou a representar 25% do Produto Interno Bruto — mas pelo estímulo a esse investimento representado pela crescente exploração dos trabalhadores através do aumento da produtividade e particularmente pelo controle salarial imposto pelos acordos com o Fundo Monetário Internacional de 1976. Outro fator responsável pelos altos índices de crescimento foi o processo inflacionário que diminui drasticamente as rendas dos trabalhadores e empobrece o seu nível de vida.

A nova política econômica

O governo de Miguel de la Madrid, ao assumir o poder em dezembro de 1982, reconheceu a gravidade da crise da economia mexicana e propôs um plano de curto alcance — denominado "reordenação econômica". O objetivo era salvaguardar a capacidade produtiva, o emprego, combater a inflação, diminuir o déficit do gasto público e estimular as exportações não-petrolíferas para sanear a balança comercial. Este programa se insere em um Plano Nacional de Desenvolvimento de longo prazo que busca mudanças estruturais para reorientar a economia para o mercado exterior, elevando a competitividade da indústria doméstica e diminuindo os subsídios crônicos que sustentaram o seu crescimento. O financiamento do desenvolvimento busca depender de recursos gerados internamente e pela exportação, assim como pelo aumento do investimento estrangeiro direto. Pode-se manter a atividade estatal nas áreas estratégicas

México

gicas e desvinculá-la da produção manufatureira, o comércio e os serviços.

Como o governo anterior, o atual inicia a sua administração sob os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional diante da insolvência registrada em 1982, que levou à renegociação da dívida. A política seguida, de linha monetarista e determinada pelo FMI, é recessiva. Pretende controlar a inflação sem afetar o sistema monopolista de preços, através do controle monetário e sobretudo com a restrição dos gastos públicos; pretende diminuir o déficit governamental com relação ao PIB, dos 17% registrados em 1982 para 5% e elevar a renda estatal com o aumento dos preços e tarifas de serviços públicos.

O objetivo fundamental da política econômica é cumprir com o pagamento pontual dos juros da dívida externa, que apenas em 1981-83 somaram 32,260 bilhões de dólares; pouco menos da metade da dívida acumulada até 1981! Em 1984 foram enviados ao exterior cerca de 12 bilhões de dólares e cerca de dez bilhões em 1985, enquanto a dívida continua crescendo sem cessar e chega a quase 100 bilhões de dólares.

A crise dos anos 80 é dramática porém suas dimensões, sua profundidade e alcance não são fáceis de compreender, por mais números que se apresentem, pois sua expressão política não deixa entrever ainda a gravidade da situação.

A economia mexicana, além disso, alcançou um alto nível de desenvolvimento em meio à crise e o boom petrolífero. E a queda dos preços do óleo cru e a sua submissão a um violento processo de recomposição de capitais (inserido na reconversão industrial internacional) é um processo que apenas se inicia.

A riqueza que os trabalhadores mexicanos criaram nos últimos 50 anos se manifesta em uma ampla capacidade produtiva e um acelerado processo de concentração de capital. A formação bruta de capital alcançou, em 1981, 226,5 bilhões de pesos, a quarta parte do PIB; ao setor público correspondiam 43%.

O México conta com uma atividade siderúrgica com capacidade de produção de nove milhões de toneladas anuais de aço; uma capacidade de refinação de dois milhões de barris diários de petróleo; uma produção de petróleo de 2,7 milhões de barris diários; uma infra-estrutura industrial de cerca de 120 mil estabelecimentos, dos quais apenas 1% produz cerca de 60%; uma geração elétrica de 12.000 Mv cujas duas terças partes se produzem em instalações termoelétricas; uma indústria de comunicações em expansão e altamente avançada com mais de cinco milhões de telefones e novas

instalações de telecomunicação, com a colocação em funcionamento de um sistema de satélites; uma indústria de construção civil com uma engenharia de alto nível que participou da construção de grandes barragens e estações hidrelétricas no país e na América Latina, assim como na instalação de modernas fábricas industriais petroquímicas.

A outra economia

Ao mesmo tempo existe uma multiplicidade de pequenos e médios estabelecimentos, de produção quase artesanal, que são subordinados em boa medida ao grande capital monopolista. No comércio verifica-se uma grande concentração vertical do processo: desde a produção de matérias-primas à transformação e à distribuição. Existe ainda uma grande quantidade de intermediários, fato que eleva os preços enormemente, principalmente os dos bens de primeira necessidade.

Na agricultura (na qual agora participa pouco menos da quinta parte da população economicamente ativa) existe o grande capital agrícola e dos criadores de gado que domina o norte do país nas

A política econômica é recessiva e de cunho monetarista



melhores zonas irrigadas. Eles reorientaram os seus padrões de cultivo para a produção de grãos para animais ou de produtos de exportação de acordo com o capital transnacional do *agribusiness*, que impõe modalidades na acumulação de capital e produção agropecuária. Enquanto isso, os grãos básicos para a alimentação popular são produzidos em condições cada vez mais difíceis pelos minifundiários, sem crédito nem recursos técnicos, água, ou ao menos recursos humanos suficientes.

A recessão econômica de 1982-83 não pôde ainda ser superada. Apesar do crescimento de 3,5% do PIB em 1984, a economia se mantém em níveis inferiores ao alcançado em 1981.

Só cresceram o setor petrolífero (15,7%); a indústria alimentícia, de fumo e de bebidas (4,7%) e a química (7,3%). As atividades agropecuárias diminuíram 0,6% em 1982, porém aumentaram em 1984 sua produção em 4,7% com relação à de 1981.

A dinâmica do sistema financeiro

O sistema financeiro segue sua dinâmica em crise, marcada pelo processo inflacionário, o endividamento externo e um excessivo crescimento do endividamento público interno.

A inflação, embora tenha diminuído o seu ritmo de crescimento em comparação com os 100% de 1982, dobrou a média anual dos seis anos anteriores: passou de 30 a 60% ou mais em média a cada ano, tornando as metas programadas na carta de intenção com o FMI ilusões inatingíveis. Mas o que é pior: a inflação transtorna o processo produtivo e de acumulação, ao mesmo tempo em que é um violento mecanismo de concentração de capital.

A participação dos salários na renda nacional diminuiu de 37,4% em 1981 para 23,4% em 1982. Este processo continuou nos anos seguintes. Os aumentos do salário mínimo, estabelecidos segundo a inflação estimada nas previsões governamentais, fizeram com que estes se mantivessem inferiores aos preços. De 1982 a 1984 o índice nacional de preços ao consumidor aumentou 472,3% e o índice de preços da cesta básica subiu 486,3%, enquanto que o salário mínimo geral cresceu só 313,6%.

O custo do dinheiro se elevou enormemente pelo processo inflacionário e a política seguida pelo governo, chegando os juros a 80 e mesmo a 90%, o que torna quase impossível o financiamento interno. Além disso, o grosso dos recursos são destinados ao governo, o que fez com que o endividamento interno se tornasse o suporte das finanças públicas, cujo custo é elevadíssimo. A dívida interna

cresceu 7,5 vezes entre 1981 e o primeiro semestre de 1985, quando alcançou os 7 bilhões de pesos. O pagamento dos seus juros representa neste ano 3,3 bilhões, o que significa 57,6% do pagamento total dos juros da dívida pública, ou seja, mais do que o governo deve pagar por sua dívida externa, e o serviço daquela representa cerca de 45% dos gastos governamentais.

O mercado "superlivre"

A inflação, a deterioração da balança comercial, a falta de um controle de câmbios acentuam o processo especulativo do dólar e levaram a uma desvalorização sem precedentes da moeda mexicana: em outubro passado, depois dos terremotos de setembro, o peso chegou a ser cotado no chamado "mercado superlivre" a 500 pesos por dólar. Desta forma a desvalorização da moeda foi de 400% em comparação com o seu preço em 1982.

A fuga de divisas continua; consta que no ano passado saíram do México cerca de dois bilhões de dólares. O capital acumulado por mexicanos nos bancos norte-americanos chegou em janeiro de 1985, segundo a Reserva Federal dos Estados Unidos a 13,52 bilhões de dólares. Se a isto se acrescentarem os investimentos em imóveis e outros itens, calcula-se que pode chegar a 40 bilhões de dólares.

As finanças públicas não alcançam o seu equilíbrio. Mantém-se uma estrutura fiscal regressiva que se apoia nos impostos indiretos e nos gerados pela exportação de petróleo e no consumo interno de energia.

Os preços dos bens e serviços públicos aumentaram periodicamente, mas não conseguem sanear as finanças das empresas estatais, cujo déficit crônico se baseia nos subsídios que concede ao grande capital, que é o maior consumidor destes.

A dívida externa, problema básico de todos os países da América, torna-se insustentável. O pagamento de seus juros recai sobre o povo trabalhador e afeta toda a economia: o país se descapitaliza violentamente num momento em que os recursos são indispensáveis para crescer e superar a crise. A dívida não é só pública, mas também privada. Somente o chamado grupo Monterrey (Alfa, Visa, Vitró e Cydsa; os dois primeiros colocam-se entre as maiores empresas do mundo por suas vendas, segundo a revista *Fortune*) tem uma dívida superior a quatro bilhões de dólares; 30 grupos, 18 deles com capital estrangeiro, têm uma dívida superior a 19 bilhões de dólares.

México

Resultados e perspectivas

A política seguida para enfrentar a crise, tanto pelo governo como pelas empresas, não alcançou a curto prazo os seus objetivos. O crescimento é incerto, os desequilíbrios estruturais permanecem; chegam a atenuar-se mas ressurgem com violência meses depois. O déficit público, por exemplo, que em 1984 conseguiu ser diminuído para 6,5% do PIB, calcula-se que no ano passado chegou a 8%. A inflação disparou novamente e quase duplicou os 35% previstos nos acordos com o FMI.

As divergências e contradições entre o governo e diferentes setores empresariais se mantêm e inclusive algumas parecem aprofundar-se e deslocar-se para o plano político. As medidas tomadas diante da crise são o ponto chave da controvérsia, embora beneficiem em boa medida os grandes capitalistas. Eles assinalam reiteradamente que a sua confiança no governo já não é a mesma, razão pela qual o investimento privado se mantém em níveis baixos.

Depois do marco que representou a nacionalização dos bancos privados, a negociação do pagamento da indenização conseguiu atenuar as contradições. Contudo, os elevados recursos pagos não se destinaram ao processo produtivo e sim se dirigiram a fortalecer um mercado paralelo de dinheiro (como as Bolsas de Valores) altamente especulativo, ou saíram do país.

Com a crise e a política seguida, vai ganhando força uma reorientação da estrutura produtiva perigosa para a soberania nacional, que ameaça converter o país em um *maquilador*¹ cuja maior "vantagem comparativa" é sua mão-de-obra barata. Uma abertura maior ainda em relação ao capital estrangeiro está em marcha. Foram aprovados projetos de mais de 2,5 bilhões de dólares nos últimos anos, embora até o momento, nos últimos três tenham entrado no país apenas pouco mais de mil. As novas condições permitem até o controle de 100% do investimento em áreas em que anteriormente havia restrições ao capital estrangeiro.

Hoje a única condição para o investimento estrangeiro é destinar o grosso de sua produção para a exportação, de modo que a possível entrada de divisas se torna uma ilusão a mais. As *maquiladoras* crescem como fungos por todo o norte do México: em três anos aumentaram em mais de 100 os seus

estabelecimentos e ultrapassam já as 700, com mais de 220 mil trabalhadores.

A renegociação da dívida privada levou a uma maior participação direta do capital estrangeiro, pela capitalização de passivos. A recente decisão de entrar no Gatt, que na prática já se realizara com a liberação do comércio exterior, foi objeto de múltiplos questionamentos, inclusive por parte de alguns industriais, e levará sem dúvida a acelerar o processo de recomposição do capital ao debilitar o mercado interno.

A atividade estatal também sofre mudanças. Até o momento não foi alterada a sua participação nas áreas estratégicas, mas foram liquidadas cerca de 250 empresas. A administração pública está sendo reestruturada e acelera-se a descentralização regional. Este processo levou milhares de trabalhadores a serem despedidos.

O terremoto de setembro mostrou a gravidade da crise e questionou a política seguida diante do endividamento externo, pois num momento em que o México necessita de cerca de cinco bilhões de dólares para a sua reconstrução, o pagamento implacável da dívida destina os recursos para o pagamento de juros a bancos estrangeiros. O povo mexicano requer uma nova estratégia de desenvolvimento que responda genuinamente aos interesses nacionais e alivie as precárias condições de vida que a crise lhe impôs e que em termos reais equivalem a apenas 50% dos salários de há três anos. Nesse sentido estão avançando as diferentes organizações sindicais, políticas e sociais. (Ignacio Hernández, pesquisador da Universidade Nacional do México.)

É preciso melhorar o nível de vida dos trabalhadores



¹ Filial de empresas estrangeiras que utilizam o México como montador de algumas das etapas do seu processo industrial, favorecidas pela mão-de-obra barata.

O impacto do terremoto na produção

As pequenas e médias indústrias concentradas na zona metropolitana foram seriamente afetadas pela catástrofe do ano passado e os danos que sofreram comprometem os empregos de milhares de trabalhadores

As consequências dos abalos sísmicos de 19 e 20 de setembro de 1985 não se limitaram exclusivamente à Cidade do México; o seu alcance foi nacional, uma vez que o grosso das atividades se concentra na zona metropolitana da capital.

O impacto não foi igual nos diversos setores

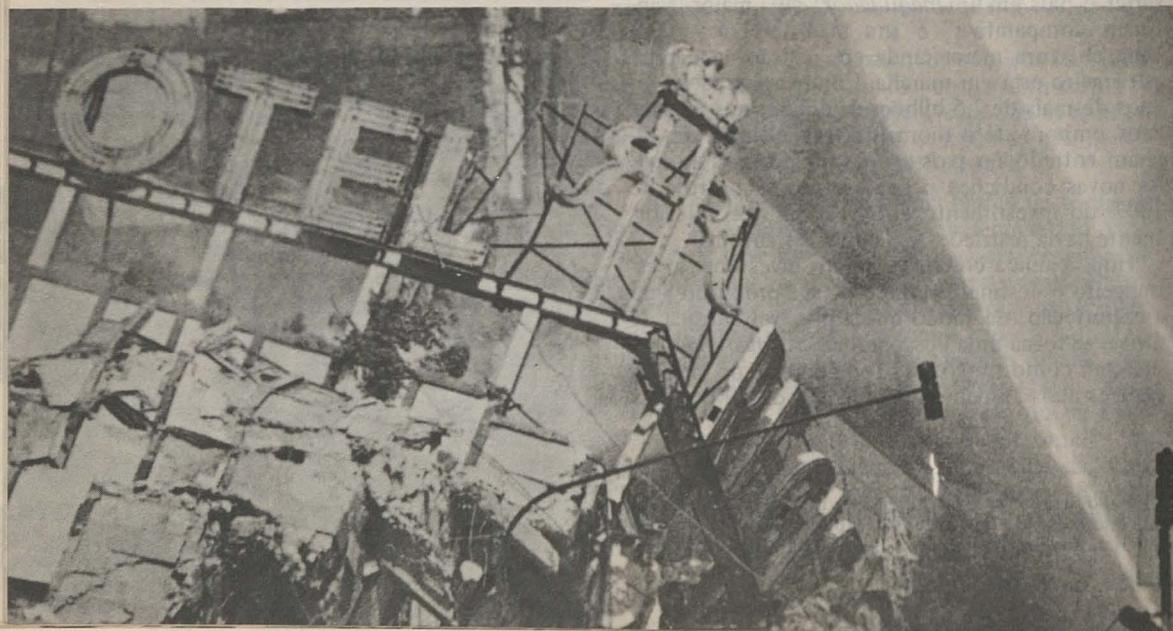
econômicos. Alguns foram mais prejudicados no que tange a perdas materiais e custos de reconstrução; outros, no que se refere à perda de empregos; e, finalmente, outros sofreram os maiores danos no que concerne a possibilidades de recuperação e de contribuição à economia nacional. Em todos os casos, os prejuízos — diretos ou indiretos — que os trabalhadores sofreram em suas condições de trabalho têm grande relação com os danos dos respectivos setores econômicos.

O centro da Cidade do México foi, como se sabe, a região mais atingida pelo terremoto. Ali estão localizadas mais de oito mil pequenas indústrias (de confecção de roupas, gráficas, encadernadoras e *maquiladoras* de diferentes tipos), além de 40 mil lojas — em sua maioria, pequenas.

Por isso os pequenos e médios empresários foram, depois dos trabalhadores, os mais afetados pelo terremoto. A pequena indústria sofreu danos em 1.326 instalações, sendo que perdas totais em 800 delas; e o pequeno comércio teve 800 estabelecimentos atingidos (metade dos quais totalmente destruídos), aos quais se somam dois mil negócios destruídos ou desalojados em mercados, segundo dados da Cepal. É preciso notar, contudo, que uma parte considerável desses empresários, sobretudo os médios, tem ligações mais ou menos diretas com as grandes empresas.

* Extraído do livro "O terremoto de 19 de setembro e os trabalhadores mexicanos", publicado pelo Centro de Estudos do Trabalho (CET).

Os edifícios do centro da Cidade do México foram os mais danificados pelo terremoto que assolou a capital



A indústria de confecções

Um caso ilustrativo é a indústria de vestuário, que, precisamente no centro da cidade, se compõe sobretudo de empresas ou oficinas que trabalham para grandes consórcios e casas comerciais, várias delas de capital estrangeiro (Topeka, Levi's, Paco Rabane, Parigi, El Puerto de Liverpool, Palacio de Hierro e Sears, entre outras).

Existem diversos dados sobre o impacto da catástrofe na indústria de confecções. Segundo Gabriel Carrasco, presidente da Câmara Nacional da Indústria de Vestuário, das 2.800 indústrias registradas nessa instituição, 1.026 se situavam no centro da cidade, e, destas, pouco mais de 500 sofreram danos totais ou parciais (200 foram derrubadas, 150 sofreram danos parciais e 150 fecharam por se encontrarem em zona de perigo). Outras fontes assinalaram que numa reunião entre empresários da indústria de confecções, realizada em 2 de outubro, foram computadas 1.326 oficinas paradas e 800 totalmente destruídas.

Se considerarmos que o grosso da indústria de confecções se concentra nas três maiores áreas metropolitanas do país — Cidade do México, Guadalajara e Monterrey —, não é difícil concluir que será sem precedentes a queda na produção dessa indústria. E esta queda vai ter, provavelmente, graves repercussões em outros setores, sobretudo na indústria têxtil, já que grande parte da sua produção é absorvida pela indústria de vestuário.

Os trabalhadores dessa indústria, que conseguiram manter os seus empregos, é que sofrerão o maior impacto. Porque se alguma indústria se caracteriza por condições de trabalho anacrônicas — e esta constatação é uma consequência positiva do terremoto —, é, justamente, a indústria de vestuário.

As condições de trabalho das costureiras eram deploráveis antes da catástrofe: iluminação precária, insalubridade nos banheiros, falta d'água, suspensões arbitrárias — por atrasos de 3 ou 5 minutos, ou por erros mínimos na produção —, longas jornadas de trabalho por salários muitas vezes inferiores ao mínimo, trabalhando durante anos por empreitada, sem direito a qualquer benefício social, contratadas mediante acordo verbal e — a maioria — sem ser sindicalizadas.

Calcula-se que grande parte das trabalhadoras em confecção industrial compõe-se de mães solteiras que não contavam com poupança de nenhuma espécie nem com ajuda sindical, já que temiam organizar-se e perder o emprego.

David Méndez H.



Um dos setores que mais sofreu com as demissões em massa foi o das operárias da indústria de confecção

Prejuízos na indústria do turismo

O turismo, essa "indústria sem chaminés" que contribui com 3% do Produto Interno do país e com 6% da entrada de divisas, composta principalmente por serviços de hotéis e restaurantes, foi outra das atividades mais prejudicadas pelo terremoto, que veio agravar a situação anterior, já difícil.

De acordo com o presidente da Associação Mexicana de Hotéis e Motéis, Rafael Suárez Vázquez, dos 280 hotéis existentes na capital, 140 (50%) sofreram danos consideráveis e 100 deles tiveram inutilizada a metade de seus quartos. Entre os grandes hotéis totalmente destruídos figuram o Regis, Príncipado, De Carlo, Romano Centro, Versalhes, Finisterre e Montreal. Outros, como o Del Prado, Presidente Zona Rosa, Reforma, Empório, Del Paseo, Century Zona Rosa e Krystal Zona Rosa, sofreram danos que levaram à sua interdição.

Estes números contrastam com os da Comissão Metropolitana de Emergência, que em 30 de setembro indicava que 85 hotéis tinham sido afetados, 5 foram destruídos, 5 semidestruídos, 36 tiveram danos menores e 35 sofreram danos no acabamento, tendo sido atingidos 12 mil 500 quartos no total. Não serão captados cerca de um bilhão de dólares de origem turística por causa dos efeitos dos terremotos na infra-estrutura hoteleira.

O líder do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Gastronômica, Salvador Martínez, calcula, por sua vez, que só nas semanas posteriores ao terremoto aproximadamente 80 milhões de dólares deixaram de entrar, pois só estavam ocupados 5 a 8% da capacidade hoteleira da indústria turística. Com efeito, mesmo em re-

giões não afetadas pelo terremoto, a afluência turística diminuiu consideravelmente.

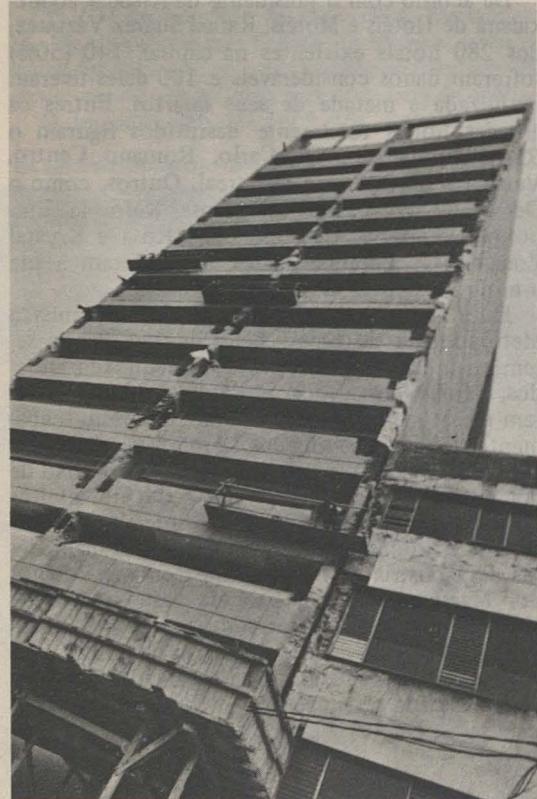
O secretário de Turismo informou que serão necessários 15 bilhões de pesos, em condições excepcionais, para a reforma dos hotéis; as taxas de juros, que já se situam 40% abaixo das taxas comerciais, serão reduzidas em mais 10% e os prazos de pagamento serão de 15 anos.

As perdas do governo

O governo, em seu conjunto — repartições públicas, bancos e indústria estatal e paraestatal — sofreu também perdas consideráveis. A principal delas foi a morte de 2 mil 778 funcionários, de acordo com os cálculos da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores a Serviço do Estado (FSTSE). Além do desabamento total ou parcial de numerosos edifícios públicos (123), 10% dos arquivos do governo federal foram afetados.

Foi divulgado que os estabelecimentos produtivos do país não sofreram danos graves. Gilberto Ortiz, diretor de Estudos Econômicos da Câmara Nacional da Indústria da Transformação (Cana-

Indústria hoteleira: déficit de um bilhão de dólares



David Méndez H.

cintra), calculou inicialmente que somente 120 indústrias tinham sido afetadas, mas aquelas que pertencem ao governo são de grande importância, embora pouco numerosas.

O balanço feito pelo titular da Secretaria de Energia, Minas e Indústria Paraestatal (Semip), Francisco Labastida Ochoa, apresenta o seguinte saldo: a própria Semip perdeu três edifícios administrativos; o setor mineiro perdeu quatro ou cinco instalações; as instalações de Azúcar S.A. e as da Papelera Atenquique foram destruídas e os imóveis de Altos Hornos de México (AHMSA) e da Fertimex sofreram danos parciais. A estes prejuízos somam-se os verificados na siderurgia — especialmente na Sicartsa, em Lázaro Cárdenas, Michoacán —, na indústria elétrica e nas telecomunicações. Estas últimas foram reparadas de maneira muito rápida, graças ao empenho dos trabalhadores do setor.

Em consequência dos movimentos sísmicos foram perdidos — por alguns dias — 365 geradores de alta tensão, caíram 100 postes e se queimaram 300 transformadores, deixando 38 mil usuários temporariamente sem eletricidade.

Outro efeito material que se fez sentir de imediato foi a interrupção ou defeito nas comunicações telefônicas. O equipamento da Teléfonos de México (empresa de capital misto, única no ramo) concentrado na zona central da Cidade do México, foi danificado em 90%; na central de San Juan a torre de microondas e todo o sistema automático interurbano foram prejudicados; 60% do equipamento eletrônico foram destruídos e, de um total de 60 edifícios pertencentes à Teléfonos de México (Telmex), 26 sofreram danos e quase a metade destes não pode ser ocupada. A perda econômica da Telmex se calcula, em princípio, em 38 bilhões de pesos.

Outros setores que sofreram danos consideráveis foram a área da educação e saúde. Finalmente, foram verificados danos em 71 das 902 sucursais bancárias que operam na zona metropolitana da Cidade do México. O banco mais atingido foi o Comermex, com 22 sucursais afetadas, o Serfin, com 17, o Banamex, com 16, o Atlântico, com 10 e outros. Também foram afetadas as novas instalações centrais do Banco do México, que estavam em construção. Das 44 empresas de seguro do país só quatro ou cinco foram afetadas. Além disso, o secretário geral da Federação Nacional de Sindicatos Bancários (Fenasib), deputado Rafael López Zepeda, informou que várias sedes sindicais ficaram praticamente inabitáveis, entre as quais a da própria Fenasib, a da Banobras, Serfin, Comermex, Banca Cremi, Banpro e Nafinsa.

As consequências no emprego

O efeito mais sensível e direto que o terremoto apresentou sobre as condições de trabalho foi referente ao emprego. Sua análise se complica pelo menos por dois motivos. Primeiro porque em muitos casos não fica claro se a perda recente do emprego é devida ao terremoto ou aos cortes de pessoal que vinham acontecendo há algum tempo. De fato, são numerosas as denúncias de que o cataclisma está servindo de pretexto para que se continue demitindo pessoal. No princípio de outubro o número de demissões injustificadas se calculava em 100 mil.

A segunda razão é que, em muitos casos, não se esclarece se o desemprego é definitivo ou temporário. Além disso, tende a haver uma confusão com o "reescalonamento", do qual não se sabe se modificará ou não as condições de trabalho, sobretudo no que se refere ao salário, à jornada de trabalho e à carga horária.

Apesar das limitações o exame rigoroso da questão é urgente, porque o desemprego vem sendo, há alguns anos, a principal consequência da crise econômica para os trabalhadores.

As cifras sobre a quantidade de pessoas que ficaram temporária ou definitivamente sem trabalho são muito variáveis: os cálculos oscilam de 150 mil a 500 mil, sem falar dos possíveis exageros que elevam o número a 1 milhão. (Essa cifra refere-se à zona central da cidade e se desmembraria em 300 mil pessoas que trabalhavam em hotéis, restaurantes ou comércio, e 700 mil empregadas em 7 mil mini-indústrias de roupa, calçado e joalheria, entre outras.)

Fontes autorizadas do movimento operário organizado coincidem em indicar que o grave desemprego resultante do terremoto deu-se principalmente na pequena e média empresas e atingiu sobretudo os setores econômicos da confecção, gastronômico e hoteleiro. No primeiro caso ficaram sem trabalho cerca de 40 mil pessoas, costureiras em sua maioria, mas se calcula em 200 ou até 400 mil o número de trabalhadores (principalmente mulheres) que correm o perigo de ter o mesmo destino.

No caso da indústria gastronômica e de hotelearia, os números sobre o desemprego causado pelo terremoto flutuam entre três e dez mil pessoas. A atividade turística em geral, dentro e fora da Cidade do México, deixa um saldo de 25 mil pessoas vinculadas direta ou indiretamente a ela, que perderam suas fontes de trabalho. De um total de quatro mil trabalhadores filiados ao sindicato de Guias de Turismo, por exemplo, somente 500 estão trabalhan-

David Mendez H.



Acampamento de parentes de cidadãos desaparecidos

do na profissão. Mil perderam o emprego e os demais estão dedicados a outras atividades, como motoristas de táxi ou ônibus, segundo informação de Manuel Romero Rendón, secretário geral do sindicato.

Os funcionários públicos

Também os trabalhadores do Estado foram dos mais afetados neste setor. Destacam-se os da Secretaria de Trabalho e Previdência Social (STPS), de Comércio e Fomento Industrial (Secofi), de Planejamento e Orçamento (SPP), de Proteção e Obras Públicas, bem como os funcionários da Procuradoria Geral e do Distrito Federal.

A estes deve-se somar os trabalhadores do Instituto Mexicano do Seguro Social (IMSS), dos quais 50 mil (médicos, enfermeiras, radiologistas, anestesistas, auxiliares de enfermagem e pessoal administrativo), que trabalhavam na condição de temporários, serão substituídos pelos trabalhadores do Centro Médico Nacional e de outras instituições danificadas pelos terremotos. Da Secretaria da Reforma Agrária (SRA) foram despedidos, ao que parece, cerca de 15 mil empregados.

Nas empresas estatais com participação de capital privado também há evidências deste problema. Na Teléfonos de México (Telmex), o dirigente do sindicato sintetizou assim a questão: "Não é possível que, sendo a indústria da telecomunicação uma das mais afetadas (pelo terremoto), permaneçam quatro mil trabalhadores especializados sem fazer nada". Por outro lado, três mil bancários ficaram sem espaço físico para trabalhar e até o momento não foram redistribuídos.

Os trabalhadores do comércio, inclusive os que trabalham por conta própria, também sofreram bastante este efeito do terremoto. É o caso das mi-

lhares de mulheres que trabalhavam como caixas ou balconistas nas lojas desmoronadas da zona central; e dos vendedores por comissão que perderam a pista de muitos clientes cujos escritórios foram transferidos para lugares pouco conhecidos.

A relação poderia estender-se até incluir os 400 trabalhadores dos cinemas que ficaram temporariamente sem emprego ou os 2 mil 200 professores primários redistribuídos (700 em caráter definitivo), mas em muitos dos casos não se conta sequer com cifras aproximadas.

O mais grave, como indica Fidel Velázquez, líder da CTM, é que será muito difícil que os empresários empreguem de imediato os novos desempregados, já que não existe a infra-estrutura necessária. Não menos grave é o fato de grande quantidade dos prejudicados — principalmente na indústria da confecção — serem trabalhadores não-sindicalizados, razão pela qual os abusos contra eles estão na ordem do dia.

Da mesma forma, é pertinente indicar que a CTM, a Croc e a Ftem calculam entre 20 e 30% as pessoas em idade produtiva que se encontram sem emprego nos municípios da periferia do Distrito Federal. Frente a esta situação, Humberto Enríquez Carrasco, dirigente do SME, pediu que o governo encaminhe um programa de emprego.

Se entende assim que em 15 de outubro passado, quando foi constituída a Coordenação de Emprego do Comitê de Auxílio Social, dependente da Comissão Nacional de Reconstrução, o presidente Miguel de la Madrid tenha indicado que os trabalhadores que perderam o emprego, bem como

“Muitos dos trabalhadores atingidos não estavam sindicalizados e isso foi motivo de inúmeros abusos”

os prejudicados de alguma forma pelo terremoto, terão prioridade nas atividades que se restabeleçam e nas que sejam geradas pela reconstrução. O setor empresarial, por sua vez, adotou medidas para absorver uma parte dos desempregados. Em algumas empresas a jornada de trabalho foi ampliada de modo a compreender três ou quatro turnos, dos quais os primeiros são cobertos pelos trabalhadores e técnicos da casa e os restantes pelos trabalhadores demitidos após o terremoto.

Efeitos na capacidade de compra

Aqueles que puderam conservar seu emprego depois do terremoto estão, certamente, em melhores condições que os desempregados, mas também sofreram sérias consequências. A mais importante delas, talvez, refere-se à redução direta ou indireta de seu salário e de sua capacidade aquisitiva em geral.

A forma mais visível que este fato assumiu foi a diminuição do salário nominal, sob o pretexto de dificuldades para as empresas, derivadas dos terremotos (principalmente o fechamento temporário ou a diminuição da produção por causa da perda de clientes ou da baixa demanda).

Um caso ilustrativo é o da hotelaria e da indústria gastronômica. De acordo com Salvador Ramos, secretário geral do Sindicato Nacional do setor, mais de 10 mil trabalhadores dessas indústrias tiveram seus salários reduzidos à metade (50%). Em outros casos, simplesmente os salários não foram mais pagos aos trabalhadores, que esperam ser recolocados, e foram suspensas as indenizações aos demitidos.

Os trabalhadores em geral, mas sobretudo aqueles que não têm sindicato, sofrerão provavelmente uma redução no seu poder negociador em matéria de salários e prestação de serviços. O perigo ou a ameaça de fechamento de empresas aumentou e, nessa medida, se reforça a pressão moderadora da demanda. A tudo isto se acrescenta uma forma indireta ou menos visível de redução salarial: o aumento dos preços (ou inflação), em virtude do qual o salário real (ou poder aquisitivo) se reduz, ainda que o salário nominal seja mantido ou mesmo aumente.

Especular com a fome e com o mal-estar da população trabalhadora será sempre reprovável, mas fazê-lo numa situação particularmente crítica e mesmo trágica, como a gerada pelo terremoto, é criminoso. Foi exatamente assim que o titular da Procuradoria Federal do Consumidor, Salvador Pliego Montes, classificou a disparada nos preços de alguns produtos básicos.



Cultura e soberania nacional

A realidade social mexicana encontra-se influenciada por valores que estimulam o individualismo, o racismo e a degradação social. Mas o povo resiste defendendo a sua memória histórica

Como outros povos da América Latina, Ásia, África e Caribe, o povo mexicano formou seus principais valores culturais em meio a longas lutas contra o colonialismo e a opressão nacional. Por isso sua cultura, resultante de um complexo processo histórico, se encontra

estreita e indissoluvelmente ligada à constante busca da afirmação e do fortalecimento de sua auto-determinação, independência e soberania nacionais.

Em 1985, o povo mexicano comemorou o 175º aniversário da luta pela independência da metrópole espanhola e o 75º do início da revolução de 1910-17, que foi o movimento popular mais profundo desse século no país. Antes e sobretudo depois da guerra de independência, protagonizada por milhares de indígenas, negros e mestiços, surgiram e se decantaram as expressões propriamente nacionais da cultura mexicana, nascidas da semelhança indígena e de repetidas fusões adotadas e impostas durante os 300 anos de regime colonial. Estes elementos adquiriram a dimensão de uma consciência nacional quando o país esteve ameaçado de desaparecer diante das agressões estrangeiras do século 19, que tentaram impedir a consolidação do México como país independente.

A revolução mexicana, além de transformar a estrutura econômica, social e política da nação, libertando-a dos obstáculos que freavam o desenvolvimento do capitalismo, teve uma forte conotação nacionalista e democrática, rediscutiu profundamente a identidade e permitiu avanços importantes na ainda inacabada integração nacional.

Com sua determinada incorporação à luta, o povo mexicano ganhou um novo espaço nas artes plásticas, na música, na dança, na literatura e outras áreas, que recolheram em suas páginas, linhas,

Um mural de Diego Rivera: a antiga Tenochtitlán, uma das mais bem acabadas expressões da cultura mexicana



cores e movimentos, o sentimento popular, sobretudo durante a etapa do cárdenismo, na qual com a participação de operários e camponeses algumas das reivindicações da revolução puderam se tornar realidade.

O próprio povo se transformou, fazendo florescer múltiplas manifestações da cultura, tanto indígena quanto mestiça, rural e urbana, e conquistou direitos sociais importantes, como a distribuição de terra e a legislação trabalhista, incorporados à Constituição de 1917, que deu forma ao novo Estado surgido da revolução.

Identidade nacional e diversidade cultural

Em meio a vitórias e fracassos, o povo mexicano construiu uma enorme riqueza cultural que se manifesta em diversas tradições, costumes, hábitos, técnicas, visões do mundo e da vida que, em seu caráter histórico e mutante, vão formando uma memória coletiva, um patrimônio comum que faz com que os mexicanos se sintam possuidores de uma cultura nacional.

A existência de uma identidade nacional não significa, porém, que a nação e sua cultura sejam homogêneas. Ambas estão condicionadas pela complexa estrutura social na qual operários, camponeses, artesãos, professores, estudantes e pequenos produtores geram práticas e concepções diferentes e por vezes opostas às das classes dominantes. O México conserva ainda uma diferenciação étnica muito importante; as culturas populares se enriquecem com a presença de 56 grupos indígenas que, apesar de inseridos na dinâmica econômica e social do país, conseguiram preservar uma identidade própria.

A diversidade cultural do México tem também expressões regionais. As diferenças culturais entre o sudeste, o noroeste, o centro e o norte são às vezes contrastantes.

Apesar de estar enraizada, a cultura do povo mexicano indígena e mestiço se vê obrigada a subsistir resistindo à deformação, influência e submissão impostas pela permanente penetração estrangeira. Sofre também a expropriação de valores praticada pelas classes dominantes, que ilegitimamente se autoproclamaram herdeiras das melhores tradições históricas e culturais do povo.

Por outro lado, a criação cultural das camadas populares se vê afetada pelas cada vez mais penosas condições de vida e de trabalho que a crise acarretou, impedindo que esses segmentos desfrutem plenamente dos direitos pelos quais lutaram em outros tempos.

Crise e desnacionalização

Três quartos de século já se passaram desde o início da revolução mexicana, mas a realidade atual – determinada pela existência de uma crise que repercute nos planos econômico, político, ideológico e cultural e dura há mais de uma década – conduz o povo por um caminho de crescente inflação, desvalorização permanente da moeda, desemprego, falta de moradia, de serviços e assistência médica.

Apesar do grande esforço feito por milhares de operários e camponeses, dos muitos artistas e intelectuais que ao longo da história colocaram o seu conhecimento a serviço dos interesses nacionais, o México se defronta, como outros povos do Terceiro Mundo, com uma grave ameaça à sua soberania e autodeterminação. O país sofre as consequências de sua crescente subordinação, já não a uma metrópole colonial, mas ao sistema de dominação dos países desenvolvidos e em particular aos Estados Unidos.

Esta subordinação, evidenciada nos setores mais importantes da economia e na constante ingerência norte-americana, se aprofundou nos últimos anos. O México se ressente dos efeitos de uma crise que propicia a entrega de seus recursos naturais, e cada vez mais dos humanos, às grandes empresas transnacionais. Talvez a expressão mais grave dessa dependência e o principal obstáculo ao exercício da autodeterminação seja hoje a onerosa dívida externa.

A realidade cultural do México se acha influenciada em grande medida pelos valores internos e externos que estimulam o individualismo, a violência, o racismo e a degradação social. Para isso, contribuem sistematicamente os meios de comunicação privados, cujos conteúdos são determinados com base nos exorbitantes gastos que as grandes empresas nacionais e transnacionais destinam à publicidade, deformando os padrões estéticos e de consumo de algumas camadas da população.

A presença norte-americana na vida cultural do México se manifesta também na imposição de padrões de pesquisa, no uso de tecnologias que não só não correspondem às necessidades nacionais, como também implicam o uso irracional de importantes recursos naturais que fazem parte do patrimônio do país. Fundações como a Rockefeller, a Ford, o Birf e outras empresas transnacionais, participam ativamente na promoção de projetos de pesquisa científica e tecnológica e em programas de desenvolvimento educativo e cultural cujo objetivo é atrair núcleos de profissionais, intelectuais e artistas.



A vasta fronteira mexicano-norte-americana cria sérios problemas para o desenvolvimento independente do país ao facilitar uma crescente integração ao mercado dos Estados Unidos

O mesmo acontece com organismos como o Instituto Linguístico de Verão e outros grupos religiosos, cuja presença entre as comunidades indígenas e nos bairros populares significa a constante deformação e substituição de valores e tradições.

Outro problema fundamental para o exercício da soberania nacional e que se expressa em um forte e cotidiano conflito cultural é a crescente integração da economia fronteiriça com o mercado norte-americano, através da proliferação de empresas subsidiárias das transnacionais, que introduzem mudanças nos costumes e formas de vida de milhares de mulheres e jovens, aos quais a estratégia de desenvolvimento vigente não oferece outra alternativa.

Ao mesmo tempo, a política de contenção de despesas impõe, nos últimos dois anos, severas limitações à atividade cultural e repercutiu em sucessivos cortes orçamentários às instituições oficiais, na suspensão de novos projetos, em demissões em massa e inclusive na liquidação de organismos como a Distribuidora do Fundo de Cultura Econômica, o Fonágora, o Conescal, o Fundo Nacional para o Estímulo à Dança Popular. Além disso, 22 empresas de cinema, rádio e televisão foram fechadas, gerando com isso maior desemprego entre os trabalhadores da cultura.

Conflitos trabalhistas, redução e limitação de projetos editoriais, recursos escassos para o apoio às culturas populares e regionais, marcam a situação difícil que atravessam muitas das instituições culturais que agora se vêem obrigadas a desenvolver os maiores esforços para manter uma vida cultural regular.

Condições adversas

Alguns dados ilustram as condições adversas que exigem atenção urgente: o orçamento destinado hoje à educação corresponde a apenas 50% do recomendado pela Unesco - 8% do PIB; em 1985 foram reduzidas em 27% as atividades artísticas do Instituto Nacional de Belas Artes; as autoridades do Distrito Federal destinaram menos de 1% do seu orçamento à difusão cultural em uma cidade de mais de 17 milhões de habitantes; a SEP, organismo fundamental na política cultural do país, sofreu no ano passado quatro ajustes orçamentários; o investimento destinado ao desenvolvimento de uma ciência e uma tecnologia próprias é da ordem de 0,6% do PIB.

Finalmente, chama a atenção o fato de que, enquanto a Unesco recomenda a leitura de 4 livros anuais por habitante como meta mínima, no México se edita um para cada cinco pessoas, diante de milhares de *comics*, histórias-em-quadrinhos, fotonovelas e outros, em cuja leitura o país disputa o primeiro lugar. Tudo isso em um país que não conseguiu erradicar completamente o analfabetismo funcional e real.

Outro aspecto que afeta a dinâmica cultural é a centralização excessiva da infra-estrutura e dos serviços culturais nas principais cidades e sobretudo na capital, apesar dos novos planos de descentralização do governo federal. Esse fator diminui o estímulo e limita a recriação de valores, tradições e costumes de uma nação cuja diversidade étnica e regional exige uma reestruturação da política cultural.

Uma tragédia para o povo

Os dramáticos acontecimentos decorrentes dos terremotos de 19 e 20 de setembro tomaram agudos certos problemas sociais e culturais. As consequências mais graves foram a perda de milhares de vidas em uma catástrofe que despertou os sentimentos de solidariedade do povo mexicano e o amplo apoio internacional. Além disso, um grande número de construções que alojavam, principalmente, escritórios governamentais, escolas, centros de saúde, moradias, comércio e pequenas empresas foram em parte derrubadas ou ficaram totalmente imprestáveis.

O patrimônio arquitetônico da Cidade do México sofreu pequenos danos em alguns monumentos pré-hispânicos como o Templo Mayor e a pirâmide da estação Pino Suárez do metrô. Segundo a Direção de Monumentos Históricos do Inah, 14 construções do Centro Histórico apresentaram afundamentos, rachaduras e desabamentos. Perto de 40 igrejas e templos ressentiram-se com o tremor e tiveram danos de diferentes intensidades.

Na infra-estrutura cultural, 13 teatros, 22 cinemas e 5 museus fecharam as suas portas por causa do impacto sofrido. Alguns cinemas e teatros não se recuperarão.

O patrimônio artístico foi afetado em sua obra mural de pintores como Juan O'Gorman, José Chávez Morado, Carlos Mérida e Luis Nishizahua, integrada à arquitetura de edifícios como o Multifamiliar Juárez, o Centro Médico Nacional e o edifício da Secretaria de Comunicação e Transportes.

As áreas que sofreram maiores danos, entretanto, foram a educação e a saúde, já que 650 mil alunos de diferentes níveis ficaram sem escola como consequência dos desmoronamentos e da deterioração sofrida nos prédios. O governo mexicano iniciou um programa para realojar os estudantes em outros centros. Para isso teve-se que recorrer a turnos dobrados, instalação de aulas temporárias e por televisão, o que implicou em novos gastos não previstos. Até o dia 18 de novembro passado, ainda não haviam sido realojados pouco mais de 66 mil alunos e não se conseguiu recuperar nem a qualidade educativa predominante até antes do terremoto. A possibilidade de se resolver o problema educativo parece agora mais difícil.

A perda do Centro Médico Nacional — a maior instituição de saúde da América Latina, com 22 anos de existência — e do Hospital Juárez significa um sério golpe para a medicina mexicana. Neles se praticava a mais avançada medicina moderna e se mantinha um alto nível de pesquisa e docência.

Milhares de médicos, enfermeiras, técnicos e empregados, muitos deles com anos de experiência e especialização, faleceram no terremoto.

Rumo a um novo projeto nacional

O terremoto, suas consequências e a ampla mobilização popular, reveladora da existência de valores fundamentais entre os mexicanos pobres, trouxeram à tona muitas das contradições sociais predominantes antes da catástrofe. A partir dela, um grande número de jornalistas, intelectuais e organizações populares tem afirmado que o México não pode retornar à "normalidade" anterior à tragédia. Assinalaram também que a reconstrução deve partir de um novo projeto nacional.

Diante da nítida evidência de que com a atual estratégia de desenvolvimento e de combate à crise, não é possível oferecer uma alternativa digna para o povo, começou a despertar a consciência de que é necessário ir ao fundo do problema e questionar os alicerces da organização atual do Estado.

Na verdade, antes e depois do terremoto, o México precisa de um projeto que resgate as aspirações do povo e fortaleça a independência e a soberania nacionais.

Na criação desse novo projeto, a cultura deverá desempenhar um destacado papel. É preciso reconhecer, estimular e fundir valiosas propostas culturais presentes em diversas organizações e associações independentes em que participam um grande número de mexicanos nacionalistas e latino-americanistas que, diante da crise e das agressões à identidade do país, trabalham pela defesa das manifestações nacionais e populares.

Outro aspecto importante é realizar um sistemático trabalho de reinterpretação da história nacional mexicana, que destaque a participação do povo como o seu principal protagonista e forneça os elementos que são necessários para construir o futuro.

A história tem demonstrado que quando os povos conseguem preservar a sua identidade são capazes de livrar-se dos obstáculos que se opõem ao seu desenvolvimento e contribuir para o engrandecimento do patrimônio cultural de toda a humanidade. Embora sob condições adversas, o povo mexicano defende a sua cultura e resiste ao choque contra a sua memória coletiva. No seu trabalho diário, nas suas músicas, danças e lutas, o povo recria valores democráticos e solidários e demonstra ser depositário do potencial necessário para prosseguir a caminhada em direção a um futuro mais digno para todos. (Lucina Jiménez)

As relações com os Estados Unidos

O deterioramento das relações México-Estados Unidos tem vários motivos, entre eles, a crise centro-americana

As relações México-Estados Unidos têm sido marcadas, ao longo de sua história — cerca de um século e meio — por confrontos e conflitos. Mas considera-se que, agora, a situação é a pior dos últimos tempos.

Cerca de três mil quilômetros de fronteira comum; duas economias marcadas por uma grande desigualdade — a renda per cápita nos Estados Unidos é oito vezes maior que a do México —, uma relação de dependência da economia mexicana frente à norte-americana — os Estados Unidos são o principal credor do México, dois terços das exportações mexicanas vão para o vizinho do norte, ao

mesmo tempo que igual proporção se dá no sentido inverso — representam fatores que não se pode deixar de citar quando se fala sobre as relações entre os dois países.

Esses fatores de ordem econômica e geopolítica têm acarretado, na maioria das vezes, situações desvantajosas para o México. Um levantamento dos fatos mais significativos em que os dois países estiveram envolvidos em 1985 demonstra o deterioramento sofrido em suas relações bilaterais.

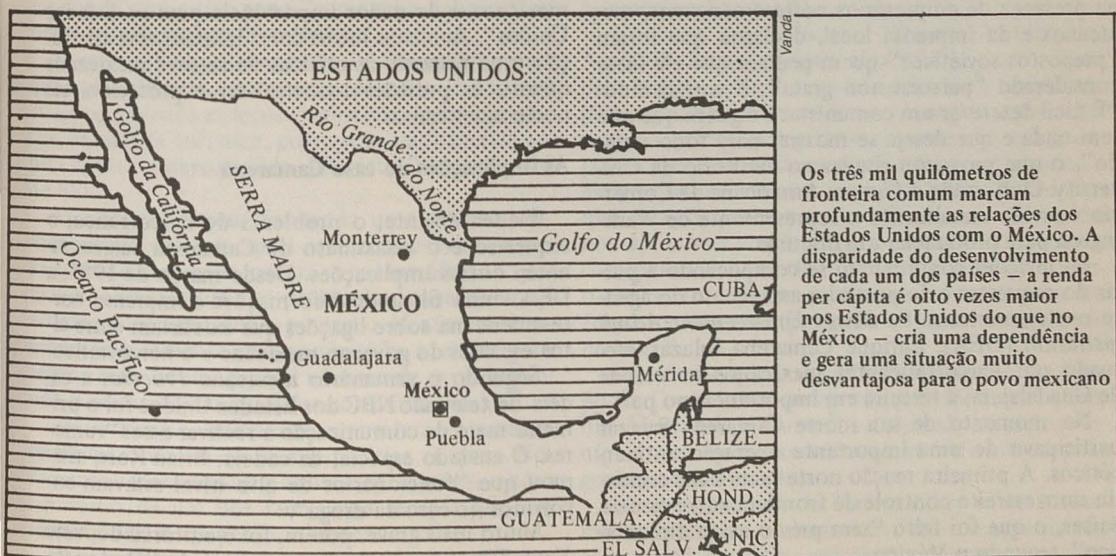
A luta contra o narcotráfico, os investimentos norte-americanos no México, a segurança para os turistas e a política externa mexicana foram, entre outros, temas de confrontos durante o ano passado.

“Intromissão escandalosa”

Os primeiros acontecimentos do ano foram antecipados pelo que os círculos políticos e governamentais mexicanos consideram como uma “intromissão escandalosa” do embaixador norte-americano, John Gavin, nos assuntos internos do México.

Os fatos: Gavin mantivera — até o fim de 1984 — uma série de reuniões públicas e privadas com funcionários e dirigentes políticos do direitista Partido de Ação Nacional (PAN), com setores conservadores do clero e empresários do interior do país. Além do mais, ele fizera declarações à imprensa que motivaram várias reações de descontentamento.

O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio de seu subsecretário Ricardo Valero, solicitou um parecer dos legisladores mexicanos, para,



Os três mil quilômetros de fronteira comum marcam profundamente as relações dos Estados Unidos com o México. A disparidade do desenvolvimento de cada um dos países — a renda per cápita é oito vezes maior nos Estados Unidos do que no México — cria uma dependência e gera uma situação muito desvantajosa para o povo mexicano

John Gavin ficou no cargo com o apoio de Reagan



Steiner/Sygma

então, "enviar recomendações" ao presidente da República sobre o caso Gavin. Diversos setores sociais e políticos chegaram a pedir ao governo de Miguel de la Madrid "a aplicação das leis mexicanas ao embaixador norte-americano e exigir do governo dos Estados Unidos a retirada do diplomata".

Gavin respondeu simplesmente que era vítima de uma campanha de "xenófobos e de antinorte-americanos", e, com o apoio total da administração Reagan, permaneceu no cargo.

No entanto, o embaixador prosseguiu na sua campanha de provocações. No dia 31 de janeiro, na presença de empresários norte-americanos, mexicanos e da imprensa local, declarou que foram "prepostos soviéticos" quem pediam que ele fosse considerado "persona non grata". E acrescentou: "É fácil descrever um comunista: é alguém que não tem nada e que deseja se mostrar para todo mundo", o que provocou risadas no auditório da University Club, onde a Câmara Americana de Comércio convida anualmente o representante de Washington para pronunciar um discurso.

As relações continuaram se complicando a partir do sequestro e do posterior assassinato do agente norte-americano da *Drugs Enforcement Administration* (DEA), Enrique Camarena Salazar, efetuado por narcotraficantes mexicanos na cidade de Guadalajara, a terceira em importância no país.

No momento de sua morte Camarena Salazar participava de uma importante operação antinarcóticos. A primeira reação norte-americana consistiu num estreito controle da fronteira entre os dois países, o que foi feito "sem prévio aviso diplomático", segundo o México.

Através de seu chanceler, Bernardo Sepúlveda Amor, o governo mexicano afirmou que a ação norte-americana "não se justificava nem como medida para dificultar o narcotráfico e nem para apressar as investigações sobre o caso Camarena". O ministro acrescentou que "o comércio e o turismo estão afetados e as consequências podem ser graves".

Em 18 de fevereiro, o Ministério das Relações Exteriores enviou instruções a seu embaixador em Washington, Jorge Espinoza de los Reys, para que ele fizesse uma "gestão diplomática para conhecer o motivo de uma ação dessa natureza".

Gavin voltou à cena. Suas declarações em torno da medida norte-americana e sobre o narcotráfico não poderiam ser mais irritantes para o México. O embaixador disse: "O México é o terceiro país produtor de maconha do mundo, e poderia transformar-se no primeiro". Sustentou também que o México era "a primeira nação abastecedora de drogas proibidas e perigosas (como barbitúricos, anfetaminas e calmantes) do mercado norte-americano". Uma evidente recriminação a seus "amigos mexicanos".

O embaixador norte-americano complementou suas declarações com avaliações em torno da situação econômica do país. Em um discurso no Club de Leões da capital mexicana, John Gavin afirmou: "... por causa da crise financeira do México, a situação econômica do nosso vizinho tem sido motivo de interesse não apenas nos Estados Unidos, mas também em círculos financeiros internacionais". E acrescentou que "a saúde econômica mexicana é da maior importância para os Estados Unidos". Analistas locais consideraram essa afirmação uma resposta às críticas de setores mexicanos quanto às pressões monetaristas e protecionistas norte-americanas.

As implicações do caso Camarena

Evidentemente, o problema do narcotráfico, o sequestro e o assassinato de Camarena Salazar tinham outras implicações. Desde março de 1985, a DEA vinha filtrando informações à imprensa norte-americana sobre ligações que existiriam entre altos escalões do governo mexicano e o narcotráfico.

Segundo o semanário mexicano *Proceso*, a cadeia de televisão NBC dos Estados Unidos foi o primeiro meio de comunicação a reativar esses "rumores". O enviado especial da cadeia, Brian Ross, afirmou que "funcionários de alto nível estavam envolvidos no caso da droga".

Muito mais grave, porém, foi o editorial do *New York Times* de 22 de março intitulado "Onde está

o orgulho do México?", onde assinalava, entre outros pontos, que "agora, talvez, o presidente De la Madrid não queira atuar contra aliados políticos com possíveis ligações com o negócio (da droga) ilícito".

A resposta mexicana não se fez esperar. No mesmo 22 de março, o chanceler Sepúlveda declarava, em Guadalajara, que "não se pode aceitar que isolados comportamentos delituosos desqualifiquem uma comunidade de sólidas tradições". Numa clara alusão ao caso Camarena, o ministro das Relações Exteriores denunciou que "recentes acontecimentos ocorridos nesta área do país suscitarão reações no México e no exterior, iniciando-se uma lamentável e injusta campanha de desprestígio, ofensa e calúnias".

A campanha antimexicana, além da "desmedida" atenção que a imprensa e a televisão norte-americana dedicavam ao México, estava também cheia de advertências de diversas autoridades dos Estados Unidos sobre a "periculosidade" das estradas mexicanas para o turismo norte-americano.

Desta maneira, o hipotético problema da "segurança turística" acabava por afetar um setor importante da economia mexicana: a indústria turística.

Na primeira semana de abril, o governo de Miguel de la Madrid resolveu enviar aos Estados Unidos o diretor de Comunicação Social da Presidência da República, Manuel Alonso. A missão? Difundir nos meios de comunicação de massa norte-americanos um relatório especial do governo dirigido à opinião pública para contestar o que o governo considerou como uma "campanha da imprensa norte-americana contra o México".

O relatório abordou os seis problemas bilaterais que, oficialmente, eram considerados chaves: as eleições, política externa, investimentos estrangeiros, segurança turística, corrupção na fronteira e a luta contra o narcotráfico. (Revista *Proceso*, maio de 85).

O Informe Alonso fez ainda uma citação pormenorizada das principais ações empreendidas pelo governo mexicano contra o narcotráfico. E destacou: "Trata-se de um problema de grande magnitude (o narcotráfico), porém o México está lutando intensamente para combatê-lo, e, assim, proteger a vida de um grande número de seres humanos, a maioria deles cidadãos norte-americanos".

A estratégia mexicana considerou também oportunamente uma defesa de sua política externa. Novamente, tornaram-se públicas as argumentações em torno de um dos temas que sempre geraram inquietação na potência vizinha.

O mencionado informe, na parte dedicada à po-

Sipa Press



O narcotráfico: origem de uma campanha antimexicana

lítica externa, reivindica seus princípios básicos: "A autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos, a igualdade jurídica dos Estados, e o repúdio a qualquer uso da força nas relações internacionais..."

A posição diante da crise da América Central

O documento põe em destaque, ainda, os conflitos armados na América Central e a política norte-americana na região.

E afirma textualmente: "O atual conflito na América Central é visto com grande preocupação pelo México, já que a guerra generalizada nesta região representaria uma séria ameaça à nossa segurança e ao nosso legítimo interesse de soberania política e desenvolvimento social e econômico". Mais adiante, acentua: "A instabilidade política que a região sofre ameaça afetar-nos e causar danos ao nosso comércio e às relações financeiras com países da América Central". Por essas razões, o governo mexicano partiu para "um enorme esforço na busca da paz e da solução negociada do conflito".

É evidente que a iniciativa pacificadora do Grupo de Contadora – integrado pelo México, Colômbia, Venezuela e Panamá – inspirada naquele princípio, tem sido constantemente dificultada pelo governo norte-americano.

Meses depois, De la Madrid falou sobre o mesmo tema. Numa entrevista exclusiva à agência oficial espanhola EFE, em junho, o presidente me-

xicano manifestou sua "insatisfação" pela falta de resultados práticos na gestão de Contadora. Além disso, contradiisse a versão dos Estados Unidos sobre a Nicarágua, afirmando que "o governo nicaraguense tem mostrado sua vontade de estruturar-se numa democracia pluralista que respeite as liberdades do homem".

E acrescentou: "O governo nicaraguense tem insistido em seu propósito de estabelecer uma economia mista e de ser um país não-alinhado". É claro que essas declarações representam uma carga muito pesada para a resistência norte-americana em reconhecer uma Nicarágua com essas características.



Shultz declarou à imprensa que o seu país não pensa em reatar as negociações de Manzanillo

De la Madrid discordou também dos Estados Unidos em outros pontos. Disse que "tem havido falta (em relação à América Central) de uma autêntica vontade política das partes em conflito". Embora nessa afirmação também esteja incluído o governo de Manágua, De la Madrid se referia especificamente aos Estados Unidos e seus aliados.

O presidente mexicano deve ter irritado Washington ao afirmar que "Cuba tem demonstrado uma atitude positiva em relação ao trabalho de pacificação em que o México está comprometido". Ou seja, que o México não compartilha do ponto de vista norte-americano sobre o papel desempenhado por Cuba e Nicarágua na crise regional.

Existe ainda um ponto a mais na política externa que não agrada Washington: a perseverança de que as conversações Manágua-Washington, no porto mexicano de Manzanillo, das quais o México foi

diligente anfitrião — e abandonadas unilateralmente pelos Estados Unidos — frutifiquem em prol de uma solução negociada. É preciso mencionar que estas conversações colocam a administração Reagan, com muita clareza, no papel principal que nega jogar.

No final de julho, o secretário de Estado, George Shultz, visitou a cidade do México. Nessa oportunidade, declarou à imprensa que os Estados Unidos não estão pensando em reatar as conversações de Manzanillo, sob o argumento de que o governo nicaraguense usa essas conversações para "sabotar" o Grupo de Contadora. Oficialmente, porém, Shultz teve o cuidado de não inquietar seus anfitriões.

As declarações de Sepúlveda

Indagado sobre as declarações do secretário de Estado norte-americano, o chanceler mexicano informou que o mesmo Shultz havia manifestado, que "continuará consultando de maneira muito próxima todas as partes envolvidas, com o objetivo de avaliar a possibilidade de uma retomada das conversações bilaterais". Uma suspeita contradicção de Shultz.

Um fantasma tinha surgido na véspera da reunião Sepúlveda-Shultz. O embaixador John Gavin havia filtrado uma informação que não poderia colaborar para a criação de um clima favorável à negociação bilateral. O diplomata declarou ter podido "perceber, a nível do governo mexicano, setores de funcionários que mostravam certa flexibilidade e até coincidiam com as posições dos Estados Unidos sobre a América Central", porém identificou também um setor "duro" contrário à posição de Washington situado na chancelaria mexicana e personificado em seu titular Sepúlveda Amor.

Carlos Fazio, analista político do semanário *Proceso*, ressaltou: "Shultz mente a alguém, disse sim e não às reuniões de Manzanillo".

Sepúlveda Amor manifestou-se, na presença de Shultz, ao dirigir-se à 5ª Sessão da Comissão Nacional México-Estados Unidos: "Com preocupação, observamos os riscos de ação enganadora que distorce o nobre sentido de uma colaboração respeitosa e serena. Afugentemos os perigos próprios de uma desinformação que perverte a realidade e minimiza a frutífera experiência de uma cooperação entre as duas nações". Sepúlveda havia declarado também que nas conversações com o secretário de Estado norte-americano tinham surgido "pontos sombrios" na relação bilateral com os Estados Unidos. É claro que a política externa mexicana para a América Central era um desses "pontos sombrios". (Victor Flores García)

A luta pela paz e pelo desarmamento

OMéxico foi se consolidando como nação independente através de uma firme luta, inicialmente contra o colonialismo espanhol e mais tarde contra as intervenções de potências estrangeiras que chegaram, inclusive, a usurpar-lhe mais da metade do seu território.

A contribuição do México para o convívio internacional se baseia nos princípios de sua política externa: a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos internacionais, a igualdade jurídica dos estados, a cooperação internacional para o desenvolvimento na paz mundial e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

Em face da política colonialista ou imperialista e da discriminação ou do racismo, o México defende o direito à vida e à liberdade de todos os homens e de todos os povos. Atualmente, uma grave ameaça paira não só contra a convivência pacífica das nações, mas também contra a própria existência da humanidade: a guerra nuclear. Bastam uns poucos dados para compreender a gravidade do problema. Em 1984, o gasto com armamento alcançou cerca de 800 bilhões de dólares e chegaram a 60 milhões as pessoas ocupadas em atividades militares (dentre elas meio milhão de pesquisadores e cientistas). Enquanto isso, um bilhão de pessoas se encontram em situação de miséria, atingidos pela fome, o desemprego, o analfabetismo!

O poder explosivo de todas as bombas usadas na 2ª guerra mundial, tanto as convencionais como as lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, foi de três milhões de toneladas de dinamite; o poder nuclear de nossos dias é seis mil vezes maior, ou seja, de 18 bilhões de toneladas de dinamite. A carga de um submarino *Tridente* é capaz de destruir todas as cidades do Ocidente e um só submarino *Polaris* carrega uma carga suficiente para arrasar as maiores cidades da União Soviética. Pode-se portanto afirmar que um conflito atômico seria, certamente, o fim da história da humanidade.

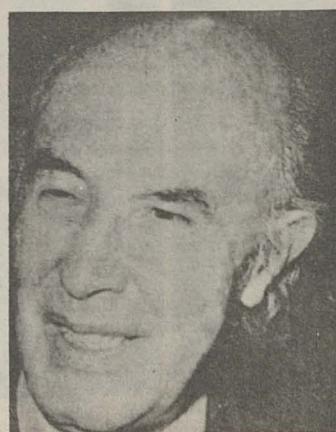
A corrida armamentista e a guerra vão contra os princípios que regem a política internacional do México. Por isso, os governos mexicanos têm mantido uma luta permanente em todos os foros internacionais pela distensão, o desarmamento, a

criação de zonas livres de armas nucleares, a eliminação do comércio de armas convencionais. Um exemplo desse esforço é o trabalho realizado pelo embaixador mexicano Alfonso García Robles na organização e funcionamento do Comitê de Desarmamento da Organização das Nações Unidas, trabalho pelo qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1982.

Uma das principais vitórias em termos de desarmamento resultante das iniciativas do México foi o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, conhecido como o Tratado de Tlatelolco, pelo qual se conseguiu a existência da única zona totalmente livre de armas nucleares. O governo do México teve um papel importante e uma posição firme em todas as resoluções das Nações Unidas em favor da paz.

Iniciar um processo de desarmamento

O atual governo deu um maior impulso aos esforços visando a iniciar um processo de desarmamento a nível mundial. Deu todo o seu apoio à iniciativa do Grupo Internacional de Parlamentares por uma Nova Ordem Mundial e o presidente Mi-



A luta dos governos mexicanos pela distensão e pelo desarmamento tem sido permanente. Um exemplo disso é o trabalho do embaixador Alfonso García Robles (foto ao lado), pelo qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1982

guel de la Madrid assinou em 22 de maio de 1984 a Declaração dos Quatro Continentes, junto com os primeiros-ministros da Grécia, Índia, Suécia e o presidente da Tanzânia. Nesse documento, os cinco mandatários pedem às potências atômicas o fim da corrida armamentista e convocam ao restabelecimento do diálogo e das negociações entre as superpotências a fim de evitar a possibilidade de uma explosão nuclear.

Em janeiro de 1985, o presidente mexicano participou, em Nova Déli, Índia, da reunião dos chefes de Estado da Argentina, Grécia, Índia, Suécia e Tanzânia, visando a reafirmar os compromissos de luta contra o armamentismo e a guerra. Na Declaração

de Nova Déli, os chefes de Estado fizeram um novo apelo às potências nucleares para que suspendam as experiências com todo tipo de armas nucleares e para que concluam, a curto prazo, um tratado de proibição de armas atômicas, o qual seria um passo significativo para deter a constante modernização e a ampliação dos arsenais nucleares.

A política contra a guerra e a favor do desarmamento tem todo o apoio das forças políticas do México. A Câmara de Senadores e Deputados e os partidos políticos de todas as tendências manifestaram seu apoio ao governo federal em seu compromisso de lutar pela paz e contra a proliferação das armas nucleares. (Ricardo Góvela, deputado federal pelo Partido Socialista dos Trabalhadores.) •

Prêmio internacional para os membros da conferência de Nova Déli

□ O prêmio *Beyond War* (Além da guerra) de 1985 foi entregue aos chefes de Estado Miguel de la Madrid, Raúl Alfonsín, Olof Palme, Andreas Papandreou, Rajiv Gandhi e o ex-presidente Julius Nyerere que assinaram, em janeiro de 1985, a Declaração de Nova Déli contra o armamentismo nuclear.

Os mandatários do México, Argentina, Suécia, Índia, Grécia e o ex-presidente da Tanzânia re-

ceberam o prêmio em seus respectivos países em uma cerimônia realizada simultaneamente em quatro continentes e transmitida diretamente pela televisão.

Esta foi a terceira vez que o prêmio foi entregue. Nos dois anos anteriores, ele foi outorgado à Conferência Nacional dos Bispos Católicos dos Estados Unidos e à união de Médicos Internacionais pela Prevenção da Guerra Nuclear. A fundação *Beyond War* é formada por três mil voluntários de todo o mundo.

Integram o comitê de seleção do prêmio, entre outros, Gro Harlem Brundtland (Noruega), Yehezkiel Chazov (União Soviética), Carl Sagan (Estados Unidos), Rodrigo Carazo Odio (Costa Rica), Andrew Young (Estados Unidos).



Olof Palme



Rajiv Gandhi



Raúl Alfonsín

EUA voltam a treinar forças policiais

Com a aprovação de alterações na Lei de Ajuda ao Exterior se abre caminho para recomeçar o assessoramento, treinamento e apoio aos corpos repressivos de países estrangeiros



Lei de Ajuda ao Exterior: aprovada por Kennedy e revitalizada por Reagan

No final da primeira semana de dezembro de 1985, a Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos aprovou, apenas com a oposição do democrata John Kerry, um fundo de 22 milhões de dólares destinado à chamada "luta contraterrorista" na América Central.

Originalmente, o pedido do presidente Ronald Reagan ao Congresso se fixou em 54 milhões de dólares e tinha por beneficiários os governos do Panamá, Costa Rica, Honduras, El Salvador e Guatemala. Ficavam, portanto, excluídos do programa a Nicarágua e Belize. Desse total, um milhão se destinará a pessoas ou agências que fornecem infor-

mação útil para o cumprimento do programa e, além disso, para protegê-los de possíveis consequências posteriores derivadas de sua colaboração.

Uma conhecida instituição humanitária da capital norte-americana, *Washington Office on Latin America* (Wola), explicou em uma análise desse plano que, na verdade, se trata de proteger o trabalho dos denominados em espanhol "orejas" (orelhas), ou seja, informantes e delatores. Os 21 milhões de dólares restantes serão empregados em um programa de treinamento em táticas de contra-insurgência das forças militares, paramilitares e de segurança.

O projeto teve sua origem for-

mal em julho de 1985, na forma de uma modificação na Seção 660 da *Foreign Assistance Act* (Lei de Ajuda ao Exterior) de 1961 — emendada em 1975 — que até agora proíbe taxativamente proporcionar assessoramento, treinamento, equipamentos ou apoio financeiro a forças policiais de países estrangeiros.

Essa colaboração estava sendo fornecida desde que a lei foi aprovada na época do presidente John F. Kennedy, mas ficou suspensa em julho de 1975 como resultado de denúncias e protestos generalizados contra a atuação das forças policiais em numerosos países do Terceiro Mundo.

No caso da América Latina, a aplicação das técnicas e métodos dos policiais norte-americanos — ou seus discípulos nativos — caracterizava o que se conhece como "guerras sujas", ou seja, as táticas repressoras das ditaduras militares contra a população civil. Dito de outra forma, o terrorismo de Estado. O presidente Gerald Ford teve que promulgar a proibição que agora o presidente Ronald Reagan deseja anular, depois de prolongadas investigações legislativas originadas pelo escândalo da atuação no Uruguai do chefe de polícia norte-americano Dan Mitrione.

A atual mudança de atitude se produz com a justificativa de que as forças policiais do istmo centro-americano não estão sufi-





A "parte do leão" da ajuda vai para o governo de El Salvador

cientemente preparadas para enfrentar ou impedir a luta dos grupos insurgentes que hoje atuam na Guatemala e El Salvador. Na linguagem da administração Reagan — adotada pelas outras agências governamentais e o Congresso — essas lutas revolucionárias comparáveis a guerras civis não são senão "terrorismo", ao qual se deve responder com o "contraterrorismo". O pretexto para caracterizar as ações da luta armada como "atos diabólicos" através do arbítrio da semântica, foi o ataque de um grupo guerrilheiro salvadorenho — a 19 de junho de 1985 — a um bar de San Salvador, em consequência do qual morreram seis cidadãos norte-americanos, quatro deles militares.

Discussão legislativa

Foi o republicano Bill McCollum quem, a título de ratificar a indignada reação de Reagan provocada por essa ação, propôs a

emenda à Lei de Assistência Exterior para 1986, pela qual se derrogava a proibição vigente durante uma década: "Se a 19 de junho tivéssemos em San Salvador uma força policial bem treinada, talvez esses seis cidadãos ainda estivessem vivos", alegou o parlamentar na sessão de 10 de julho, durante a qual a Câmara de Representantes afastou o primeiro obstáculo ao anular em princípio o voto de 1975. Argumento pueril mas de qualquer forma ilustrativo da mentalidade favorável ao presidente Reagan imperante no Congresso.

O representante democrata californiano George Miller fez restrições a essa carta branca que ia ser dada às forças policiais de El Salvador e Honduras. Ele lembrou que em El Salvador elas estiveram vinculadas, segundo constataram as investigações do próprio Congresso, às torturas, assassinatos e desaparecimentos de dezenas de milhares de civis. Essas violências não ocorreram co-

mo consequência de atos de guerra, mas sim após prisões efetuadas e reconhecidas pelo próprio governo.

Para contrabalançar a proposta de McCollum, a democrata Barbara Boxer acrescentou uma cláusula referente à eventual ajuda policial à Guatemala, que expressava "o sentimento do Congresso" de que o governo devia permitir a existência e as gestões do Grupo de Apoio Mútuo (GAM), única organização defensora dos direitos humanos nesse país, integrada por parentes de desaparecidos, cujos próprios dirigentes entretanto estavam sendo também vítimas da repressão.

Um FBI salvadorenho

O projeto de qualquer forma fora precedido por uma violação expressa por parte da administração Reagan do voto de 1975. Para isso Reagan utilizou um dos seus procedimentos favoritos, a via indireta e clandestina: o presidente ordenou à *Law Enforcement Agency* (organismos policiais) fornecer "qualquer ajuda que seja necessária" para capturar os criminosos responsáveis pelo assassinato coletivo de San Salvador. Fontes do Departamento de Estado dizem que é provável que tal ajuda seja prestada sob a forma de cooperação técnica.

"Encabeçando a investigação figura uma única unidade especial de investigações, treinada com o patrocínio do Departamento de Estado e autorizada, sob uma licença especial do Congresso, que especificamente proíbe a ajuda direta norte-americana a organismos estrangeiros policiais. Trata-se de uma espécie de FBI salvadorenho. Inicialmente criada para fazer frente aos ditadistas esquadrões da morte, a nova unidade — *Special Investigations Unit* —, treinada no ano passado em um estabelecimento do FBI em Porto Rico, está ago-

ra dirigindo os seus esforços contra o terrorismo de esquerda.”¹

Parece por demais surpreendente que as forças armadas e policiais que atuam em El Salvador e que de acordo com fundamentadas denúncias internacionais produziram a morte e/ou desaparecimento de mais de 50 mil pessoas durante um prazo de cinco anos, peçam o apoio de unidades especializadas estrangeiras para investigar um entre tantos episódios bélicos ocorridos dentro do país.

O projeto Reagan

Quando o Departamento de Estado enviou ao Congresso o documento formal, de 21 páginas, solicitando 54 milhões de dólares “de ajuda contra o terrorismo” na América Central, utilizou o argumento de que os frágeis governos do istmo têm “uma limitada capacidade contraterrorista” diante da atuação dos “grupos de extrema esquerda” e de Cuba e Nicarágua.

O projeto apresentava três itens sobre a aplicação dos fundos: 1) a soma de 26 milhões de dólares para o *Law Enforcement Counterterrorism Assistance Program* (Lectap – Programa de Assistência Policial Contraterrorista); 2) a soma de 27 milhões de dólares para o *Regionally Enhanced Counterterrorism Assistance Program* (Recap – Programa de Assistência Contraterrorista Regionalmente Reforçado); e 3) um

¹ George D. Moffet, *U. S. Funnel Aid to Salvador to Fight Terrorism*, The Christian Science Monitor, Boston, 2 de julho de 1985, p. 2.

Depósitos de combustíveis destruídos pela CIA no porto de Corinto

milhão de dólares para o *Counterterrorism Witness Protection Fund* – Fundo Contraterrorista para a Proteção de Testemunhas.

Na descrição inicial, o governo de El Salvador se beneficiava com 12 milhões de dólares para o item Lectap e 10 milhões pelo item Recap; o de Honduras, com 6 e 5 milhões de dólares respectivamente; o da Costa Rica com 3 e 6 milhões; o do Panamá com 3 e 4 milhões; o da Guatemala com 3 e 2 milhões de dólares. O milhão de dólares restante para a “proteção de testemunhas” ficava sem a especificação de países. O pedido ficou registrado com o número 3463 na Câmara de Representantes.

A agência *Associated Press*, ao informar a esse respeito, comentou: “O documento não menciona as acusações lançadas contra as forças de segurança de El Salvador e Guatemala de terem participado das atividades dos esquadrões da morte direitistas que causaram milhares de mortos nos últimos anos. O governo disse que há uma redução drástica na violação dos direitos humanos em ambos os países, mas grupos privados defensores desses direitos não estão de acordo e sustentam que as forças de segurança continuam sendo res-

ponsáveis por grande número de assassinatos políticos”.

Entre esses grupos se encontrava a já mencionada Wola, a conhecida instituição ecumênica humanitária norte-americana que já no início da década de 70 tinha fornecido ao Congresso uma abundante e precisa documentação sobre as características e a natureza do “assessoramento e educação policiais” financiados pelos governos de John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson e Richard M. Nixon. Foi graças a esse tipo de esclarecimento que foi possível a emenda à Seção 660 da Lei de Assistência Externa.

Nesta nova oportunidade, a Wola voltava a afirmar que violentos abusos contra a pessoa humana, individual ou coletivamente, continuavam a ser perpetrados na América Central pelas forças policiais e de segurança. Especificava:

“Dadas as semelhanças de objetivos entre o proposto programa ‘contraterrorista’ e o do Escritório de Segurança Pública com o qual se trabalhou desde 1962 até 1975, os efeitos do programa OPS deveriam ser estudados e analisados na avaliação da presente proposta (...). O Congresso estava consciente da



iminência deste projeto desde a primavera de 1985, quando funcionários do governo começaram a disseminar a idéia diante de senadores e representantes e também diante de influentes assessores legislativos. Nessa altura, o Pentágono mencionava uma concessão experimental de 481,7 milhões de dólares.

"Quando apresentou a sua proposta ao Congresso, o governo estava abordando o que considerava como o momento mais oportuno para obter a aprovação legislativa de um modo rápido, durante um dos mais controvértidos debates da política norte-americana para a América Central. Membros do Congresso apresentaram as provas do treinamento, por assessores norte-americanos, de 'um esquadrão anti-terrorista' em El Salvador, dirigido pela tristemente célebre Policia Fazendária, com óbvia violação da proibição da lei referente a forças policiais no exterior.

"Membros do próprio grupo da 'Swat' treinados pelos Estados Unidos reprimiram uma greve de trabalhadores da saúde em hospitais e clínicas governamentais a 2 de junho de 1985, assassinando um paciente e quatro agentes da própria polícia, obrigando ainda centenas de pacientes e o pessoal médico e paramédico a permanecer no chão durante essa 'operação'."

Quem são os "agentes do terror"?

Quando a 24 de outubro passado Michael Armacost, subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, defendeu o pedido do Departamento de Estado em audiência da Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara de Representantes, os legisladores democratas impugnaram a alegada urgência do projeto. O representante Gerry Studds assinalou que os principais "agentes do terror" na América Latina, nos anos recentes, não haviam sido os "guerilheiros esquerdistas mas as forças

militares treinadas pelos Estados Unidos". Citou como exemplos os militares do Chile e da Argentina, a Guarda Nacional somozista e o batalhão de elite "Leopards" da Bolívia, que em 1984 tinha tentado derrubar o governo de Siles Zuazo.

Studds acrescentou: "Nenhum país no mundo tem uma maior responsabilidade (que os Estados Unidos) pelos excessos — que é uma maneira amável de dizer atrocidades — cometidos pelos *contras* nicaraguenses na sua própria pátria".

Armacost respondeu que "agora o contexto é muito diferente pois aprendemos algumas lições sobre direitos humanos". Mencionou ainda o sequestro da filha do presidente salvadorenho José Napoleón Duarte, como um "convite à imitação" por parte de outros grupos em todo o mundo. O representante Michael Barnes referiu-se então às forças de segurança da Guatemala, que acusou de "cometer incríveis abusos" e de "brutalidade patológica", acentuando que não havia evidência de que a situação tivesse melhorado.

Seu colega Ted Weiss, citando organizações defensoras de direitos humanos, alegou que as forças de segurança guatemaltecas eram responsáveis por 90 a 100 assassinatos por mês, sem incluir os chamados "desaparecimentos" de pessoas: "Não constituem essas forças de segurança uma ameaça equivalente ou ainda maior do que a de qualquer grupo esquerdista?" — perguntou.

O secretário de Estado adjunto interino, James Michel, respondeu que "certamente houve sérios abusos" na Guatemala por parte das forças de segurança, mas que, assim mesmo, "a ajuda a esse país é urgente para deter a imediata e séria ameaça para seu governo". Este último argumento contradizia inclusive afirmações do ex-presidente general Oscar Mejía Víctores, para quem

os grupos insurgentes haviam sido derrotados e não ofereciam perigo algum.

Mudanças de nome

Crises como a dos reféns norte-americanos no Irã, a do Líbano em outubro de 1983 e as repercussões na opinião pública norte-americana dos sequestros de aviões e outras ações de natureza afim cometidas em países estrangeiros propiciaram uma mudança na opinião pública e no Congresso na direção desejada por Reagan. No início de 1984 começou a se generalizar dentro do governo uma modificação tática na caracterização das expressões de violência e de movimentos de contestação do Terceiro Mundo.

Em lugar de apelar para as conhecidas expressões ("comunismo", "subversão", "violência", "extremismo", "insurgência"), os peritos em guerra psicológica da CIA e do Pentágono recomendaram uniformizar e unificar os conceitos mais usados resumindo-os na palavra "terrorismo". As implicações desse termo tocam muito mais profundamente o cidadão médio norte-americano que as anteriores

Não se trata de uma expressão nova. A novidade consiste em dar-lhe uma maior hierarquização e em uma teimosia e insistente repetição, de modo que penetrasse profundamente no espírito do povo. Desde Reagan e do secretário de Estado George Shultz, a palavra-de-ordem foi a reiterada menção do termo em todo discurso e documento público. Gradualmente o "terrorismo" foi associado a qualquer ação revolucionária, rebeldia, insurgente, de massas e movimentos políticos e sociais. Se resumiram nessa palavra a conotação e as evocações ideológicas daquelas outras definições semânticas, transformando-as em uma única e por enquanto insubstituível, abominada pela sua simples menção.

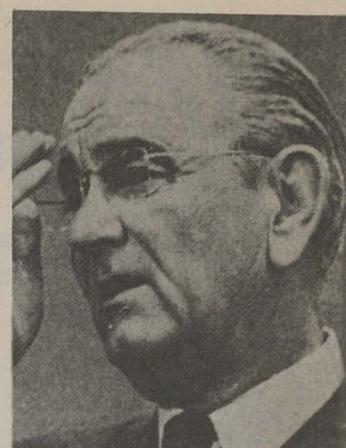
Na retórica oficial de Washington passaram a ser "terrorismo" a rebelião do povo guatemalteco, a guerra civil de El Salvador e a experiência revolucionária da Nicarágua, com o mesmo valor pejorativo do sequestro de aviões e da matança de reféns ou o assassinato a bomba ouarma de fogo de um diplomata. A simplificação impede sutilezas e matizes. Procura, em termos de guerra, a objetivação do "inimigo". Em última instância "terrorista" é igual a "inimigo", isto é, uma ameaça para o norte-americano e, — por que não? — para a própria humanidade, de modo que qualquer disposição para o seu aniquilamento e extermínio seja plausível e válida. Como é lógico, a locução produz a de sentido oposto, "contraterrorismo", que acrescenta o símbolo da retaliação justiceira, retumbante e definitiva.

A utilização da ajuda

Na relação remetida ao Congresso pelo Departamento de Estado, as concessões para cada um dos países beneficiários estavam perfeitamente justificadas, com a fria enumeração dos relatórios militares, de modo que não restasse dúvida acerca da pertinência e legitimidade do pedido de fundos. País por país, com palavras em código, as siglas Lectap e Recap ganhavam sentido e congruência, além de respeitabilidade definitiva.

São relacionados em seguida o diagnóstico e o receituário enviados pelo Poder Executivo ao Legislativo, em relação à crise do istmo centro-americano:

Uma atribuição de 26 milhões de dólares para o "Programa de Assistência Policial Contraterrorista". Outra de 27 milhões de dólares para o "Programa de Assistência Contraterrorista Regionalmente Reforçado". E um "Fundo de Proteção Contraterrorista para Testemunhas" por um montante total de um mi-



Nixon (esq.) e Johnson (dir.): "assessoramento e educação policiais"

lhão de dólares. Neste último caso, concordam os observadores, não seria senão um fundo de surpresa para aumentar a remuneração e ampliar a cadeia de informantes (*orejas*) utilizados pelos agentes de inteligência norte-americanos e salvadorenhos na tarefa de repressão interna.

Agora se excluem dessa nova chuva milionária de dólares a Nicarágua e Belize, de modo que a distribuição do total de 54 milhões de dólares tem por destinatários os governos de El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica. Porém a parte do leão — em equipamentos, munições e treinamento — é destinada a El Salvador. O Departamento de Estado foi designado como "agência guia", embora em coordenação com os departamentos de Defesa e Justiça.

Chamam a atenção os nove milhões atribuídos à Costa Rica, um país cujas forças policiais não têm fama de repressoras e assumem a forma de Guarda Civil e Guarda Rural e onde desde 1949 vigora uma Constituição cujo artigo 12 proíbe especificamente a existência e o funcionamento de um exército profissional. Acentua-se com este tipo de contribuição ao país que se gaba de ter "mais professores do que soldados", a intenção não-dissimulada dos Estados Unidos de

alinhá-lo ao jogo político-estratégico de Washington, um destino que não desagrada aos setores dominantes costarriquenhos.

Os 22 milhões de dólares destinados neste programa policial a El Salvador se juntaram deste modo a outros 13 milhões de dólares do Programa de Ajuda Militar (MAP — *Military Assistance Program*) e também dirigidos para a expansão do treinamento militar. Durante a discussão legislativa relacionada com estes esbanjamentos orçamentários, disfarçados de "fundos de emergência", congressistas democratas contestaram precisamente a alegação oficial sobre a sua urgência, sustentando que o pacote de ajuda militar à região já está incluído na Lei de Ajuda Estrangeira, que para o ano fiscal de 1986 se eleva a 12,9 bilhões de dólares.

O Congresso dá menos do que o pedido por Reagan

Entre setembro e dezembro, o debate nas comissões específicas do Congresso se tornou cada vez mais áspero, sobretudo pela resistência dos democratas para endossar, sem críticas, segundo a forma desejada por Reagan, o montante e o destino dos fundos.

Os legisladores, se opondo a

dar qualquer cheque em branco, insistiram em exigir mudanças nas "práticas repressivas imperantes em El Salvador e na Guatemala" é pedir em cada caso a confirmação de que tais mudanças se efetuavam, como condição para a livre expedição dos fundos e da ajuda.

De qualquer forma, os funcionários do Departamento de Estado mantiveram sua antiga tática de aceitar parcialmente a existência de crimes e atrocidades cometidos por militares e policiais contra a população civil, tanto em El Salvador como na Guatemala, e igualmente por parte dos *contras* na Nicarágua. Ao mesmo tempo, lhes diminuía a importância ou argumentavam que isso era "antes", que "agora se registram melhorias" e que "os Estados Unidos continuam vigilantes e pressionando a favor do fim total desses abusos".

Finalmente, a questão definitiva era a de diminuir a importância global dos "excessos" dos militares e ressaltar que de qualquer maneira eram preferíveis — argumentação favorita de Jeanne J. Kirkpatrick e do subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Elliot Abrams — a uma eventual tomada do poder pelos "comunistas".

A 4 de dezembro Richard Lugar, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, recomendou uma redução de 50% dos fundos solicitados pela Casa Branca e pediu restrições à ajuda à Guatemala em razão dos denunciados e reiterados "abusos" de suas forças armadas e policiais contra a população civil. No dia seguinte a Comissão reduziu, de fato, a cifra solicitada inicialmente de 54 milhões de dólares para apenas 24 milhões, embora tenha autorizado o milhão de dólares para "proteção de testemunhas".

Quatorze senadores, incluindo seis democratas, apenas com a oposição do democrata John



A Nicarágua não receberá ajuda. O apoio de Washington é para os *contras*

Kerry, votaram a favor da lei "contraterrorista" defendida por Reagan. Kerry objetou: "Estaremos dando assistência às mesmas pessoas que perpetram o terrorismo, em vez de combatê-lo".

Fracos condicionamentos

A comissão do Senado impôs fracos condicionamentos, já anteriormente comprovados como ilusórios e inúteis. Assim, o programa será suspenso se se comprovarem instâncias de torturas — permanentemente desmentidas pelos regimes de Honduras, El Salvador e Guatemala — e a Casa Branca terá a obrigação de informar o Congresso acerca dos progressos no fortalecimento do Poder Judiciário salvadorenho — notória e declaradamente inexistente, além de corrupto em suas raras manifestações de presença — e dos outros países. Também fixou em apenas 2 milhões e 100 mil dólares a soma do total concedido, que deverá ser destinado ao fornecimento de apetrechos e munições, ao que parece porque os países beneficiados já os têm de sobra, com

o arsenal proporcionado pelos Estados Unidos nos sucessivos programas de ajuda. A comissão supriu o programa o Panamá.

Revoga também a proibição de treinar forças policiais fora dos Estados Unidos, embora esse treinamento deva ser praticado no país "dentro dos limites máximos possíveis". Também se inclui uma expressa proibição de que a CIA "tenha um papel ativo no manejo dos fundos designados", mas a autoriza a "partilhar informação de inteligência com os governos beneficiados".

Em carta enviada a todos os membros da comissão, o senador Lugar, republicano de Indiana, assinalou que "os Estados Unidos não devem subestimar os riscos inerentes a qualquer programa de profissionalização de forças policiais estrangeiras". Contudo, para esse senador, sem a "assistência antiterrorista se corre o risco de não fornecer às democracias emergentes do istmo as ferramentas necessárias para enfrentar o novo e agressivo desafio terrorista". (Gregorio Selser)

Um congresso renovador

Coincidindo com o 10º aniversário da independência, o MPLA realizou o seu 2º Congresso, marcado pela autocritica e pela ascensão de uma nova geração dirigente

Enquanto transcorriam os trabalhos do 2º Congresso do MPLA-PT em Luanda, a capital angolana voltava a se converter no centro das atenções da imprensa africana e internacional. Poucos meses antes, em setembro, a realização da conferência ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados havia reunido em Angola mais de 500 jornalistas e numerosas delegações encabeçadas pelos ministros das Relações Exteriores dos países membros do movimento. Também em dezembro o número de delegações estrangeiras presentes em Angola era significativo, convidadas pelo MPLA para assistir ao Congresso do partido e às celebrações do 10º aniversário da independência.

A experiência adquirida a nível organizativo por ocasião da reunião de cúpula dos Não-Alinhados ajudava a dar eficácia aos trabalhos do Congresso. A infraestrutura daquela ocasião — intérpretes para acompanhar as delegações, transporte, instalações hoteleiras — funcionava também com uma sincronia e um conhecimento que lhes permitia inclusive uma maior desenvoltura.

E se estes aspectos organizativos funcionavam bem, o que dizer do entusiasmo e do orgulho da população que a 10 de dezembro desfilou no histórico Largo 1º de Maio, onde uma década atrás o presidente Agostinho Neto proclamou a independência? Este povo trabalhador e sofrido, os jovens e os pioneiros, todos se

uniram para protagonizar um belo desfile onde o impacto maior era a imagem de um mar humano e a criatividade.

Era impossível assistir àquelas comemorações sem recordar que dez anos antes este país emergia do colonialismo e ingressava na vida independente, marcado por uma guerra de agressão que lançava nuvens negras sobre o seu futuro. A explosão de alegria dos pioneiros neste 10 de dezembro

de 1985 era o símbolo mais evidente de que Angola havia saído vitoriosa da sua primeira grande prova: consolidar a independência e resistir à agressão externa.

A guerra não acabou, tropas sul-africanas ainda ocupam uma faixa do território fronteiriço com a Namíbia e as sabotagens e massacres da Unita — treinada, financiada e armada pelo regime de Pretória — ainda causam elevadas perdas humanas e mate-

Fotos: B. Bissio



Com o 2º Congresso cresceu a representação das classes trabalhadoras, principalmente dos operários e camponeses

riais que dificultam a reorganização da produção e obrigam o MPLA-PT a destinar quase 40% do orçamento nacional à defesa.

Mas embora Angola não tenha se livrado da guerra, de uma coisa os seus agressores não duvidam: poderão retardar a reconstrução do país, mas colocar um governo servil aos seus interesses em Luanda, derrotando militar e politicamente o MPLA, essa é uma ilusão que já foi sepultada há bastante tempo por aqueles que a alimentavam.

O 2º Congresso do partido

Quando o MPLA decidiu passar de movimento a partido os seus dirigentes tinham a esperança de poder se dedicar às tarefas da reconstrução nacional. As sucessivas agressões sul-africanas não o permitiram e o 1º Congresso do partido foi marcado pela difícil conjuntura nacional e internacional que Angola e a África Austral em geral atravessavam.

Por essa razão, as expectativas em relação a este 2º Congresso eram muito grandes, podendo-se afirmar que foram satisfeitas. Todo o ano de 1985 foi dedicado prioritariamente à preparação do evento. A 1ª Conferência Nacional do Partido (realizada em janeiro de 1985) colocou em debate os grandes temas, retomados depois no 2º Congresso, e conferiu o tom de autocrítica séria e dura que também prevaleceu nos trabalhos do órgão partidário máximo. "A guerra não deve ser considerada como o único fator determinante da atual situação de estagnação da economia nacional nem como desculpa para todas as deficiências atuais", afirmou naquela oportunidade o presidente José Eduardo dos Santos.

Eduardo dos Santos foi igualmente duro em relação ao não cumprimento das metas do 1º Congresso extraordinário, "a maior parte das quais — assinalou — não foram realistas ou refletiam um otimismo excessivo, uma certa euforia ou até uma

grande inexperiência na elaboração das previsões".

Naquela conferência, no início de 1985, o presidente fizera também uma afirmação que durante o Congresso esteve muito presente nas intervenções dos delegados: "o partido terá que melhorar o seu funcionamento para exercer cabal e eficazmente o seu papel dirigente". Precisamente a tese sobre o partido como força dirigente do processo foi uma das mais elaboradas e discutidas pelo órgão máximo do MPLA-PT, concentrando-se no melhoramento do funcionamento partidário uma boa parte dos atuais esforços dos seus dirigentes.

O próximo quinquênio (o Congresso, por determinação dos estatutos do partido, deve reunir-se a cada cinco anos) é decisivo para Angola em todos os campos: político, econômico, militar, diplomático, social e cultural. E em todos eles estará a marca de uma boa ou má organização e funcionamento do partido.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO COMITÉ CENTRAL

Sete mulheres foram eleitas para o novo Comitê Central, e uma delas, Maria Mambo Café, ficou como membro suplente do Birô Político. Ainda é um número reduzido, se levarmos em conta que o total de membros efetivos passou para 75, porém marca um avanço em relação ao passado.

As sete dirigentes do MPLA são: a já citada Maria Mambo Café, que desempenha, desde 1983, o cargo de secretária do Comitê Central para a Política Econômica e Social e cuja militância no MPLA começou em 1962, tendo inclusive participado em representação do movimento dos Acordos de Alvor, os quais assinalaram o caminho para a independência de Angola; Maria Ruth Neto, irmã de Agostinho Neto, pertence ao Comitê Central desde o 1º Congresso, sendo também secretária-geral da OMA, além de deputada da Assembléia do Povo; Lucrécia Alfredo António Fran-

cisco, militante desde 1961, já pertencia também ao Comitê Central e é deputada da Assembléia do Povo e coordenadora política das Unidades de Produção do Dande e Ambriz; Rhodet Teresa Makiny dos Santos, militante do MPLA desde 1962, dirigiu uma seção militar durante a luta de libertação, tendo ingressado no Comitê Central em 1977, desempenha atualmente o cargo de secretária de Estado dos Assuntos Sociais; Irene Agostinho Neto, irmã do falecido presidente Neto, ingressou no movimento em 1960, é deputada da Assembléia Popular Provincial de Luanda, membro das Brigadas Populares de Vigilância e pertence ainda ao Comitê Nacional da OMA; Francisca José Lando, de 30 anos, ingressou no movimento em 1972, foi eleita em 1978 deputada à Assembléia Popular Provincial de Cabinda e, em 1983, coordenadora da Comissão Provincial do Partido; Luzia de Sousa Inglês, desempenha o cargo de chefe do centro de comunicações da presidência e tem uma longa experiência militar, desde a época da clandestinidade, onde sempre esteve ligada às telecomunicações, como operadora de rádio. Tem a patente de capitão das Fapla.

As mudanças

Por sugestão do antigo Comitê Central, o Congresso aprovou o aumento do número de membros do órgão executivo do partido de 60 para 90, dos quais 75 são efetivos e os 15 restantes suplentes. Os candidatos ao novo Comitê Central surgiram de um longo processo democrático nas bases do partido, os quais deviam cumprir os requisitos de serem militantes do MPLA pelo menos há oito anos, terem mais de 26 anos, além de exigências quanto à idoneidade moral, disciplina no trabalho e compromissos comprovados com a política e a ideologia defendidas pelo MPLA-PT.

Embora todas as teses em debate no Congresso suscitasse interesse, a eleição do novo Comitê Central do partido era a que criava maior expectativa, principalmente entre os enviados especiais dos diversos órgãos informativos e agências noticiosas internacionais.

O Comitê Central anterior havia ditado as diretrizes para o ato eleitoral — a votação é secreta — definindo que a indicação de candidaturas¹ devia levar em conta os princípios da renovação e da continuidade.

Isto significava, por um lado, a necessidade de substituição de alguns dos antigos membros por novos dirigentes para renovar a direção e, por outro, a necessidade de garantir a estabilidade de "uma parte considerável dos quadros dirigentes que dominam as suas funções e gozam de confiança".

Ambos os princípios foram cumpridos. Saíram do Comitê Central alguns dirigentes e entraram outros, principalmente a partir de um critério defendido com veemência pela direção partidária, de descentralizar o Comi-



O desfile de 10 de dezembro foi marcado pelo grande entusiasmo popular

tê Central, isto é, incluir nele dirigentes das províncias para evitar uma excessiva concentração do poder político em Luanda.

Outro aspecto importante do Congresso foi a inclusão no novo Comitê Central de vários destacados quadros militares. Num país como Angola, que nos seus dez anos de independência tem vivido praticamente em estado de guerra permanente, durante os quais coube ao exército (as Fapla) o principal papel na contenção da invasão sul-africana, era uma das prioridades do partido crescer no seio das forças armadas e aumentar a presença de militares nas instâncias máximas do poder político-partidário. Este objetivo também foi cumprido e cerca de 30% do no-

vo Comitê Central são integrados por homens e mulheres das Fapla de reconhecida militância partidária.

O mesmo empenho tiveram os membros da direção partidária em aumentar a representação das classes trabalhadoras — operários e camponeses, principalmente — no Comitê Central. Dos quatro candidatos indicados pelo antigo Comitê Central, todos são membros da classe operária. Poucos dias depois de eleito, o Comitê Central reuniu-se pela primeira vez para escolher entre os seus membros o Birô Político do partido.

Durante o desfile de 10 de dezembro, em comemoração do 10º aniversário da independência, do êxito do 2º Congresso e

¹ Os candidatos ao Comitê Central foram organizados numa lista única de 100 nomes, dos quais 90 foram eleitos.

do 29º aniversário da fundação do MPLA, o presidente Eduardo dos Santos falando de improviso referiu-se aos debates do Congresso e às mudanças na direção partidária (ver matéria nesta edição).

Foi interessante verificar a reação popular quando o presidente se referiu ao fato de alguns dos antigos membros da direção não terem sido reeleitos: houve uma espécie de aprovação coletiva às palavras de Eduardo dos Santos, que afirmou acatar essa decisão soberana dos delegados por se tratar de uma eleição democrática. As massas exigiam que o presidente continuasse a se referir ao Congresso, mas o chefe de Estado e presidente do partido preferiu deixar este tema para um diálogo posterior com o povo, depois que o novo Comitê Central tivesse tido tempo e condições de analisar mais detalhadamente as diretrizes saídas do Congresso.

lhadamente as diretrizes saídas do Congresso.

Uma nova geração

Um dos aspectos destacados pela imprensa internacional foi que neste Congresso uma nova geração irrompeu com força no partido e no Comitê Central.

É o que alguns correspondentes começam a chamar de "a geração do presidente", homens e mulheres entre 35 e 45 anos que estão assumindo uma crescente parcela do poder, renovando alguns dos quadros que já conquistaram o seu lugar na história do país.

Os dias do Congresso (2 a 9 de dezembro) foram cenário de intensos debates, por vezes duros, mas como destacava um dos dirigentes dos primeiros anos do MPLA, a unidade — considerada

fundamental para alcançar as metas propostas — foi mantida.

Agora Angola tem diante de si os frutos de um ano de trabalho dos seus quadros políticos e da sua liderança partidária, uma espécie de diagnóstico dos males que atingem o aparelho do partido e do Estado e dos desafios que se colocam daqui por diante. Este quinquênio será a prova de fogo. Apesar das agressões exteriores, Angola terá que dar resposta a crescentes reivindicações de um povo que nesta década se tornou independente política e, sobretudo, mentalmente do colonialismo. E que, consciente de que o país é um dos mais ricos do continente africano, deseja fervorosamente a paz para começar a usufruir de alguns dos benefícios que, apesar dos gigantescos passos dados neste decênio, ainda não estão ao alcance de todos. (Beatriz Bissio) ●

Presidente Dos Santos: “a demagogia leva ao descrédito”

O presidente do MPLA — Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, discursou no dia 10 de dezembro, no Largo 1º de Maio, por ocasião das comemorações do 2º Congresso do partido e do 10º aniversário da independência.

Eis os principais trechos do discurso do presidente José Eduardo dos Santos:

“De fato, as datas que comemoramos hoje têm um profundo significado histórico. Elas simbolizam o início de etapas que marcaram mudanças decisivas na vida do nosso povo; estão ligadas à

dor, ao sofrimento do povo angolano que lutou contra a escravatura, o trabalho forçado, a humilhação, a exploração e opressão impostas pelo colonialismo português. Estão ligadas aos enormes sacrifícios e privações vividos por todos os patriotas que ousaram erguer-se e lutar na clandestinidade, na guerrilha, para acabar com a opressão e criar um país independente, livre, soberano, forte e próspero.

“A independência nacional só foi possível graças à orientação firme e esclarecida do MPLA, que soube unir numa mesma bandeira, sem distinção de credo, de religião ou raça, todos os

angolanos decididos a lutar contra a dominação colonial portuguesa por uma independência real e completa.

“O MPLA teve também o grande mérito de ter compreendido que depois de alcançada a independência, para o aprofundamento da revolução democrática e popular, novas e crescentes tarefas se impunham realizar e que só um partido marxista-leninista seria capaz de conduzir a classe operária e todo o povo trabalhador na defesa das suas conquistas e na luta contra as agressões constantes do imperialismo.

“Em dez anos de independência, não percorremos um caminho fácil. O nosso país esteve sempre sujeito a uma agressão externa. Os racistas sul-africanos ocuparam a província do Cunene e estabeleceram vários planos para derrubar o nosso governo e colocar no poder os fantoches da Unita. Chegaram mesmo a marcar prazos para tomar a cidade de Luanda através dos fantoches, mas a verdade é que o MPLA —

Partido do Trabalho está aqui e cada vez mais firme, cada vez mais determinado e cada vez mais apoiado pelo povo trabalhador a defender a independência e a revolução angolana.

“Além dessa situação difícil criada pela guerra de agressão externa, herdamos do colonialismo uma situação econômica e social desastrosa. Todo o parque industrial esteve paralisado por causa da fuga dos técnicos e dos seus proprietários. Os circuitos comerciais estavam destruídos, os meios de transporte haviam sido roubados para o exterior, o aparelho administrativo do Estado desorganizado, a taxa de analfabetismo era elevada, havia grande miséria, falta de quadros.

“Dez anos foram um período muito curto, naturalmente, para resolvemos todos esses problemas. A nossa população ainda sofre de muitas carências no que diz respeito à assistência médica e medicamentosa, ao ensino, à habitação, aos gêneros alimentícios, ao abastecimento da água potável, etc... A herança foi bastante pesada e levaremos ainda muito tempo para resolver vários desses problemas. Foi graças ao esforço e determinação do nosso povo que conseguimos vencer muitas dificuldades e resolver também muitos problemas.

“O relatório do Comitê Central apresentado ao 2º Congresso fez o balanço do que foi realizado, apontou as nossas falhas, indicou problemas que devem continuar a ser resolvidos com a maior urgência e propôs muitas orientações que foram aprovadas pelos delegados. Os delegados ao 2º Congresso discutiram de forma corajosa, disciplinada e militante, as questões mais candentes da vida do partido e da nação e converteram de fato o 2º Congresso num ponto de partida muito importante para aprofundar o nosso processo revolucionário e garantir a resolução dos problemas do povo.



José Eduardo dos Santos: “É necessário que as decisões sejam cumpridas”

“Os camaradas já ouviram o conteúdo das resoluções do 2º Congresso, agora acabaram de ver os novos membros do Comitê Central eleitos para pôr em prática as decisões do Congresso. Constatam que houve mudanças. Alguns membros da direção antiga não foram reeleitos pelos militantes, outros passaram de membros efetivos a membros suplentes do Comitê Central.

“Aceitamos os resultados desse processo democrático porque pensamos que traduz a vontade da maioria dos membros do partido e do nosso povo trabalhador.

“As palavras e as intenções do partido não devem ser diferentes das suas ações. Aquilo que o partido corretamente delibera deve ser executado, primeiramente pelos seus membros, custe o que custar. Só desta forma cresce o prestígio do partido junto das massas.

“A nossa influência no seio das massas trabalhadoras aumenta quando as massas verificam que há uma coincidência entre o

que afirmamos e o que praticamos. E quando não há coincidência entre as palavras e os atos surge a demagogia que nos leva ao descrédito.

“Temos agora muitas orientações do Congresso contidas nas suas teses e resoluções e o Comitê Central eleito precisará do apoio de todos os membros do partido, de todos os quadros e trabalhadores honestos, para pôr essas decisões em prática com eficiência e melhorar a nossa situação econômica e social. Para cumprir isso será necessário que não contemporizemos com a sabotagem, a corrupção, a especulação, a irresponsabilidade, a intriga política e a confusão ideológica dos setores reacionários da pequena burguesia, que na retaguarda tentam enfraquecer a ação do partido e a sua ligação indissolúvel com as massas.

“É também necessário aumentar a exigência e a responsabilidade a todos os níveis. Aumentar sobretudo a vigilância, o controle, para que as decisões sejam de fato cumpridas.”

Está aí a Europa que não nos deixa mentir



"Habituados a conhecer as realidades do Terceiro Mundo através das análises de especialistas europeus e norte-americanos, não há como não se regozijar com o lançamento em língua portuguesa do Guia do Terceiro Mundo...."

"Seu mérito é ter confrontado números, que lhes pareciam às vezes incompletos, com aqueles que puderam recolher graças à pesquisa de intelectuais e cientistas independentes, notadamente da América Latina."

"O livro tem outra particularidade: ele propõe uma classificação nova das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste."

"... este Guia é uma ferramenta de trabalho necessária para todos aqueles que pretendem conhecer as realidades contemporâneas através do prisma do Terceiro Mundo."

(LE MONDE DIPLOMATIQUE, agosto de 1985)

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

**Uma publicação que não vê o mundo
com olhos dos países ricos**

A edição de 1986 será lançada brevemente. Anote na sua agenda

A guerra no Cabo

Um jornalista branco sul-africano relata como é a vida na Cidade do Cabo, uma região onde a guerra civil já é uma realidade quotidiana. Eis o seu relato:

Durante dois anos eu trabalhei como repórter na guerra Namíbia, e todo este tempo eu me considerava um correspondente de guerra. Mas depois que eu voltei para a Cidade do Cabo, vi como meu trabalho anterior não passou de uma brincadeira. A Namíbia foi completamente diferente. Lá é um caso claro de uma guerrilha nativa lutando contra um exército estrangeiro de ocupação. Nem mesmo o recrutamento forçado e em massa de namíbios conseguiu esconder o fato de que o conflito na verdade não passa da última importante guerra contra o poder colonial na África.

Na Cidade do Cabo, atualmente já não se pode falar mais em protestos. Na verdade, a guerra civil já é uma realidade. É impossível descrever o que está acontecendo diariamente nos bairros negros e resumir todos os acontecimentos conforme as exigências diárias dos jornais. As estatísticas de mortos, presos e feridos crescem tanto a cada dia que as primeiras páginas dos jornais são suficientes apenas para um sumário resumo, que não consegue refletir a realidade global.

Na Namíbia, os jornalistas trabalhavam com depoimentos em juízo, testemunhas, rumores e boatos, tentando montar a partir deles um relato coerente e o mais verídico possível da guerra. No Cabo, a guerra acontece diante dos nossos olhos. Não há ne-

cessidade de depoimentos, testemunhas ou boatos, para se chegar à verdade. O problema não é mais a escassez de informações, mas sim o da falta de repórteres para presenciar no local o desenrolar das batalhas.

A guerra se intrometeu na vida diária dos subúrbios brancos, que já não estão mais a salvo da revolta negra. Os jornais recebem a todo o instante chamadas telefônicas de brancos perguntando se a rodovia N2 para o aeroporto é considerada segura no momento. Nós só podemos responder que "o risco corre por conta de cada um", porque os apedrejamentos e o lançamento de coquetéis molotov acontecem a

qualquer hora do dia ou da noite. Nenhuma rua ou avenida importante pode ser considerada segura hoje em dia para carros particulares e veículos comerciais de entrega, se elas passarem perto de algum bairro negro. Até mesmo o Eastern Boulevard, um elevado que circunda as encostas da montanha Table, é considerado intransitável à noite, porque pedras e garrafas com gasolina são frequentemente jogados sobre os carros que passam debaixo de pontes e passagens de pedestres.

Das palavras à ação

Na rodovia N2, os motoristas afirmam que pedras são penduradas das pontes para estilhaçarem os pára-brisas dos carros. O mesmo acontece com as ruas da área de Bo-Kaap e até mesmo no centro da Cidade do Cabo. Em apenas dois meses, o Cabo deixou de ser considerada pela esquerda liberal como uma cidade "onde se discute muito e se age pouco", para transformar-se no centro da resistência



Os brancos também não escapam da polícia nas manifestações

negra contra o *apartheid*.

Athlone, um subúrbio da elite da classe média, tornou-se um símbolo da resistência. Quando as ações de represália antipoliciais começaram no dia 4 de setembro, os dois lados em conflito se mostravam bastante violentos e rudes. Os estudantes começaram por queimar pneus velhos, depois de erguerem barricadas. A polícia em resposta disparou bombas de gás. Os manifestantes correram e depois se reagruparam em torno de uma barricada ainda maior e igualmente em chamas. A repressão se tornou mais brutal e tiros começaram a ser disparados contra quem estivesse correndo. As mães de família gritavam para que seus filhos saíssem das ruas. Isto foi no primeiro dia.

No segundo, foram as famílias que tiravam do jardim pneus velhos e preparavam coquetéis molotov que depois eram passados aos manifestantes. As mulheres gritavam iradas palavrões aos policiais quando eles voltaram a Athlone. Hoje, a área é um *front* permanente de combates de rua, na batalha do Cabo. A polícia só entra na região em contingentes maciços que ocupam as ruas de um lado a outro. Cada quartelão, cada escola têm seus "esquadrões de ação", que coordenam as investidas contra a polícia, ajudando a fazer bombas incendiárias e a recolher material para as barricadas.

Cada vez que a polícia chega, as ruas enchem-se subitamente de carros particulares movendo-se sem rumo e lentamente, congestionando completamente o tráfego, de forma a retardar ao máximo o avanço dos blindados do exército e das forças de segurança. A polícia agora só vem em contingentes maciços que logo provocam uma batalha campal. Sempre que alguém é ferido, imediatamente chega um carro particular que recolhe a vítima e o leva para um médico simpático aos estudantes e mani-



A "guerrilha" do Cabo é formada em sua maioria por adolescentes

festantes. Quando se está no meio de um conflito é muito comum ouvir alguém chegar dizendo que um "camarada" ofereceu seu carro para ser usado como barricada.

A organização popular

No subúrbio de Guguletu, também no Cabo, cada casa foi transformada num centro de comando. Sempre que a batalha recomeça, uma ambulância passa a circular pelas ruas à procura de feridos, que são transportados de forma organizada para clínicas consideradas seguras, onde médicos providenciam atendimento imediato mesmo sob ameaça de perderem seus empregos. Uma sofisticada rede de contatos foi estabelecida para evacuar pessoas procuradas pela polícia, ou retirar da cena de combates jornalistas que cobrem a resistência popular.

Na área de Mitchell's Plains, garotos passam os dias nos telhados das casas com binóculos para detectar a aproximação dos blindados policiais conhecidos

popularmente como *casspirs* e *hippos*. Em Mitchell's Plain são os garotos que dão todas as informações aos jornalistas dizendo quem foi ferido, morto ou preso. São também eles que anunciam onde será a próxima manifestação ou protesto. Frequentemente durante estes *briefings* informais com meninos de não mais de sete ou oito anos, nossos "informantes" pedem subitamente desculpas, para interromper a conversa e jogar pedras sobre algum veículo comercial, já identificado como suspeito de transportar policiais à paisana. Terminada a chuva de pedras, os meninos voltam ao grupo pedindo mais uma vez desculpas e reiniciam a conversa. Não há exagero nenhum em dizer que a região do Cabo se tornou um *front* de guerra, por uma população que passou a se considerar parte de um movimento guerrilheiro em luta contra o governo. É comum ouvir alguém dizer que "o Cabo vai libertar a África do Sul".

Crianças que não chegaram ainda à puberdade dizem sem o menor temor: "Eu gostaria de ter uma granada de mão", e alguns adolescentes revelam que o que mais querem na vida é ter uma metralhadora AK-47 e alguns cartuchos de munição para "dar um jeito nos *boers*". O nível de preparo político pode não ser elevado, mas os senhores Botha, Malan e La Grange¹ podem ficar seguros de que a maior parte dos *slogans* gritados nas ruas do Cabo são os mesmos do Congresso Nacional Africano (ANC), do Partido Comunista Sul-Africano e da Frente Democrática Unida.

Trabalhar como jornalista nas ruas do Cabo é uma atividade altamente arriscada. Não devia ser dito, mas a verdade é que muitos profissionais respiraram aliviados

¹ Respectivamente presidente executivo, comandante do exército e ministro da Lei e da Ordem.

quando o governo proibiu o acesso de jornalistas às zonas de guerra. Uma estranha relação foi estabelecida entre a população e os jornalistas. A qualquer hora e em qualquer lugar pode chegar alguém da população pedindo o seu cartão de identificação. Quando o documento é apresentado, surgem perguntas bastante embaraçosas como: "Por que vocês dizem nos jornais que a polícia alegou ter disparado depois de ser apedrejada, quando aconteceu o contrário?"

Mas não são as ameaças das pessoas nas ruas que mais assustam os repórteres. São as cenas dos *casspirs* descendo em alta velocidade pelas avenidas, com soldados disparando em todas as direções, que provocam pesadelos e terror, mesmo à luz do dia. Por causa de seu fácil acesso aos bairros negros do Cabo, a guerra tem sido coberta basicamente com informações fornecidas pela população.

O governo perdeu o controle

O único ponto neutro é nas calçadas, e até mesmo os repórteres simpáticos ao governo branco acreditam que as forças de segurança perderam o controle sobre os bairros negros do Cabo. Nós vivemos como se fôssemos protagonistas destes seríos policiais norte-americanos. Os repórteres vão até os campos de batalha das ruas uma vez ou outra, para terem a sensação real da guerra. A população no entanto vive esta mesma situação dia após dia, hora após hora. Viver num clima como este, onde a violência é gerada pelo governo, cria por seu lado uma contra-violência, ódio e amargura, sentimentos que consumirão décadas para serem desativados.

Os militantes políticos não dormem mais em casa, as crianças não brincam mais nas ruas e os jornalistas raramente se aventuram além dos limites dos bair-



Os enterros de manifestantes negros são uma forma de protesto

ros brancos. Meus contatos nas áreas mais convulsionadas desapareceram e não é mais possível encontrá-los, pois estão presos ou na clandestinidade. Eles não são revolucionários, mas simples liberais, muitos deles um pouco à esquerda do Partido Federal Progressista², ou então membros de organizações religiosas, movimentos de direitos civis ou grupos contrários ao recrutamento militar compulsório.

Todo o peso do aparelho policial está sendo usado para tentar destruir sistematicamente as organizações de massa que se tornaram poderosas, extremamente influentes e recebem um apoio maciço da população negra ou mestiça, desde a implantação do Parlamento tricameral³,

no ano passado. Os blindados policiais circulam constantemente pelas ruas da periferia dos bairros negros prendendo qualquer pessoa que remotamente pareça suspeita ou pareça estar vinculada a organizações de massa contrárias ao racismo. Uma vez eu fui preso e na delegacia encontraram na minha pasta um panfleto que havia sido distribuído nas ruas pela UDF (Frente Democrática Unida). Um sargento à paisana me disse em tom intimidatório que de acordo com o "estado de emergência qualquer coisa que fosse crítica ao governo estava automaticamente proibida". Fiz força para não rir, mas logo depois vi que a situação era mais séria do que imaginava, quando o governo proibiu o trabalho da imprensa em áreas de conflito. A polícia passou a interpretar a lei conforme a sua própria vontade. O longo reinado do terror na África do Sul estava apenas começando. (Tony Weaver, repórter do jornal "Cape Times" num artigo publicado por "Weekly Mail", da África do Sul).

² Partido branco, legal, representado no Parlamento e que faz oposição moderada ao *apartheid*, mas é contra um governo de maioria negra.

³ O Parlamento tricameral prevê câmaras separadas para os brancos, mulatos e indianos. Foi rejeitado pelos negros que continuam sem direito ao voto.

Impasse militar e êxitos políticos

A solução do conflito entre a Frente Polisario e o Marrocos parece distante, mas os patriotas saarauios aumentaram o isolamento do rei Hassan 2º

O conflito do Saara Ocidental persiste e uma solução negocuada parece longe de ser encontrada. Muito embora as sucessivas resoluções aprovadas pelas instâncias internacionais (OUA, ONU, Não-Alinhados, etc.) exortem o Reino do Marrocos e a Frente Polisario a negociar diretamente como condição prévia para a realização posterior de um referendo de autodeterminação, o certo é que as autoridades marroquinas se recusam a fazê-lo, evidenciando um distanciamento e uma intransigência de quem parece bem apoiado numa posição de força.

A verdade, porém, é diferente daquela que as autoridades de Rabat pretendem fazer crer, sendo a sua argumentação e discurso até contraditórios. Enquanto o rei Hassan 2º declarava, por exemplo, no dia 24 de novembro último, que o Marrocos estava pronto para discutir "indiretamente" com a Polisario — mas nunca diretamente —, sobre as modalidades de organização de um referendo, o seu ministro das Relações Exteriores, Abdellatif Filali, em declarações à imprensa à sua chegada de Nova Iorque, no dia 13 de novembro passado, afirmaria que a questão "está de-

finitivamente encerrada no plano internacional". Além disso, enfatizou a "inoportunidade de qualquer novo debate" sobre a questão do Saara e da participação do Marrocos, o que — segundo disse — apenas daria chance aos adversários do seu país de invocarem "argumentos sem qualquer base histórica ou jurídica".

As declarações do ministro Abdellatif Filali de que o seu país consideraria a partir de agora todas as discussões sobre o conflito na ONU "uma pura perda de tempo"¹ e de que o Marrocos se mostrava disposto a boicotá-las futuramente, pareciam indicar que ele previa a derrota no seio da 4ª Comissão da ONU (12 de novembro) e antevia o revés diplomático que o seu país sofreria quando a resolução fosse discutida e aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, o que veio a acontecer no dia 2 de dezembro. A resolução da ONU foi aprovada com o voto favorável de 96 países, sete contra e 39 abstenções. Os seis países que votaram ao lado do Marrocos são: a República Centro-Africana, a Guiné Equatorial, o Gabão, a Guatemala, as Filipinas e o Zaire.

Marrocos: qual estratégia?

Depois de mais esta derrota política e diplomática no plano internacional, que não deixará de produzir efeitos internos, que estratégia seguirá o Marrocos no futuro próximo?

A mesma questão se coloca em relação à atuação futura da



O rei Hassan 2º e o então presidente de Mauritânia, Ould Daddah, na época da descolonização do Saara pela Espanha

¹ Curiosamente, três dias após estas declarações, o rei Hassan 2º retirava do ministro das Relações Exteriores, da Cooperação e da Informação a responsabilidade da área de comunicação social, atribuindo-a ao ministro do Interior, apontado como seu homem de total confiança, Driss Basri.



O exército saaraui optou pela guerra de desgaste: diariamente as FAR são alvos dos seus ataques

Carlos Gil

Frente Polisario, tanto no campo político como no militar. As respostas aparecem, neste caso, nas conclusões aprovadas durante o 6º congresso do movimento de libertação saaraui, realizado entre 7 e 10 de dezembro último nos campos de refugiados, no sul da Argélia: intensificação da guerra de libertação nacional e do trabalho político e diplomático, essencialmente voltado para três frentes – Europa, países árabes moderados e Movimento dos Não-Alinhados.

No campo militar caiu-se em um impasse. A construção dos "muros" de areia colocada em prática por Hassan 2º a partir de agosto de 1980 – a conselho de vários peritos e conselheiros militares estrangeiros – passou a proteger as Forças Armadas Reais (FAR) dos ataques do Exército de Libertação Saaraui (ELPS)². As FAR passaram a controlar de novo importantes zonas do território que haviam abandonado após os ataques do ELPS – essencialmente o norte do território.

rio, na província de Saguia el Hamra – e, em consequência, progressivamente, os combates se desenrolam cada vez mais longe das vilas e cidades ocupadas do Saara, onde a Polisario conta com fortíssimo apoio.

Ao lado desta tática militar, o rei vem incentivando a instalação maciça no território – sobretudo nas cidades de El-Aiun, Smara e Dhakla – de famílias marroquinas, sobretudo vindas do norte do país, e que por isso às vezes têm uma noção de espanhol. Trata-se de uma colonização interna acelerada, implementada através de regalias de caráter econômico e social, e pela qual se procura provocar uma miscigenação a curto prazo. Esse fator poderá ser importante na futura realização do referendo.

Apenas um exemplo: El-Aiun, a capital do Saara Ocidental, segundo o último censo realizado pelas autoridades coloniais espanholas, teria, em 1974, cerca de 60 mil saarauis. Destes 60 mil saarauis, muitos se juntaram à Frente Polisario e procuraram refúgio na vizinha Argélia. Hoje é dado como certo que El-Aiun tem uma população que já ultrapassou os 100 mil habitantes.

Uma guerra de desgaste

A estratégia dos muros, o corante do financiamento da Líbia, país com o qual Marrocos assinou em agosto de 1984 "um tratado de união" e que até então era apontado como o principal financiador da guerra de libertação, a impossibilidade de utilizar meios militares mais sofisticados como os mísseis terra-terra – ou por não possuí-los ou para não provocar os riscos de internacionalização do conflito –, levam o ELPS a ter que utilizar a guerra de desgaste: diariamente as FAR são alvo de ataques de artilharia pesada, ao longo dos muros, em locais diferentes e a toda a hora de maneira a manter os efetivos marroquinos em alerta constante. Ao lado dos bombardeamentos, dão-se de vez em quando ataques de tropas de comando saarauis, mas os combates perderam a dimensão dos de 1979 e 1980.

A nível político e diplomático, porém, as vitórias e progressos registrados na luta de libertação do povo do Saara Ocidental têm sido significativos. Na OUA, depois de ver consagrada a sua admissão, em 12 de novem-

² Encontram-se já construídos quatro "muros". O quinto, o único que já abrange zonas do centro e sul do território, está em fase de construção.

bro de 84, a Rasd (República Árabe Saaraui Democrática) viu-se elevada, por votação dos países membros da organização, a uma das suas vice-presidências. A última reunião dos ministros das Relações Exteriores do Movimento dos Não-Alinhados, realizada recentemente em Luanda, veio provar igualmente que também aí os progressos são evidentes, podendo ser dados novos e importantes passos durante a próxima reunião de cúpula de chefes de Estado, marcada para Harare, capital do Zimbábue.

O reconhecimento da Rasd por 63 Estados, o último dos quais a Índia, veio conferir ao jovem Estado saaraui um peso marcante na cena internacional. Por outro lado, o diálogo mantido com certos governos conservadores árabes ou o compromisso obtido de certos parlamentares europeus no sentido de sensibilizarem a opinião pública dos seus países e os seus governos vem demonstrar que, apesar dos êxitos já alcançados, a luta de libertação saaraui poderá no plano diplomático vir ainda a conseguir novas vitórias em um futuro breve.

Marrocos/Polisario: um diálogo impossível?

Bachir Mustapha Sayed, importante membro do Comitê Executivo da Frente Polisario, resumia recentemente a posição das duas partes: "Para a Polisario, a única base aceitável é o direito à independência da Rasd dentro das fronteiras herdadas do colonialismo. Os marroquinos, por seu lado, partem de uma posição contrária: a única base de discussão que nos querem impor é a aceitação de um fato consumado, que é a ocupação militar".

Entre uma e outra posição surge de vez em quando uma terceira via que é bom ter presente, embora ela seja claramente inaceitável para a Frente Polisario.

É o chamado "plano francês", criado no tempo de Giscard d'Estaing mas que conta com adeptos na *entourage* do atual presidente Mitterrand: um "mini Estado" saaraui, territorialmente situado ao sul da antiga colônia espanhola e de preferência "federado" à Mauritânia.

Ambas as partes têm consciência de que no plano militar nenhuma delas consegue derrotar a outra. Embora o desgaste e o tempo corram a favor da Polisario que, como afirmam os seus mais destacados dirigentes, "não tem que resolver crises econômicas e sociais no interior das suas fronteiras..."

Parece inegável que só um referendo de autodeterminação resultante de negociações diretas entre as partes envolvidas, seria capaz de trazer uma solução política para o conflito. Princípio simples na sua concepção, mas

de difícil implementação.

Para que o referendo fosse "correto, regular e isento de quaisquer pressões militares ou administrativas", as negociações entre as duas partes deveriam concordar: no número e composição das forças de manutenção da paz; na constituição da administração que supervisionaria o período de transição e a realização e a apuração do referendo; e, por último, na decisão de não permitir que os efetivos militares das FAR ou as famílias marroquinas trazidas para o Saara depois de 1975 participem de eleições no território.

O pano de fundo em que o diálogo terá que se dar será delimitado por estas questões. E nem sequer se poderá dizer que já não houve precedentes: representantes do rei Hassan 2º e dirigentes da Frente Polisario já se sentaram à mesma mesa, pelo menos que se saiba, em Bamako, no Mali (1981), em Argel (1983) e em Lisboa (janeiro de 1985).

Uma questão que levantam alguns meios de comunicação ocidentais em relação ao futuro é essa: depois de 25 anos no poder, estará Hassan preparando a sua renúncia em favor do príncipe herdeiro? Uma notícia publicada no *Le Monde*, de 28 de novembro último, parece confirmar essa suposição. Nela se mencionava que o príncipe herdeiro Sidi Mohamed, de 22 anos de idade, havia sido promovido à posição de "número dois" das FAR, ou seja coordenador do estandomaior general das forças armadas marroquinas, o que o torna o segundo chefe militar do país depois do rei. A pergunta que ainda resta responder é se Hassan pretende transmitir ao filho um trono e o governo de um país que vive em paz ou pretende deixar-lhe como herança uma bomba de efeito retardado, cuja desativação passa necessariamente pela resolução do conflito do Saara Ocidental. (Baptista da Silva)



O tempo corre a favor da Polisario

“Minha vida é Moçambique”

A viúva do primeiro presidente da Frelimo, Janet Mondlane, prepara um livro sobre a vida de seu marido no qual revela detalhes inéditos da luta de libertação

Norte-americana, branca, oriunda de uma família burguesa, Janet Rae ainda muito jovem enfrenta tudo para se casar com o homem que ama: um jovem negro, africano, de nome Eduardo Chivambo Mondlane. Estava-se no início dos anos 50. Depois foi a saída dos Estados Unidos e a descoberta de um novo mundo: Moçambique, o povo, os refugiados, a luta de libertação conduzida pela Frelimo, da qual Eduardo Mondlane se tornaria o primeiro presidente até que foi assassinado em 3 de fevereiro de 1969. É de Eduardo Mondlane e da sua vida que Janet Mondlane nos fala em entrevista exclusiva a cadernos.

“Quando penso que alguma coisa está certa, faço-a. Foi assim que eu sempre agi. Embora não possa dizer que as minhas idéias tenham sido sempre corretas. Penso que Eduardo (Mondlane) foi na minha vida um companheiro que me fez crescer muito, muito. Sem Eduardo eu não teria visto o mundo como vi. Mas o próprio Eduardo insistia em que eu fizesse as minhas coisas e nunca tentou mudar a minha maneira de ser. Por isso ainda hoje faço aquilo que acho que devo fazer. Nunca me senti anulada...”

Janet Mondlane é assim mesmo: uma mulher decidida, obstinada, que luta por aquilo que acha justo e se mostra disposta



Eduardo Chivambo Mondlane

a enfrentar todos aqueles que procuram impedir a concretização das suas opções tomadas livremente. Foi isso que a levou, ainda muito jovem, a enfrentar a família, nos Estados Unidos, quando começou a namorar um jovem africano de nome Eduardo Chivambo Mondlane.

“O namoro com Eduardo não foi nada fácil. Naquela época, nos EUA, não era muito fácil para uma menina branca namorar um negro, que ainda por cima não era norte-americano, mas africano... Foram cinco anos de luta muito grande, muito forte, mas ao longo dos quais eu aprendi muita coisa. Não era só a sociedade, mas sobretudo a minha família que me reprimia. E depois aprendi a ter muita paciência...”

Ao seguir Eduardo Mondlane, a vida de Janet alterou-se radicalmente. “Para uma pessoa da minha família, da minha sociedade, da minha ‘educação’, a minha vida tornou-se muito diferente. Mas felizmente encontrei muito apoio, sobretudo em Eduardo. Sempre pensei: felizmente não me tornei uma dona-de-casa dos Estados Unidos (ri-se...), que aborrecimento que seria...”

Um livro sobre a vida de Mondlane

Encontramos Janet num pequeno apartamento perto de Lisboa, mas afastado alguns quilômetros da agitação da cidade. Ela nos revela que, numa espécie de recolhimento, trabalha em tempo integral na biografia de Eduardo Mondlane. Há quase um ano passou a se dedicar a essa tarefa, o que a obrigou a fazer uma investigação fora de Moçambique e a manter um distanciamento necessário que não lhe perturbasse o trabalho. Depois da Grã-Bretanha veio para Lisboa, mas permanentemente dei-



Janet: "É impossível separar o homem do nacionalista"

xa transparecer as saudades de Moçambique e dos seus filhos que há algum tempo não vê. Mas nem por isso Janet perde o seu otimismo e o seu indestrutível bom-humor. Apesar de profundamente marcada pela vida difícil que levou e pela perda do seu companheiro, Janet conserva ainda, apesar da sua meia-idade, alguns traços do frescor da sua juventude.

A conversa surge fluente e espontânea, com Janet nos explicando os motivos que a levaram a escrever a biografia de Eduardo Mondlane. Antes, porém, ressalta:

"O livro não é a história da Frelimo. É a história de uma pessoa, do que ela pensava, de como cresceu e viveu..."

É a história de como um pequeno pastor de cabritos conseguiu estudar, formar-se, sair de Moçambique..."

Em relação aos materiais em que se baseia para escrever a biografia daquele que veio a ser um dos fundadores e primeiro presidente da Frelimo, Janet esclarece:

"A biografia vai se basear sobretudo nas cartas escritas por Eduardo e também nas minhas cartas. Tenho cartas desde 1943/45 até ao mês em que ele foi assassinado (3 de fevereiro de 1969). Através dessas cartas tento explicar a personalidade de Eduardo, os acontecimentos em que esteve envolvido e que per-

tencem à história, suas qualidades e também defeitos..."

"Praticamente um ano após o assassinato de Eduardo, em 1970, pensei em escrever a sua biografia, já que a maioria das cartas estava comigo, mas nessa altura era muito difícil para mim pois tinha muitas tarefas a cumprir para a Frelimo e pela luta de libertação que se travava em Moçambique. Por isso, pedi a um amigo nosso para fazer esse trabalho. E ele de fato começou a trabalhar, a recolher muitos materiais, etc..."

"Quando, em 1983, vi que não 'saía' nada, embora ele fosse um bom escritor — excelente mesmo — decidi, de novo, ser eu própria a fazê-lo. E fazê-lo o mais depressa possível pois eu vou esquecendo, as pessoas que fizeram parte da vida de Eduardo vão morrendo, e ninguém da sua família mais próxima está vivo..."

Mas além das cartas, não se utiliza de outros materiais?

— Sim. Faço entrevistas (já fiz mais de 25) com pessoas que viveram perto dele ou que o conheciam bem.

Outra coisa que eu procuro fielmente respeitar é escrever de um ponto de vista de um moçambicano, daqueles que de fato viveram essa história. Penso que isso é muito importante, pois muitas vezes o que se conhece é

através de europeus que vão a Moçambique, fazem por lá umas pesquisas, saem para escrever mas que, de fato, não viveram a história do país. Eu pretendo mostrar essa história vista do lado do moçambicano.

Quando comecei o trabalho me custou muito. Quando comecei de novo a reler as cartas que escrevemos um ao outro, fiquei doente. Durante um período só chorava. Quando essa fase passou, foi possível não só chorar mas também rir. Rir muito de coisas e situações por que passamos. Ficamos separados muitas vezes. Antes de casar, depois de casar... muitas separações. São muitas cartas: primeiro são semanais, depois quase diárias... um montão de cartas.

Uma personalidade muito forte

Passados tantos anos, o estudo que agora faz dessas cartas e entrevistas com pessoas que conhecem de perto o seu marido, levou-a de algum modo a alterar a imagem e a recordação que guardava de Eduardo Mondlane, como homem e dirigente político...?

— Naturalmente tinha esquecido muitos detalhes, mas a idéia que tinha de Eduardo como pessoa era a mesma. Era uma personalidade muito estável.

É interessante que quase todas as pessoas que entrevistei têm as mesmas opiniões sobre a personalidade de Eduardo. Talvez por ele ter uma personalidade forte, muito forte, devido com certeza ao sofrimento por que passou quando era muito jovem.

Não, as minhas idéias sobre Eduardo não mudaram.

A saída dos EUA para viver na África, numa outra terra, com uma cultura tão diferente, não deve ter sido fácil...

— Uma vida separada de Eduardo era uma coisa inimaginável. Impossível de conceber.

Outro aspecto muito importante é que tendo ido trabalhar com o povo, tanto em Moçambique como com os refugiados na Tanzânia, sentia-me muito bem, muito em casa. Mesmo com as divisões que existiram e os diversos conflitos — aquilo era normal em política, não é? — o povo moçambicano era muito dado, muito gentil, muito acolhedor.

Se de fato eu acreditasse nessa coisa de reencarnaçao eu realmente pensaria que já tinha vivido ali antes... Talvez porque Eduardo já me havia falado tanto de Moçambique e dos moçambicanos que, por um processo de osmose, isso entrou na minha carne e eu senti que tinha voltado para casa.

“O berço da Frelimo”

Era também muito protegida. Depois do falecimento de Eduardo, em 69, essa proteção foi de grande valor para mim.

Nunca pensei em sair de lá (nesse tempo vivíamos em Dar-es-Salaam, na Tanzânia). Meu pai ficou transtornado quando Eduardo foi assassinado porque tinham se tornado bons amigos. Tinham desenvolvido uma relação de amizade durante esses anos... era muito diferente do que era no início...

A minha família ficou muito triste, muito ansiosa pela minha segurança e pela minha vida. Mas eu nem pensei em voltar: os meus filhos também faziam parte da sociedade moçambicana. Como era possível tirar, arrancar os filhos de Mondlane daquele ambiente?

Impossível. Por isso decidi continuar por lá.

Depois do falecimento do pai, a Frelimo passou a dar muito apoio e proteção a essas crianças — claro que esse apoio não substituía o do pai, não era a mesma coisa... — mas de fato elas estavam sempre cercadas de tias e tios e foram crescendo naquele berço da Frelimo.

Como forma de satisfazer uma curiosidade que só o livro “O eco da sua voz”, que Janet está escrevendo poderá preencher inteiramente, perguntamos como era Eduardo Mondlane como homem e nacionalista e quando teriam surgido os ideais de liberação dentro dele.

Janet olha-nos de frente e responde:

— Não é possível separar o homem do nacionalista.

Lembro-me, pouco depois da sua morte, de ter sido entrevistada por alguém que trabalhava para o jornal do ANC, que me perguntou: “Não foi na África do Sul, quando frequentava o ensino secundário, que se formaram os seus ideais nacionalistas...?”

Respondi-lhe que não. As suas idéias nacionalistas começaram muito antes disso. Começaram no berço, no seio da sua família cheia de tradições e no mato onde cresceu. O seu espírito e amor para com Moçambique e o sofrimento do povo sempre estiveram no seu coração. Talvez essas idéias tenham amadurecido na África do Sul, mas foi nos Estados Unidos que recebeu a maior parte da sua formação e apoio intelectual. Sobretudo a nível universitário: estávamos na década de 50 e muitas coisas estavam acontecendo nos EUA.

“Eduardo... espalhava-se pelo mundo!”

Uma coisa muito curiosa em Eduardo é que no meio do sofrimento ele era muito alegre. Não só quando era jovem, mas já adulto, como presidente da Frelimo, era muito brincalhão. Muitas pessoas não sabem disso...

Eduardo era uma pessoa que normalmente gostava de fazer brincadeiras e contar anedotas. Gostava muito de rir, dizer piadas... O mundo era muito cômico para Eduardo. Tinha um grande senso de humor e isso, penso eu, salvou-o de muitas situações.

Eduardo era um homem muito sério que gostava muito de rir. Era capaz de se comunicar com qualquer pessoa, de qualquer condição, da criança ao velho. Tinha uma capacidade de se comunicar incrível!

Penso que posso dizer que ele era uma personalidade não complicada; era muito certo, muito constante e estável.

E os defeitos? — perguntamos.

Janet, rindo-se (também ela demonstra um humor constante e sagaz o que nos leva a pensar que devem ter constituído um casal bem disposto...) faz uma pausa.



Janet entrevistou 25 contemporâneos de Mondlane

— Bom... deixem-me pensar nos seus defeitos.

Quando viajava, deixava sempre coisas por onde passava. Eduardo espalhava-se pelo mundo... Uns chapéus aqui, alguns papéis na Suíça e depois com certeza deixava um par de sapatos e não sei o que mais em Moscou. O mundo estava cheio de coisas de Eduardo. Quando faleceu, muitas pessoas me escreveram perguntando-me se eu queria que embrulhassem e me enviassem umas coisinhas dele...

No sentido pessoal era muito desorganizado... mas nas idéias (hum...) muito claro, muito claro. Tinha um cérebro muito grande, uma capacidade incrível.

Portugal e os portugueses

Eduardo Mondlane conheceu mal Portugal. Por aqui passou, mas poucos meses depois seguiu para os EUA para prosseguir os seus estudos. Como é que Eduardo Mondlane via os portugueses e Portugal?

— Quando chegou a Portugal escreveu a um padre suíço dizendo: "Mas porque é que não me informou que os portugueses são tão pequeninos e são assim?"

O missionário respondeu-lhe: "Não era a mim que competia dizer essas coisas, deverias ser tu a descobrir por ti próprio..."

Eduardo viveu em Lisboa só um ano mas ficou amigo de muitos portugueses. Gostou muito das pessoas. Ele amava o mundo e nos seus olhos podia-se ler o amor que tinha pelas pessoas. E as pessoas também tratavam bem Eduardo. Quando saiu de Lisboa ficou muito surpreso, e também

orgulhoso, de ver gente despedir dele no aeroporto ele não tenha partir da primeira a polícia tirou-o do só conseguiria mais tarde.

colocava os portugueses em de igualdade com os outros povos, nunca pensava: "... estes

são o inimigo, são as pessoas que fizeram mal à minha vida e ao meu povo...". Não, ele não era assim e nunca o foi.

Quando trabalhava na ONU vivíamos em Long Island, em Nova Iorque, e ele muitas vezes levava pessoas da delegação portuguesa para nossa casa ou era ele que almoçava com a delegação portuguesa nas Nações Unidas.

O que Eduardo sempre disse — e isso ficou sempre bem gravado na política da Frelimo — é que havia que distinguir bem entre o povo português e a política do governo de Portugal. Eduardo ficava muito impressionado com o sofrimento do próprio povo português no tempo do fascismo. O que não era justo é que a política do governo português fosse contra qualquer povo, fosse o português ou o moçambicano.

"Da terra dos cambanes..."

— Certamente, porém, a experiência de Eduardo no contato com os portugueses foi muito diferente da de Amílcar Cabral ou Agostinho Neto. Eduardo viveu quase sempre em Moçambique e quando tomou contato com europeus... a maioria eram suíços.

Falei com o escritor angolano Mário de Andrade, no ano passado, sobre as lembranças que ele tinha de Eduardo e me lembro dele dizer: "Sabe, Eduardo não era como os outros africanos, era muito diferente de nós. Nós andávamos sempre pelos cafés, onde conversávamos e discutíamos, sempre tentando descobrir as nossas raízes. Mas Eduardo nunca, nunca. De vez em quando passava por lá (também não tinha dinheiro, não é?!) mas ele sabia muito bem onde estavam as suas raízes, não era necessário falar nem descobrir nada..."

E isso é bem verdade. Uma das primeiras coisas que eu me lembro de Eduardo é falar dos

"cambanes", dos homens da sua terra.

Era da terra dos cambanes e se orgulhava disso. Um orgulho muito grande de ser do povo africano, um grande orgulho...

Talvez por ter nascido filho de chefe. Ter tomado o nome de Chivambo que era o nome de um antepassado muito importante. Seu pai dera o nome de Chivambo a outros dois rapazes, mas estes morreram. Quando Eduardo nasceu, deu-lhe o nome de Chivambo e ele cresceu bem. Esse bebê foi levado a todas as cerimônias até se tornar homem. Cresceu forte, num ambiente de fortes tradições.

Foi uma irmã sua quem o empurrou um pouco para a educação, e uma vez aí nunca mais parou...

"Esqueciam-se de quem eu era..."

Perguntamos a Janet o que pensariam os colonialistas dela, uma branca, casada com o líder nacionalista negro, vinda diretamente dos Estados Unidos...

— Uma traidora, uma grande traidora...

Durante a luta ouvi muitas vezes: é compreensível entender as razões de Eduardo Mondlane, mas a esposa dele, aquela branca, dos EUA, é uma traidora. Recebi também muitas cartas horribéis. Havia um grande ódio contra mim.

Percebe-se que esse ódio, de algum modo, a magoou. Mas hoje fala dessa gente e dessas situações meio divertida...

— Como sou formada em sociologia penso que esse fenômeno deve ser estudado com profundidade, mas penso que ele não é difícil de entender: para essa gente... eu sou traidora.

O fato de ser branca e norte-americana levou a que durante a luta tivesse passado por situações muito interessantes. Inicialmente as minhas tarefas se relaciona-

vam com o apoio à educação e às escolas. Mas à medida que as zonas libertadas foram aumentando, as minhas tarefas também foram se alargando: educação, saúde, comércio... tudo aquilo que não estava diretamente ligado à guerra e ao exército. Só que na Europa as pessoas se esqueciam de com quem estavam falando — eu era branca, não é?... falo perfeitamente o inglês, e ainda por cima com sotaque norte-americano. Esqueciam-se de quem eu era... Ah! ah! (O riso torna-se contagiano)... e então começavam a falar. E eu percebia o que realmente pensavam, o que pretendiam fazer em relação à Frelimo, o que pensavam do governo português. Era muito interessante, pois se esqueciam por completo de quem eu era...

Depois eu voltava para o meu



Mondlane (centro), Samora Machel (esq.) e um outro veterano da Frelimo

povo muito bem informada sobre as suas verdadeiras intenções...

Durante a luta Janet passou por situações de guerra, de perigo iminente...?

— Tanto nas regiões libertadas como em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, passamos por algumas situações de perigo. Mesmo em Dar-es-Salaam, por vezes, era necessário fugir da nossa casa com as crianças... Fiquei com muito

AS CARTAS DE EDUARDO MONDLANE

□ Em fevereiro de 1968, durante uma longa viagem para arrecadar fundos na Europa Ocidental, Eduardo Mondlane encontrou tempo para escrever uma carta de seis páginas em Dar-es-Salaam para a irmã de Janet, que estava nos Estados Unidos. Eduardo conta ali detalhes de seu "compromisso pessoal" com a Frelimo, seu programa de atividades diárias, o tipo de problemas que tinha que resolver, os imprevistos de cada dia. Esta carta, cujos trechos principais reproduzimos, faz parte do livro "O eco de sua voz", que Janet está preparando.

"A mais importante destas (diversas esferas de ação) é o programa político-militar da Frelimo. Como presidente do Movimento, para o qual fui reeleito em julho passado no 2º Congresso da Frelimo, sou responsável praticamente por tudo. Por essa razão, sou censurado por tudo que dá errado, embora nem sempre me elogiem quando dá certo..."

"Janet está no exterior tentando arrecadar fundos e estimular a doação de equipamentos e remédios... e ao mesmo tempo tentando convencer os governos, associações religiosas e humanitárias e as comissões políticas a nos enviarem professores, técnicos e o pessoal necessário para nos-

sos numerosos projetos, tanto aqui como nas zonas libertadas de nosso país. Estamos convencidos de que quanto maior for o apoio que obtivermos para levar adiante esses programas de ajuda à luta de libertação, maior será o nosso êxito na execução das ações que nós moçambicanos podemos e devemos realizar.

"Sei que do ponto de vista de um estrangeiro, devemos parecer um monte de mendigos imperitentes e às vezes repugnantes, totalmente incapazes de fazer qualquer coisa por nós mesmos. Posso te garantir que às vezes nos sentimos mal com nós mesmos por dar essa impressão. Mas não podemos evitá-lo, pois nosso povo esteve sendo sugado durante pelo menos 100 anos — e mais de 300 em algumas regiões do país — pelas sanguessugas portuguesas e atualmente só lhe resta a sua raiva e seu ódio contra o colonialismo e seus lacaios. E esse povo está pronto para fazer muito por sua libertação: disposto a dar a sua própria vida e a lutar contra quem quer que pretenda colocar obstáculos no seu caminho a liberdade.

"Não devemos esquecer que até F país que é independente desde o século 15, manteve um império desde o século 15, dependendo de aliados como os Estados Grã-Bretanha, França e outros membros da para conservar o seu império africano. Por não nos sentimos tão envergonhados de ter pedido."

medo sobretudo por causa dos filhos. Sempre os quis proteger para que eles não crescessem no medo. O rapaz então era muito medroso, muito sensível. Nasceu assim — cada criança nasce da sua maneira.

Penso que, apesar de tudo, consegui que crescessem sem pensar no medo e nas preocupações, pois hoje os meus filhos, que agora já não são crianças, quando falam do passado dizem sempre que os momentos mais felizes foram aqueles tempos de Dar-es-Salaam.

Recordar Josina Machel

Durante a longa conversa que mantemos com Janet Mondlane muitas são as situações e episódios lembrados desse tempo, muitas as pessoas desaparecidas evocadas. Dentre estas, a figura de Josina Machel¹ é particularmente mencionada.

— Trabalhamos juntas, chegamos mesmo a viver na mesma casa. A nossa vida era muito chegada. Depois da morte de Eduardo, o presidente Samora e Josina vieram na minha casa e nasceu lá o seu filho. Eu era madrinha do seu casamento. Que dizer, há tantas recordações desse tempo...

Depois da morte de Eduardo fiquei muito abatida. Não sei explicar, mas a minha carne desaparecia. Eu comia, mas a carne desaparecia, definhava. A Frelimo pensou então que a melhor coisa para mim seria ir para as zonas libertadas, ficar algum tempo por lá.

Fui então com Josina e muitas coisas aconteceram. Algumas até um pouco cômicas.

Eu tinha oferecido as alianças

aos dois, mas não medi muito bem a largura do dedo de Josina. Ela tinha os dedos magrinhos e a aliança ficava muito grande, mas como não tinha tido tempo de mandá-la apertar, levou-a consigo para Moçambique.

Quando chegamos a um acampamento, fomos tomar um banho, com balde por detrás de uma proteção de palha. De repente, quando Josina estava tomando banho, ouvi os seus gritos: "Janet, Janet! Vem cá depressa..."

O que tinha acontecido? — A aliança, com o sabão, tinha caído e estava sendo arrastada pela água, mas ela não podia sair pois não tinha nada, estava nua.

Janet Mondlane ri-se ao lembrar do episódio, e acrescenta:

— Lembro-me que ela já uma vez havia perdido a aliança numa praia, mas não me recordo se ela alguma vez chegou a mandar apertá-la.

Outro episódio de que me lembro muito bem, também nas zonas libertadas, passou-se durante um ataque da força aérea portuguesa. Estávamos numa reunião muito importante quando começamos a ouvir os aviões. Toda as pessoas fugiram. (Numa hora dessas, temos que nos esconder, depois não nos mexemos mais de outro modo podemos ser notados. Outra regra importante é não ter coisas de cor, que brilhem, sobretudo o branco). Ora, a pasta que tinha comigo para guardar os documentos era precisamente branca. Lembro-me bem desse momento. Pensei: que estúpida que sou!, que estúpida...

E meti a pasta debaixo da blusa. Foi nessa altura que vi um velhote muito pequenino, todo encolhido, como um rato, que se escondia dentro de um tronco de árvore. Sempre que lembro a cena tenho vontade de rir. Eu ali colocando a pasta dentro da blusa e o velhote escondendo-se dentro da árvore, os

dois tentando escapar ao fogo dos aviões...

— Sim, vivemos juntas, sim...

O coração em Moçambique

Janet considera-se uma cidadã moçambicana ou uma cidadã do mundo?

— As duas.

Sabem, antes de casar com Eduardo, e devido aos obstáculos e problemas por que passamos, falamos muito sobre a maneira de educar os nossos filhos. E concordamos que a única solução para criar pessoas saudáveis era incutir-lhes no espírito a idéia de que são cidadãos do mundo. Não de um povo, de um ou outro lugar: todo o mundo tem de ser deles...

Naturalmente, tentando criar crianças assim, temos nós próprios de assumir esse espírito. Não é?

Eu o assumi e quando olho agora para o mundo, acho-o de fato muito pequeno. É como aquelas bolas de borracha que tínhamos quando crianças.

Mas onde estão as suas raízes?

— Em Moçambique. O meu coração está em Moçambique. No resto do mundo sou estrangeira, no sentido de que não o comprehendo muito bem. Quando vou aos Estados Unidos — a minha mãe, o meu irmão, a minha família está lá — eu não comprehendo muito bem aquela cultura e aquela sociedade. Nestas duas últimas décadas muita coisa mudou e eu sinto-me de fora. Estou de fora, olhando...

Compreendem?

O mesmo ocorre aqui na Europa, onde eu vivi não sei quanto tempo, pelos mais diversos países. É sempre de fora que eu olho estas sociedades e estas culturas.

A minha vida é Moçambique. Não tenho outra vida senão Moçambique. Impossível. (Baptista da Silva. Participou da entrevista Maria José Belo Marques)

¹ Josina Machel foi a primeira mulher do presidente Samora Machel, com quem casou em maio de 1969. Lutadora incansável pela libertação do seu país, viria a morrer de doença em 7 de abril de 1971. Desde então, em sua homenagem, comemora-se nessa data o Dia da Mulher Moçambicana.

JUAN RULFO: UMA OBRA ETERNA

Ele escreveu apenas dois livros, mas era considerado, por Gabriel García Márquez e muitos dos melhores escritores e críticos contemporâneos, o maior escritor latino-americano. Juan Rulfo morreu a 7 de janeiro, no México, seu país natal, aos 67 anos de idade, de uma parada cardíaca, após três meses gravemente doente de enfisema pulmonar. Rulfo não escrevia há 30 anos, mas seus dois únicos livros, "Planctus em Chamas", de 1953, e "Pedro Páramo", 1955, sua obra-prima,

ras, mas também invasões e traições. Em termos gerais, toda a nação participa disso. O caciquismo subsiste, de forma privada, de forma local, de forma regional e estatal, e até de forma presidencial".

Um dos temas de "Pedro Páramo" é exatamente o caciquismo. Rulfo preferia definir o livro como a história de uma aldeia: "Uma aldeia morta, onde todos estão mortos, inclusive o narrador. Suas ruas e seus campos são percorridos unicamente pelas almas e pelos ecos capazes de fluir sem limites no tempo e no espaço".



A obra de Juan Rulfo (foto) é considerada em todo o mundo um paradigma do povo mexicano

foram traduzidos para numerosas línguas; o segundo, para mais de 50 idiomas.

O romancista argentino Ernesto Sábato disse que "um par de pequenos livros asseguram a Rulfo a sua permanência na história da literatura universal". Para o uruguai Juan Carlos Onetti, o escritor mexicano significava um exemplo para a intelectualidade do mundo inteiro que "fingindo ter muito a dizer, seguem fatigando as máquinas impressoras".

A obra de Rulfo é lida no mundo inteiro como paradigma do drama do povo mexicano. Ele dizia: "Temos vivido na violência total. Este país, desde a independência, teve não só guerra

Como disse Rulfo, o personagem principal do livro não é Pedro Páramo, mas sim o povo mexicano. E ninguém melhor do que ele conseguiu descrever, mais do que situações concretas, todo o ambiente histórico de um povo que, negado em sua participação na história, se vê reduzido ao simples papel de ecos, de memória difusa, de natureza pacata, mas, ao mesmo tempo pleno de tempestades que podem fazer voar pelos ares muitos conquistadores. A aldeia de "Pedro Páramo" reflete a situação do campo mexicano, um lugar sem movimento nem tempo, com velhos sentados à porta das casas, contemplando imóveis dia após dia o nascer e pôr do sol.

CUBANOS LANÇAM LIVROS SOBRE ANGOLA EM LUANDA

Foi recentemente lançado em Luanda um livro reconstituindo a vida de Deolinda Rodrigues, Tereza, Irene, Lucrécia e Engrácia, cinco militantes do MPLA assassinadas a 2 de março de 1967. "Heroínas de Angola", escrito pela cubana Limbania Jiménez Rodríguez, tem 85 páginas, incluindo três anexos e 17 fotos inéditas. O livro está baseado em diversos documentos, entre os quais cartas de Deolinda e Irene.

A autora conheceu as cinco dirigentes da Organização da Mulher Angolana em 1965, quando estas faziam parte das fileiras dos 150 guerreiros do batalhão "Kamy", integrado e apoiado por internacionalistas cubanos a pedido de Agostinho Neto.

Com 49 anos de idade, Limbania é tenente-coronel das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, onde ingressou em 1963. Dois anos antes, ela teve um encontro com as cinco heroínas numa base de trânsito do MPLA, na República Popular do Congo, antes delas partirem para a missão onde acabariam morrendo.

Como parte das comemorações do 10º aniversário da proclamação da independência da República Popular de Angola e assinalando simultaneamente os 10 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e Angola, foi lançado também o livro "Angola nas Trincheiras", de José Ortiz, jornalista cubano e atualmente diretor da revista "Tricontinental". Nele o autor relata sua vivência nas ações e combates em que esteve presente ao longo de toda a campanha desenvolvida pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, contra a invasão racista sul-africana, em 1975.

Cingapura: desmorona a pirâmide especulativa

A falência de um grupo financeiro leva ao fechamento da Bolsa local e repercute nos países industrializados

A Bolsa de Cingapura, terceira da Ásia e a mais ativa do Terceiro Mundo, fechou suas portas em dezembro passado, por tempo indeterminado, ao desmoronar-se a pirâmide especulativa que dominava ultimamente sua atividade, arrastada pela quebra do grupo malaio-cingaporeano Pan-Electric Industries.

A crise causou preocupação nos meios financeiros internacionais, tanto pelo temor de que uma cadeia de falências envolva empresas da região, como por

suas possíveis repercussões em outros mercados e pelas interrogações que se abrem sobre um modelo de economia de grande amplitude especulativa.

A Pan-Electric, um grupo cujas principais atividades estão no mercado imobiliário e em seguros marítimos, foi posta em liquidação depois de fracassadas tentativas para salvá-la, mediante uma reestruturação de sua dívida, estimada em 191 milhões de dólares (400 milhões de dólares de Cingapura).

A dramática decisão das au-

toridades da Bolsa de Cingapura se deriva do efeito em cadeia que se teme que esta quebra provoque no resto do mercado, dado o volume de créditos obtidos com a venda de ações a futuro, modalidade especulativa para reunir capitais.

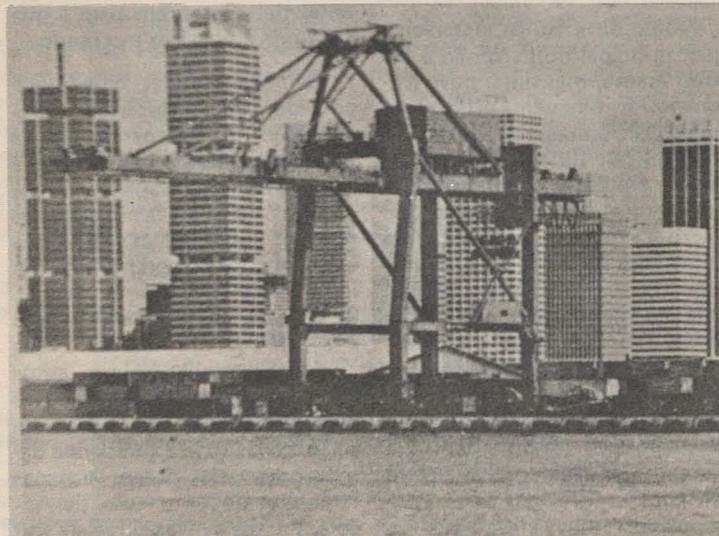
Segundo analistas bancários europeus, o *crack* do mercado de Cingapura (que, de imediato, arrastou a Bolsa de Kuala Lumpur, da vizinha Malásia) implica um desastre para este centro financeiro e, admitem alguns, para o modelo econômico que representa.

Teme-se também que a crise de Cingapura afete títulos cingapureanos e malaios negociados em Londres e as firmas intermediárias das bolsas europeias e norte-americanas que operam com o Sudeste Asiático.

A falência da Pan-Electric se deve, em princípio, à sua impossibilidade de saldar um compromisso em 18 de novembro, mas, na verdade, obedece a razões de maior profundidade: a interrupção de uma operação especulativa de "fuga para frente" que envolve em torno de 67 milhões de dólares norte-americanos em empréstimos baseados em vendas a futuro de ações da Pan-Electric e outras empresas associadas, como respaldo da dívida.

Diversos analistas consultados em várias praças europeias assinalaram que este tipo de operações se converteu em uma modalidade muito comum para reunir capitais no mercado de Cingapura e, em menor escala, em Kuala Lumpur, 70% de cujas ações se cotam em ambas as bolsas.

O mecanismo é a venda de ações a prazo, que serviam como meio para recolher fundos



O país sofre uma grave retração das suas exportações para os EUA

em espécie, que, por sua vez, permitem realizar novas operações. Desta forma, se constrói uma pirâmide especulativa que pode funcionar indefinidamente desde que o mecanismo não se interrompa. Se os valores que respaldam as operações caem, precipita-se o castelo de cartas.

No caso da Pan-Electric, a crise explodiu pelo não-pagamento do compromisso vencido em 18 de novembro e pelo fracasso das gestões para a participação do grupo financeiro malásio Tan Koon Swan, possuidor de 22% do grupo e das principais empresas vinculadas à sua pirâmide especulativa, em uma operação de salvamento.

Porém, a extensão desta modalidade operativa em ambas as bolsas levou as autoridades monetárias e da Bolsa de Cingapura a fechar por tempo indeterminado os pregões, enquanto se elabora uma regulamentação que impeça tanto a interrupção brusca do circuito como a reintegração do perigoso mecanismo, temendo os efeitos sobre empresas não-vinculadas ao caso e sobre o indicador geral.

Segundo o *Financial Times*, de Londres, no fim de novembro, a firma intermediária londrina James Capel teve que pagar quase 13 milhões de dólares, quando uma subsidiária da Pan-Electric voltou atrás em uma operação. Outros corretores das bolsas de Cingapura e de Kuala Lumpur encontram problemas semelhantes, assinala a publicação.

Tanto esse jornal como outras fontes do mundo financeiro europeu estão de acordo que outras empresas, não-vinculadas à Pan-Electric podem sofrer a ruptura de operações a futuro, como no caso da companhia aérea Cingapura Airlines, uma das maiores da região, que lançou no mercado, em novembro passa-



Cingapura: consequências de um modelo de desenvolvimento baseado simplesmente na especulação financeira

do, 95,6 milhões de dólares norte-americanos em ações.

A crise da Bolsa de Cingapura, a terceira da Ásia depois das de Tóquio e de Hong Kong e a mais ativa de um país do Terceiro Mundo nos últimos anos, é um perigoso sintoma de "reaquecimento", através de uma excessiva "desregularização", dos aspectos especulativos do modelo de economia aberta de exportação preconizado por Cingapura. Pelo menos, esta é a opinião de importantes analistas da região do Sudeste Asiático.

Por sua vez, Hugues Aubert, analista da firma de consultoria suíça Hanekel-Foster, indaga se o modelo lançado no começo dos anos 70 não está se esgotando, voltando-se para pirâmides

especulativas para dar oxigênio a uma economia exportadora que, desde o final do ano passado, sofre uma retração de suas exportações para os Estados Unidos.

Em todo caso, dizem os especialistas, as crises de Cingapura e Kuala Lumpur são temas para se acompanhar detidamente, buscando o "ponto de inversão" da curva ascendente de um modelo e uma região que se apresenta ainda como estratégica para a expansão econômica dos países industriais.

Ao mesmo tempo, as repercussões na Malásia coincidem com a grave crise do mercado internacional do estanho, que representa uma das exportações chave desse país. (Deodoro Roca)

Notas de Economia

DÉFICIT DOS EUA PODE CAUSAR QUEDA DO DÓLAR

Um estudo divulgado em Washington no final do ano passado revela que se o presidente Ronald Reagan não alterar rapidamente a sua política econômica, o déficit em conta corrente dos Estados Unidos poderá chegar a 200 bilhões de dólares, provocando uma crise aguda de confiança na moeda norte-americana e um profundo desequilíbrio na economia mundial. Stephen Harris, autor do estudo intitulado o "Déficit e o dólar" garante que se a tendência atual for mantida, o desequilíbrio entre as importações e exportações nos Estados Unidos pode elevar a dívida externa norte-americana para quase um trilhão de dólares.

Harris, um dos principais economistas da OCDE, ressalva que o dólar se desvalorizou em 20% no ano passado, mas que isto não foi suficiente para atenuar os efeitos do exagerado peso que a moeda norte-americana tem hoje nas relações financeiras entre os países capitalistas industrializados. O pesquisador afirma que o dólar deveria perder mais 30% de seu valor para que a crise de confiança possa ser evitada. Atualmente, as importações norte-americanas superam em mais de 50% as exportações, fazendo com isso que a dívida externa do país cresca a um ritmo muito mais acelerado do que a de qualquer outro país, inclusive os do Terceiro Mundo.

No momento, os investidores europeus estão aplicando seus recursos em bancos norte-americanos por causa da alta taxa de juros, mas podem retirar rapidamente os seus depósitos temendo os efeitos do rápido aumento da dívida externa dos Estados Unidos. Se este fenômeno acontecer a curto prazo, os especialistas prevêem que haverá uma forte retração financeira em Wall

Street, com um agudo aumento das taxas de juros para tentar contrabalançar a evasão de recursos e investimentos. O resultado será um sério abalo nas relações econômicas no mundo capitalista, garante Stephen Harris.

PERU: CAI O "SOL" E NASCE O "INTI"

A partir de 1º de janeiro, o Peru passou a ter uma nova moeda, o *inti*, que substituirá o *sol de ouro*. Os documentos que até o dia 31 de dezembro de 85 continham cifras em *soles* continuarão válidos, mas toda a contabilidade oficial passou a ser organizada com base na nova moeda a partir do primeiro dia útil de 1986. O *inti* está dividido em 100 centavos, e vale o equivalente a 1.000 *soles*. Assim, as cifras terminadas em cinco *soles* ou mais serão arredondadas para cima enquanto as com quatro *soles* ou menos, serão arredondadas para baixo. Um cheque, por exemplo, de 1.456 *soles* vale agora 1,46 *intis*. Em quêchua, "inti" significa "sol".

NICARÁGUA: INDÚSTRIA PRIVADA SOFRE COM BLOQUEIO DOS EUA

A suspensão do fornecimento de insumos básicos, matérias-primas e peças de reposição em consequência do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos provocou prejuízos em 90% das indústrias instaladas na Nicarágua, atingindo especialmente as pequenas e médias empresas privadas. A queda da produção foi mais sensível nos quatro setores básicos da economia nicaraguense, ou seja, na indústria têxtil/vestuário, couro, calçados e alimentos.

Na indústria de panificação, a queda de produção foi de 17,2%

em relação a 1984. A suspensão do fornecimento de trigo norte-americano obrigou a Nicarágua a depender de doações da União Soviética e outros países europeus. No setor de vestuário a queda foi ainda maior, chegando a 27% da produção de 84.

As cifras foram reveladas num documento oficial do governo, que indica, entre outras coisas, que a pequena indústria nacional contribui com 20% do PNB do país.

Ainda segundo o documento, as perdas não foram maiores porque grande parte dos pequenos industriais e trabalhadores criaram novas cooperativas para racionalizar o uso dos escassos recursos disponíveis bem como para impedir o desemprego de 43 mil nicaraguenses que trabalham em cerca de 12 mil empresas.

ZIMBÁBUE DOA TRIGO PARA A ETIÓPIA

O Zimbábue tornou-se o primeiro país da África subsaariana a fornecer ajuda alimentar à Etiópia, usando parte de seus excedentes agrícolas. A doação do Zimbábue aos famintos da Etiópia alcançou 250 mil toneladas de cereais, colhidos na safra de 1985, que foi uma das maiores da história do país. A colheita total de grãos no Zimbábue alcançou no ano passado a cifra de três milhões de toneladas. A comercialização do milho atingiu níveis sem precedentes pois pela primeira vez se destinou ao mercado a produção de agricultores independentes e campões negros, cuja colheita surpreendeu até mesmo os planejadores do governo. A safra recorde de cereais aconteceu após quase três anos de intensa seca em toda a África Austral, inclusive no Zimbábue.

As agências alternativas de imprensa

A falta de condições na América Central para exercer um jornalismo livre leva os movimentos revolucionários e os setores políticos progressistas a criar seus próprios canais informativos

Com a vitória da revolução nicaraguense, em julho de 1979, e o acirramento da crise em El Salvador, a situação centro-americana passou para o primeiro plano das manchetes internacionais. A partir de então, os mais importantes meios de comunicação do mundo mantiveram um interesse vital na região: centenas de jornalistas permanecem ali ou visitam constantemente os países da área, a fim de informar com detalhes os seus respectivos públicos sobre a evolução dos acontecimentos.

Esse fenômeno foi acompanhado pelo surgimento e desenvolvimento de novos órgãos de informação centro-americanos (entre os quais se destacam agências de imprensa, rádios, publicações), que de uma maneira ou de outra são expressão das forças políticas empenhadas em estimular uma mudança social na região.

Entre outubro de 1979 e agosto de 1983, oito agências de imprensa alternativa — três guatemaltecas, três salvadorenhas, uma hondurenha e uma nicaraguense — iniciaram suas atividades, através de um permanente fluxo de notícias, análises, entrevistas e reportagens especiais sobre aspectos políticos, econômicos e militares.

Embora a maioria das agências se autodefinha como independente, fica evidente a sua simpatia por uma ou outra força política. Quase todas se esforçam, contudo, em manter um nível de objetividade e profissionalismo que lhes permita converter-se em fontes confiáveis para a opinião pública internacional.

Das oito agências, quatro têm sua sede em Manágua, três na ci-

dade do México e uma em San José, Costa Rica. Todas contam com sucursais nos Estados Unidos e definem como um de seus principais objetivos a penetração nos meios de imprensa ocidentais. Também se identificam com as propostas da Nova Ordem Informativa Internacional e têm acesso ao *pool* de agências do Movimento dos Países Não-Alinhados (ver *Guia do Terceiro Mundo*, seção dedicada à Informação: "As agências do Terceiro Mundo").

A Agência Nova Nicarágua (ANN) é, sem dúvida, a que tem maior experiência e desenvolvimento. Fundada em outubro de 1979, com uma rede de telex para a América do Norte e Europa, um Centro de Documentação computadorizado e uma equipe de cerca de 50 jornalistas, a ANN oferece um serviço informativo diário que oscila entre 40 e 50 notas, assim como um boletim econômico semanal.



As agências surgidas recentemente expressam novas forças políticas

Através da rede de comunicação da ANN, também funciona o que se denomina *Pool Centro-American* de Informação, do qual participam as oito agências. Desde 1984 vinha se estimulando a formação desse *pool* como "um projeto de cooperação mais estreita, buscando unificar os esforços de difundir a situação nos países centro-americanos", explicou o responsável pela sucursal da ANN no México, Jorge Armendáriz.

Armendáriz assinalou que embora, até o momento, o bloqueio norte-americano não tenha se traduzido em problemas de comunicação para a sua agência, não se descarta a possibilidade de interferências. No caso de uma invasão de tropas norte-americanas na Nicarágua, "as comunicações seriam as primeiras as ser rompidas" — disse Armendáriz — razão pela qual há planos alternativos para manter a estrutura funcionando".

O correspondente enfatizou que a ANN enfrenta limitações financeiras, devido à escassez de divisas que sofre a Nicarágua. A agência se propõe a diversificar a



Os povos centro-americanos defendem o direito a dar sua própria versão dos fatos

sua oferta informativa, não só quantitativa mas qualitativamente, como um esforço para buscar novas fontes de financiamento. Neste quadro se inscreve o projeto de elaboração de boletins mensais sobre a situação da mulher, os sindicatos, a igreja e os indígenas na América Central, especificou o jornalista.



A FMLN divulga reportagens sobre a luta do povo salvadorenho

74 - terceiro mundo

A experiência salvadorenha e guatemalteca

Em novembro de 1980, dois meses antes da "ofensiva geral" da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), surgiu na cidade do México a Agência Salvadorenha de Imprensa (*Salpress*). Com uma linha de telex México-Manágua, a *Salpress* distribui um serviço telegráfico diário sobre a situação em El Salvador e produz além disso um boletim centro-americano e uma revista bimestral denominada *Centroamérica en la mira*.

A agência *Notisal*, por outro lado, foi fundada em Manágua em abril de 1982. Proporciona um serviço informativo diário e publica a revista mensal *Enero 32*. De acordo com sua correspondente no México, a escritora Lilián Jiménez, *Notisal* tem convênios com países europeus e socialistas e dá ênfase especial à distribuição de reportagens de guerra sobre a luta do povo salvadorenho. O Centro de Documentação de *Notisal* em Manágua elabora folhetos monográficos sobre diferentes assuntos da realidade de El Salvador.

A terceira instância informativa salvadorenha é o *Sistema Radio Venceremos*. Embora não seja considerada uma agência de imprensa propriamente dita, o *SRV* distribui diariamente telegramas em que resume as principais informações e comentários dessa rádio, que é o porta-voz oficial da FMLN.

Até 1984, existiu, com sede em Manágua, a *Agencia Independiente de Prensa* (AIP), criada por salvadorenhos, que por diferentes razões deixou de funcionar.

Na Guatemala destaca-se a agência *Enfoque Funcional Organizado de Prensa* (*Enfoprensa*), criada em dezembro de 1981, em San José, Costa Rica, embora o seu escritório principal esteja situado no México. De acordo

com o seu diretor, Otoniel Martínez, trata-se de uma instância "não-governamental" que conta com correspondentes na América do Norte e em seis países europeus, onde difunde o seu serviço informativo diário e seus boletins semanais e mensais.

O *Servicio de Información y Análisis de Guatemala (Siag)*, fundado em outubro de 1982, com sede no México, reúne cerca de 15 jornalistas guatemaltecos que produzem, entre outros materiais, um boletim quinzenal bilíngue (espanhol e inglês) sobre a problemática centro-americana. Seu diretor, Byron Barreto, afirmou que o *Siag* "tem presença dentro da Guatemala", o que lhe permite obter informação governamental e publicar seus artigos em diversos jornais.

Por seu lado, o *Centro Exterior de Reportes Informativos sobre Guatemala (Cerigua)*, com sede em Manágua, tem como objetivo "proporcionar informação das diferentes tendências políticas que têm acesso muito limitado aos grandes meios de imprensa". Dedicase sobretudo a divulgar a informação que provém dos movimentos populares e das organizações revolucionárias.

Em Manágua a *Agencia Hondureña de Prensa (Hondupress)*, que cobre principalmente a crise política e econômica, assim como a presença de tropas norte-americanas nesse país, também tem escritórios de representação.

Também transmite informações a partir da capital nicaraguense a *Agencia de Prensa y Información Alternativa (Apia)*, de origem europeia, cujas transmissões em língua alemã são de especial interesse.

Para os analistas atentos à região centro-americana, é surpreendente a quantidade de agências de imprensa que surgiram nos últimos anos. Como assinalou um comentarista mexicano, os países "com mais agências de imprensa por habitantes do hemisfério" são Guate-



Fotos

O Sistema de Rádio Venceremos distribui diariamente telegramas nos quais são resumidos os principais comentários e informações dessa rádio, porta-voz oficial da FMLN

mala e El Salvador.

O esforço de difusão das agências tem resultados positivos no México, Nicarágua e alguns países socialistas. Em termos gerais, a grande imprensa ocidental permanece fechada para estas fontes e considera que estas agências são instâncias "da guerrilha" ou dos partidos de esquerda.

De qualquer forma, a própria criação e crescimento de agências de imprensa alternativa é um fato positivo. Esse processo surgiu como consequência do

fechamento dos espaços políticos e, portanto, da impossibilidade de exercer o direito à liberdade de informação, em grande parte da região centro-americana. Além disso, como se observa sobretudo no caso nicaraguense, as agências respondem à vontade dos povos centro-americanos de difundir a sua própria versão dos acontecimentos históricos e de disputar este direito com os grandes monopólios transnacionais da informação. (Horacio Castellanos Moya)

Comunicação

A arma radiofônica na guerra de Timor Leste

No ar há um ano, a rádio maubere funciona dentro das zonas controladas pela Fretilin e rompe o bloqueio informativo imposto pela ocupação indonésia

Depois de Alarico Fernandes ter traído a Fretilin e como ministro da Informação e Segurança Nacional ter levado todo o material de informação e rádio, a resistência do povo maubere atravessou uma dura fase, em

que as comunicações com o exterior eram deficientes. Num período de seis anos, a delegação da Fretilin no exterior estabeleceu contatos e desenvolveu esforços no sentido de estabelecer as ligações pelo rádio com as



A rádio maubere possibilitou avanços na luta da guerrilha

76 - terceiro mundo

zonas libertadas.

Em agosto de 1984, o primeiro passo foi dado: apesar de todo o bloqueio militar indonésio, a Fretilin conseguiu introduzir em Timor Leste um emissor-receptor. Colocado outro emissor-receptor no norte da Austrália, foi possível, após várias tentativas para que ambos os emissores entrassem em funcionamento, realizar a primeira transmissão em 6 de janeiro de 1985. "Hoje, iniciamos uma nova etapa de comunicação com o exterior, etapa também difícil nas duras condições de resistência contra a ocupação militar da poderosa Indonésia. Este acontecimento constitui um dos mais importantes saltos qualitativos alcançados após a reorganização da luta, em março de 1981", afirmou Xanana Gusmão, comandante-em-chefe das Falintil, por ocasião da inauguração do emissor.

Em 26 de maio do mesmo ano, uma entrevista coletiva divulgava na Austrália a existência da rádio maubere. Nos dias seguintes, grande parte dos jornais, rádio e televisão australianos dava importante destaque ao acontecimento.

"Inicialmente, a Indonésia tentou negar a existência da rádio, alegando que era impossível termos introduzido um emissor em Timor Leste", disse a *cadernos Olímpio Branco*, representante da Fretilin em Lisboa. "Eles estão tentando se apoderar da rádio, mas se conseguirem instalarem uma nova", acrescentou.

Uma batalha informativa

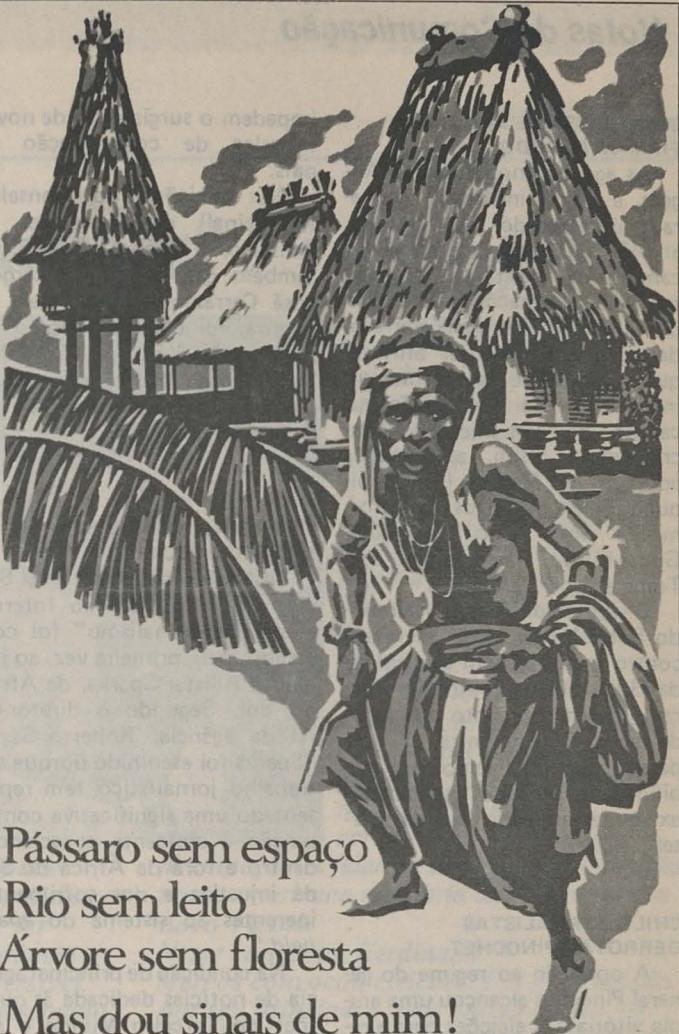
Se, por um lado, a rádio possibilitou uma melhoria considerável na recepção de informações do exterior, mais importante é, certamente, a possibilidade que agora existe de manter informada a guerrilha e a população. Até

1978, a rádio maubere emitia tanto para a Austrália (onde se encontrava a delegação da Fretelin no exterior), como em quatro línguas, três vezes por semana: português, inglês, *tetum* (língua comum dos mauberes) e em indonésio, para os soldados de Jacarta. "Neste momento — ressaltou Olímpio Branco — como as pessoas que trabalham na rádio são quadros novos e pouco experientes, uma vez que as ligações através do rádio só foram restabelecidas sete anos após a interrupção, existem ainda muitas limitações".

Apesar disso, a rádio oferece já uma vasta programação de caráter utilitário, como informações sanitárias, agrícolas, culturais etc.. Por outro lado, ela desempenha, no interior, duas importantes funções: manter a guerrilha informada, o que tem possibilitado grandes avanços, e divulgar todas as informações que chegam do exterior, através de constantes entrevistas e reportagens sobre os acontecimentos de maior interesse para a resistência. Recentemente, por exemplo, o povo maubere pôde acompanhar de perto a Conferência dos Países Não-Alinhados, tal como no exterior, via Austrália, foi possível tomar conhecimento das comemorações do 10º aniversário da independência, que aconteceram entre 28 de novembro e 7 de dezembro.

A rádio maubere é ouvida em todo o território de Timor Leste. A alteração constante das ondas de frequência tem permitido fugir um pouco às interferências indonésias que introduzem ruídos e chegam mesmo a tentar sobrepor vozes. A sintonização das emissões torna-se assim um pouco complicada, mas não as impede de serem ouvidas. As tropas indonésias tentam por todos os meios localizar o emissor-receptor existente no interior de Timor Leste, mas não foram ainda capazes de apreendê-lo. Simultaneamente, e depois de

António



**Pássaro sem espaço
Rio sem leito
Árvore sem floresta
Mas dou sinais de mim!**

ultrapassada a fase em que a Indonésia recusava terminantemente a possibilidade da Fretelin ter introduzido um emissor em Timor Leste, foi a vez das pressões junto ao governo australiano para que este impeça a existência do emissor-receptor em território australiano.

Mas a Fretelin conta na Austrália com uma opinião pública atuante. Diante da ameaça de silenciar o emissor ali situado, a resposta foi o lançamento de uma campanha de solidariedade para a coleta de fundos em apoio a rádio. Também em Portugal,

a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) lançou, recentemente, uma campanha com o mesmo objetivo sendo oferecido a todos aqueles que contribuam com mais de 500 escudos um pequeno cartaz que aqui reproduzimos, com um poema de Fernando Sylvan e ilustração do nosso colaborador, o cartunista António. Segundo a CDPM, esta campanha será "uma contribuição à Fretelin, para que realize a batalha informativa da resistência contra o silêncio imposto pela Indonésia". (Guionmar Belo Marques)

Notas de Comunicação

GUINÉ-BISSAU E ANGOLA FIRMAM ACORDO

As agências noticiosas de Angola e de Guiné-Bissau assinaram um acordo, em Luanda, através de seus diretores, no campo da assistência técnica, troca de informações e formação de quadros. Francisco Barreto, da agência guineense, afirmou que o convênio representa um incremento da cooperação no campo da comunicação, concretizando, assim, as decisões adotadas em Maputo (Moçambique), pelos ministros da Informação dos "Cinco" (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Cabo Verde).

O diretor da Angop, Raimundo Sotto-Mayor, disse que o encontro mantido com seu colega da Guiné-Bissau contribuiu "para o desenvolvimento dos laços de solidariedade entre os dois países, quando tivemos a possibilidade de avaliar as capacidades existentes em cada uma das partes".

CHILE: JORNALISTAS DERROTAM PINOCHET

A oposição ao regime do general Pinochet alcançou uma ampla vitória nas eleições para a renovação da diretoria do Colégio Nacional dos Jornalistas do Chile, que reúne profissionais da área de todo o país. Além de reeleger seu atual presidente, Ignacio González Camus, a chapa venceu em mais três dos cinco cargos da diretoria, em disputa com candidatos da democracia-cristã e de esquerda.

González Camus é redator da revista independente "Hoy" e da rádio "Chilena", do arcebispado católico de Santiago. O Colégio vem mantendo uma constante posição contrária às restrições impostas pelo governo à liberdade de imprensa e às leis que

impedem o surgimento de novos veículos de comunicação no país.

Nas eleições do Conselho (municipal) de Jornalistas de Santiago, a capital, a oposição também ganhou os 11 cargos. José Carrasco, apoiado pela esquerda, foi escolhido como representante junto ao Conselho Nacional da classe, derrotando o candidato da democracia-cristã, Octavio Neira.

IPS PREMIA JORNALISTA DA ÁFRICA DO SUL

Instituído pela InterPress Service (IPS), o "Prêmio Internacional de Jornalismo" foi concedido, pela primeira vez, ao jornalista Allister Sparks, da África do Sul. Segundo o diretor-geral da agência, Roberto Savio, "Sparks foi escolhido porque seu trabalho jornalístico tem representado uma significativa contribuição à crescente consciência, dentro e fora da África do Sul, da injustiça e dos sofrimentos inerentes ao sistema do *apartheid*".

Na condição de principal agência de notícias dedicada às questões do Terceiro Mundo e aos problemas do desenvolvimento, a IPS decidiu, depois de 21 anos, criar o "Prêmio Internacional de Jornalismo", como forma de reconhecimento ao trabalho informativo de relevo, "especialmente ao relacionado com as transformações das sociedades do Terceiro Mundo".

Roberto Savio disse que a agência escolheu o tema do *apartheid* para o primeiro ano da concessão do prêmio para "expressar nosso apoio aos esforços internacionais destinados a ajudar o povo sul-africano a libertar-se do sistema do racismo institucionalizado". E acrescentou

que o prêmio também comemora o 40º aniversário da ONU, que não só classificou o *apartheid* como um "crime contra a humanidade", como também adotou uma série de medidas que refletem o compromisso internacional para eliminar a discriminação racial.

Sparks, 52 anos, é um veterano jornalista sul-africano, ex-diretor do *Rand Daily Mail*, que deixou de circular, o jornal dos brancos mais declaradamente contrário ao racismo. Atualmente, ele é correspondente do *Washington Post* e do *The Observer*, de Londres.

TV DO PACTO ANDINO LANÇA SÉRIE INFANTIL

"Nossa América para as Crianças" é o nome de uma série de 60 programas que a televisão do Pacto Andino lançará, este ano, nos cinco países membros abordando temas históricos, música, artesanato, comidas típicas, ecologia, cidades e esportes, com indicações especialmente dirigidas ao público infantil e de alta qualidade técnica.

Os programas foram filmados em cidades e povoados da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, países que integram o Pacto. Segundo o coordenador do programa, Frederico Ehlers, do Equador, eles representam "um esforço para defender as tradições e os valores culturais de nossos povos. Com isso — asinalou — queremos redescobrir nossa própria identidade".

Essa programação infantil é um dos projetos fundamentais da televisão andina, criada pelo Pacto há cinco anos com o objetivo de promover uma maior integração no campo da comunicação.

A hora da mudança?



Ferdinand Marcos governa as Filipinas desde dezembro de 1965. Mas nos últimos tempos, seu longo reinado parece ter entrado em um processo de decadência acelerado e, aparentemente, irreversível. A ditadura é acusada de haver assassinado cerca de 600 oposicionistas por ano desde 1980; de haver permitido o enriquecimento ilícito da família Marcos, cujos bens no exterior estão calculados em 10 bilhões de dólares; de implantar o culto às personalidades do presidente e de sua mulher; de haver acumulado uma dívida externa de 30 bilhões de dólares e de condenar 30% da população do país a viver em níveis de miséria extrema.

O declínio da ditadura coincide com o aumento das manifestações populares de protesto contra o regime, particularmente importantes a partir do assassinato em 1983 do principal líder da oposição, Benigno Aquino. No início de dezembro passado, foram absolvidos os chefes militares

— entre eles o general Ver, que voltou a exercer suas funções e a atuar como o segundo homem do regime — que a opinião pública havia denunciado como responsáveis por esse assassinato.

A decisão tirou ainda mais a já pouca credibilidade da suposta democracia filipina e levou amplos setores da população a apoiar o Novo Exército Popular, movimento guerrilheiro que atua em quase todas as províncias do país. A força militar dos rebeldes cresceu tanto que muitos diplomatas

acreditados em Manila

já começam a falar de uma possível invasão norte-americana que faria das Filipinas um novo Vietnã.

Nesse contexto, Ferdinand Marcos convocou eleições. Foi pressionado por seu principal e mais antigo aliado, os Estados Unidos, que certamente preferem recorrer a uma válvula de escape dentro do contexto legal antes de se arriscarem a uma saída militar. Os oposicionistas aceitaram o desafio e se uniram em torno da viúva de Aquino, Corazón, para disputar o pleito. No entanto, muitos deles reconhecem que desconfiam das verdadeiras intenções do ditador e de que as eleições serão realmente limpas.

Essa complexa conjuntura vivida nas Filipinas é o que mostra a reportagem do escritor e jornalista indiano Claude Alvares, que esteve recentemente nesse país. Alvares também é cientista político e autor de vários livros de grande repercussão nos meios políticos asiáticos.

No Aeroporto Internacional de Manila, nosso avião se dirige para o portão de desembarque número 6. Dois números adiante fica o portão 8, local onde o senador Benigno Aquino foi assassinado a sangue frio pelos militares das Filipinas quando tentava retornar ao país após três anos de exílio nos EUA. Aquino era o único opositor que podia enfrentar Ferdinand Marcos, o homem-forte que vem mantendo o país sob o seu controle há quase 20 anos.

Em frente ao aeroporto, dois desempregados estendem as mãos para apanhar minha pequena valise e, apesar de minha recusa, persistem em oferecer sua ajuda desnecessária até que eu chego ao ponto de táxi. Têm um ar cansado de quem faz

perto do Connaught Circus de Déli, em Paris ou em Kuala Lumpur — maciças estruturas de concreto cinza-escuro, imponentes, despersonalizadas, sobrepondo-se à população humana lá embaixo, fazendo com que as pessoas pareçam ainda menores do que são.

Mas também aqui as aparências enganam: das janelas destes arranha-céus, muitas máquinas de escrever e muitos móveis de escritório foram jogados sobre a polícia que, na rua, procurava dispersar com violência um grupo de manifestantes. Em outra ocasião, nuvens de confete desceram para saudar com alegria os que se reuniam naquilo que hoje os filipinos chamam de "o Parlamento das Ruas".

Além do centro comercial de Makati, o mundo volta a ser confortavelmente caótico — e em mau estado de conservação. Os *jeepneys*, velhos jipes do exército, recondicionados e coloridos, servem de transporte à população.

"As Filipinas — diz o ex-senador José Diokno, um dos principais e mais eloquentes críticos do regime de Marcos — são um país 'independente' que não é soberano, um país 'democrático' onde o povo não é livre, um Estado que ainda não é uma nação, um país rico onde o povo é pobre."

No momento, meu interesse é descobrir o que os filipinos estão fazendo contra este deplorável estado de coisas.

Este país está sob estado de sítio há mais de uma década e, apesar da impressão que o visitante tem ao chegar nos aeroportos, nunca deixou de reagir contra tal situação. Basta haver qualquer violação de direitos ou detenção ilegal para que uma manifestação comum de protesto nas Filipinas reúna milhares de pessoas.

Há pouco tempo, mais de seis mil colegiais e universitários assinaram uma petição na qual exigiam que a Comissão de Energia Atômica das Filipinas negasse a licença de funcionamento da usina nuclear de Bataan até que fosse realizada uma audiência pública independente e justa. Mais tarde, milhares de pessoas vieram à rua para protestar contra a usina.

¹ O general Fabian Ver, principal acusado do assassinato de Benigno Aquino foi absolvido no início de dezembro de 1985 por um tribunal especial e reconduzido ao cargo de chefe do Estado Maior das forças armadas das Filipinas. O general Ver é primo e confidente de Ferdinand Marcos. O resultado do julgamento foi considerado como mais uma farsa e uma nova prepotência do regime filipino.

O "parlamento das ruas" contra a ditadura

muito esforço e come pouco; são magros, baixos, de barba por fazer, primos pobres do interior. Mas eu não tardaria a descobrir que as aparências enganam.

O chofer de táxi que me leva a um hotel da Grande Manila mostra-se perfeitamente informado quanto ao importante julgamento que está havendo na cidade, no qual ninguém menos que o general Fabian Ver, chefe das forças armadas das Filipinas, e 25 dos seus comandados são acusados de ter matado Aquino¹. Para os jornais de Manila, trata-se do "julgamento do século".

O táxi percorre a Avenida Makati, que é a Manhattan de Manila. Essas Manhattans são iguais no mundo inteiro: no Nariman Point de Bombaim,

A força da mobilização popular contra Marcos criou um poder autônomo nas ruas das Filipinas onde os enormes comícios e os sucessivos protestos acabaram por enfraquecer a ditadura

Até agora, apesar de toda esta frenética atividade política, a ditadura de Ferdinand Marcos continua a sobreviver.

Um novo xá

O consenso geral é que Marcos está de saída. É bem provável que o último escândalo de imóveis em que ele se envolveu venha a derrubá-lo. Mas também pode continuar agarrado à presidência. Se conseguiu sobreviver à fúria extraordinária desencadeada no país após o assassinato de Aquino, talvez sobreviva a tudo o mais. Porém, segundo um artigo publicado num jornal da Califórnia, Ferdinand Marcos, sua esposa Imelda e uns poucos amigos íntimos compraram imóveis nos



O enterro de Aquino (31 de agosto de 1983) foi a maior manifestação da história das Filipinas

Estados Unidos no valor de vários milhões de dólares. Quase um outro xá do Ira. A ditadura já pressentiu que não tem mais futuro, e prepara-se para fechar as portas e fugir do país.

Esta pequena nação de 7.000 ilhas (94% da população se concentram nas 11 ilhas maiores) acrescentou um novo vocabulário ao discurso político e certas inovações quanto ao exercício da democracia. Uma delas é "o Parlamento das Ruas", consequência do hábito compulsivo dos filipinos de reagirem a questões públicas ou à opressão do Estado em comícios-monstros e manifestações de protesto que, muitas vezes, assumem caráter de festa.

Em apoio a esse "Parlamento", há a "imprensa

mosquito", que funciona exatamente da maneira pela qual esse pequeno inseto atormenta entidades maiores. Alguns observadores chamam-na de "mídia alternativa"; os jornais e revistas são facilmente identificados: *We Forum*, *Malaya*, *Mr & Mrs, Veritas, Inquiry*.

Essa mídia é perfeitamente distinta da "imprensa cupincha", comandada pelos amigos íntimos de Marcos que sugam a economia à sua sombra e em sua honra. Além da imprensa "cupincha", há ne-gociantes "cupinchas" e juízes "cupinchas".

E há os grupos defensores dos direitos humanos, com um número surpreendente de siglas: Flag, Mabini, Cord, Kaakbay, Aces, Protest — a lista inteira encheria uma página. Todos acreditam em ação não-violenta e discutem a tática da desobediência civil.

Mas há também outros grupos que optaram pelas armas contra a ditadura: pertencem ao Novo Exército Popular (NEP), do qual um dos comandantes é um padre católico revolucionário chamado Conrado Balweg. Aparentemente, um novo Che Guevara assumiu o comando dos "viet-congues" da Ásia.

O crescimento do NEP levou muitos filipinos — inclusive alguns grupos que se opõem a Marcos — a temer a possibilidade de que o Partido Comunista possa tomar o poder. Esse temor é compartilhado fora das Filipinas por alguns dos governos vizinhos, especialmente pelos integrantes da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) mais ligados aos norte-americanos, como é o caso da Malásia e de Cingapura.

Sobrepondo-se a tudo isto, como uma nuvem negra no horizonte, onipresente e opressora, está a presença norte-americana, cristalizada nas duas maiores bases dos Estados Unidos no exterior: Subic e Clark.

Duas décadas no poder

Ferdinand Marcos foi eleito presidente das Filipinas em 1965. Após sua reeleição em 1971, e diante de agitações generalizadas nos meios estudantis e trabalhadores, Marcos decretou a lei marcial em 1972, impôs uma nova Constituição em 1973 e convocou um plebiscito para aprovação da lei marcial em 1976. A Igreja Católica, a voz crítica do regime, o chamou de "farsa".

Em 1981, Marcos finalmente aboliu a lei mar-

Filipinas

cial, mas adotou medidas autoritárias eficazes que consolidaram ainda mais o singular poder que ele exerce sobre a vida das Filipinas. A concessão de *habeas corpus*, suspensa há tanto tempo, já foi restaurada, mas não se aplica a nenhum detido que tenha sido acusado de delito contra a "segurança". A Suprema Corte das Filipinas acatou todas as exigências absurdas do Executivo.

Hoje, Marcos governa por decreto: pode mandar prender qualquer pessoa baseado em um Mandado de Prisão Preventiva (PDA), ou seja, por mandado pessoal. Os militares constituem seu principal ponto de apoio. Grande parte da culpa é atribuída pela opinião pública aos norte-americanos, que treinam os militares e os paramilitares, dada a importância estratégica das Filipinas para os Estados Unidos.

Agora que Marcos se tornou uma espécie de pátria internacional devido ao seu envolvimento no assassinato de Aquino, e graças aos seus tenebrosos antecedentes na área dos direitos humanos,

os norte-americanos andam à procura de uma alternativa digna de crédito, que mantenha intactas as bases norte-americanas. Enquanto isso, levam muito a sério a guerra contra os rebeldes armados do NEP.

Os super-ricos e os superpobres

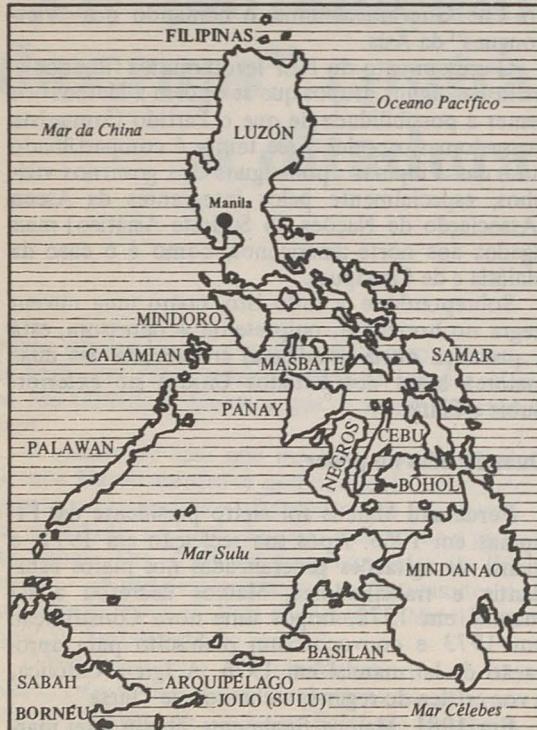
A pobreza da maioria da população, vista como coisa natural tanto pelos norte-americanos como pelo regime, aumentou nos últimos anos. Em 1971, 57% das famílias filipinas não ganhavam dinheiro suficiente para comprar um mínimo essencial de alimentos, roupas e combustível ou para pagar escolas e aluguéis de casa; em 1978, essa percentagem tinha aumentado para 83%. Por outro lado, 13% do orçamento do governo vão para as forças armadas.

Nas Filipinas, os ricos e pobres foram substituídos pelos super-ricos e superpobres. A primeira dama, Imelda Marcos, ministra de Assentamentos Humanos e governadora de Manila e da Grande Manila, diz que seu coração "sangra pelos pobres", enquanto ela e o marido depositam em suas contas pessoais nos Estados Unidos boa parte da riqueza filipina.

Os dois têm uma obsessão pelas aparências: milhões de dólares foram investidos num imponente "Centro Cardíaco" (um caríssimo hospital especializado em cirurgia do coração) e em conjuntos habitacionais que, vistos na televisão parecem ótimos, mas que, na realidade, só têm mesmo a parede de frente.

A cultura filipina é predominantemente católica romana e, portanto, possui incubada uma grande tolerância em relação ao autoritarismo. Quando a lei marcial foi declarada em 1972, o povo em geral não a desaprovou, embora 60 mil opositores políticos tivessem sido presos. Com isto, o homem-forte teve o tempo necessário para reforçar seu poder e dar ao seu trono a forma que queria.

Contudo, quando submetidos a aumentos de preços inteiramente desproporcionais às necessidades da situação, os filipinos começam a aguardar o momento de se levantarem contra a ditadura. Oportunidades sempre surgem, como já surgiram na maioria das ditaduras em todo o mundo. Nas Filipinas, uma excelente oportunidade surgiu com o assassinato de Aquino. De lá para cá, as coisas jamais voltaram a ser as mesmas.





Benigno Aquino (à direita) foi assassinado no aeroporto de Manila (foto acima) quando regressava às Filipinas com autorização de Ferdinand Marcos. O crime continua impune até hoje, embora a maioria da população culpe os militares pela eliminação do líder oposicionista moderado

Uma bala explosiva

“Ninoy”, como Aquino era chamado pelo povo, foi um dos líderes mais carismáticos das Filipinas. Bom jornalista, demonstrou ser um político igualmente eficaz. Prefeito municipal aos 23 anos de idade, foi eleito governador aos 29. Quando Marcos venceu as eleições presidenciais de 1965, derrotando fragorosamente os liberais, Aquino foi um dos poucos sobreviventes. Automaticamente, a liderança da oposição em seu país foi para suas mãos.

No dia 22 de setembro de 1972, Marcos decretou a lei marcial e prendeu Aquino, que foi acusado perante um tribunal militar, em agosto do ano seguinte, de assassinato, subversão e posse ilegal de armas de fogo. A Comissão Militar condenou-o à morte por fuzilamento em 25 de novembro de 1977.

A sentença jamais foi cumprida, mas permaneceu como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de Aquino. Em 1980, ele começou a sofrer do coração e teve um ataque cardíaco. Escreveu a Marcos, pedindo permissão para tratar-se no exte-

rior. Imelda foi visitá-lo pessoalmente, concordou com o seu desejo, e Aquino foi mandado embora às pressas das Filipinas – roupa, bagagem e família – em 24 horas.

Depois de operado, Aquino passou três anos nos EUA. Em agosto de 1983, decidiu voltar. Exortou Marcos a “ouvir a voz da consciência e da moderação”, e declarou: “Se eu morrer, paciência. Mas espero que a minha morte abra os olhos do nosso povo para a necessidade de erguer-se e lutar por si mesmo”.

A 21 de agosto, ele chegava a Manila acompanhado de uma equipe internacional de jornalistas e pessoal de televisão. Quando o avião estacionou próximo ao portão 8, três militares subiram a bordo e o levaram. Escoltado, Aquino desceu a escada do avião.

Mal o grupo tinha dado alguns passos pelo asfalto do aeroporto, o militar que vinha atrás de Aquino fuzilou-o com um tiro na cabeça. A trajetória daquela bala não parou no corpo de Aquino: irrompeu pelas entranhas da ditadura de Marcos, fazendo com que a ilegitimidade do regime explodisse como uma bomba em todo o mundo.

Filipinas



Apesar de ter sido absolvido, o general Ver é tido como o mandante do assassinato de Aquino

Os filipinos velaram o cadáver durante dez dias. O enterro, no dia 31 de agosto, durou 12 horas, das nove da manhã até as nove da noite. Foi o maior enterro jamais visto no mundo, se esquecermos a última viagem de Mahatma Gandhi em Déli em 1948. Um número sem precedentes de dois milhões de pessoas saiu às ruas.

O enterro não foi noticiado pela imprensa, e somente uma estação de rádio, a Veritas, ousou levar ao ar um comentário. Quando os filipinos finalmente enterraram Aquino, enterraram com ele todo o seu medo. A mudança era necessária e possível, seria apenas uma questão de tempo.

Os primeiros relatos provenientes do aeroporto diziam que um assassino desconhecido, Rolando Galman, era o autor do disparo. Falando no palácio presidencial, Marcos repetiu essa informação em suas declarações.

Foi um jornalista japonês, Kiyoshi Wakamiya, o primeiro a desmentir a história e a dizer ao mundo que Aquino tinha sido morto pelos próprios militares que o escoltavam. Estes tinham trazido Galman para a cena do crime e o mataram assim que a bala atravessou o cérebro de Aquino. O relato original dizia que Galman tinha matado Aquino, sendo em seguida morto pelos militares. Convenientemente demais, arranjado demais.

A forte reação provocada pelo assassinato foi espontânea e pareceu inexplicável aos olhos do ditador Marcos. A 24 de agosto de 1983, o presidente foi forçado a anunciar a formação de uma Comissão de Inquérito, chefiada pelo presidente do tribunal, Enrique Fernando, e tendo como membros quatro outros juízes aposentados. (Convidado, o cardeal Jaime Sin recusou, como também haviam recusado dois outros eminentes juristas.)

A opinião pública, porém, não aceitou a Comissão: processos foram abertos contra ela na própria Suprema Corte, uma vez que o próprio Fernando já havia feito declarações segundo as quais Galman teria assassinado Aquino. Um mês depois, a Comissão demitiu-se em massa.

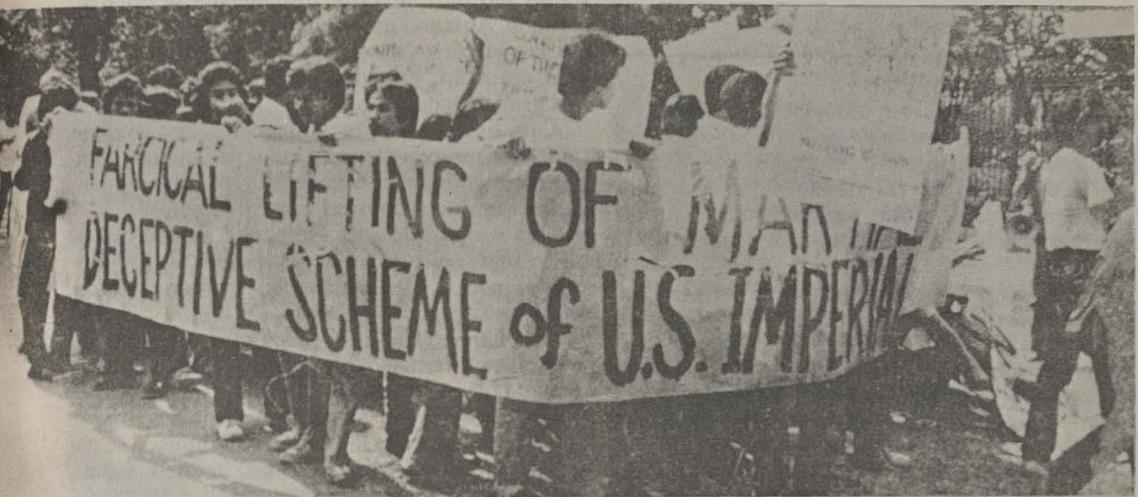
Marcos não teve outra alternativa senão designar uma nova e independente Comissão de Inquérito, a qual foi anunciada por ele a 14 de outubro de 1983. A nova Comissão seria chefiada pela juíza Corazón Agrava, auxiliada por quatro eminentes cidadãos e advogados filipinos. Passou 11 meses numa minuciosa investigação de "um passado coberto de culpas" e chegou à conclusão unânime de que os militares, e não Galman, tinham sido responsáveis pelo assassinato de Aquino.

Mas, houve uma divergência entre a presidente da Comissão e os quatro membros no tocante a uma questão crucial. Enquanto os quatro membros incluíam o general Ver, das forças armadas das Filipinas, na lista de acusados, Agrava absolveu o general de qualquer culpa.

Diante de tal conclusão, Marcos pouco podia fazer além de submeter o processo a julgamento. Passando por cima dos tribunais militares, escolheu uma corte especializada em casos de suborno, o Sandigan bayan, para processar os acusados. O juiz que a presidia era Manuel R. Pamaran, conhecido como "o enforcador" em virtude da liberalidade com que anuncia penas de morte, ajudado por dois juízes assistentes.

A reviravolta

O tribunal estava superlotado no dia em que eu consegui assistir aos trabalhos. O recinto, profusamente iluminado, estava cheio de equipes de TV e de inúmeros jornalistas estrangeiros. Todos esperavam pacientemente que algo fora do comum acontecesse, que surgissem indícios novos e substanciais. Mas a maioria das testemunhas simples-



“O parlamento das ruas” vincula a ditadura Marcos com os interesses estratégicos norte-americanos

Gamma/Liaison

mente repetiu os depoimentos anteriormente prestados à Comissão Agrava. Algumas começavam a mostrar-se hostis.

A reviravolta percebida no depoimento de algumas testemunhas importantes levou o *Malaya* a indagar se não se estava planejando arquivar o processo de assassinato. Primeiro, os membros da Comissão Agrava tinham-se recusado a prestar depoimentos durante o julgamento; em seguida, certos jornalistas alteraram seus depoimentos; e finalmente quatro guardas de segurança do aeroporto e um empregado da *Philippine Airlines* desapareceram.

Além disto, a família Galman recusou-se a testemunhar, uma vez que os acusados estavam apenas sob a custódia de seus comandantes, e não na cadeia. E o presidente Marcos veio com uma declaração de que o general Ver seria reconduzido ao seu cargo, caso o tribunal o julgasse inocente — uma “deixa” suficientemente clara para quem mais tivesse de prestar declarações no caso. Pouco depois, o general Ver foi declarado “inocente” e voltou a ocupar as suas antigas funções.

Tanto a família Galman quanto Corazón Aquino já haviam declarado publicamente que o suspeito número um é Ferdinand Marcos. "Simplesmente teremos de esperar até o fim do regime", disse a viúva. "Só então a verdade poderá vir à tona".

E o que aconteceu com a fúria do povo, com os comícios, com as manifestações de protesto? Cristalizaram-se em torno de um ponto só: o pedido de renúncia de Marcos. Mas logo a exigência evaporou-se, quando os poderosos grupos econô-

“A esquerda ignorou as áreas urbanas”



Cresce a candidatura da oposição e com isso o temor de uma fraude

□ O crescimento da candidatura de Corazón Aquino e a possibilidade cada vez maior de uma vitória da oposição na eleição presidencial de 7 de fevereiro vêm atemorizando o ditador Ferdinand Marcos, que passou a usar um tom ameaçador em seus pronunciamentos e discursos eleitorais.

Marcos tem acusado Corazón de ser perigosamente ingênuo e ligado aos comunistas. Segundo ele, essa aliança poderia levar o país a uma guerra civil, caso Corazón saísse vitoriosa do pleito. Num discurso dirigido a três mil pessoas de um vilarejo popular nos arredores de Manila, Ferdinand Marcos declarou-se cansado depois de 20 anos como presidente, mas disse que ainda não chegou a hora de se aposentar.

Em almoço oferecido a cerca de mil empresários filipinos e estrangeiros, em Manila, Corazón Aquino afirmou que durante os 20 anos que Marcos está no poder as Filipinas passaram de segundo país asiático em crescimento econômico (depois do Japão) para primeiro em pobreza e violações das liberdades individuais. Lembrou que atualmente a dívida externa do país é de 26 bilhões de dólares e propôs a busca de "condições mais equitativas junto aos credores".

Corazón apresentou, também, os pontos básicos de seu programa de recuperação econômica, que inclui o fim dos monopólios agrícolas e da excessiva intervenção do Estado no setor privado. Quanto à guerrilha do Novo Exército do Povo (NEP), braço armado do proscrito Partido Comunista, que segundo Marcos apóia sua candidatura, Corazón manifestou sua crença de que as motivações do movimento estão mais ligadas às atuais condições de miséria do povo do que a convicções ideológicas.

Os temores de fraude e golpe

Para o irmão de Benigno Aquino, o líder social-democrata Butz Aquino, as Filipinas atraíram um momento extremamente complexo onde um desfecho de guerra civil, ou simplesmente violento, não pode ser descartado. Porém o perigo

não estaria — como Marcos pretende apresentar na sua campanha eleitoral — no papel dos grupos revolucionários. Para Butz Aquino o risco é a fraude eleitoral, que já se tornou um hábito nas eleições promovidas por Ferdinand Marcos. Uma fraude poderia provocar no povo uma frustração tão profunda que dificilmente se evitaria, segundo Aquino, uma rebelião popular de grandes proporções. Nesse caso, o NEP entraria também em ação, criando-se assim um quadro de luta generalizada.

Com os antecedentes conhecidos, essa conjuntura seria um convite para um golpe militar, com a consequente derrubada de Marcos, que não poderia assumir o seu novo "mandato".

Para a oposição está claro que mesmo que o pleito seja fraudado e Marcos reeleito, os Estados Unidos não o condenarão nem abandonarão os seus interesses nas Filipinas.

O subsecretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, Richard Armitage, abriu o jogo e foi claro a respeito. Para ele, Marcos procurará obter maior ajuda norte-americana para garantir a segurança interna das Filipinas, se as eleições forem fraudadas. Mas, mesmo assim, Washington não deverá dar as costas à sua ex-colônia, onde estão localizadas suas duas maiores bases militares no Pacífico.

O senador Salvador Laurel, companheiro de chapa de Corazón, conclamou a população a fiscalizar as urnas para evitar a fraude. Admitiu, porém, que essa tarefa não será fácil, tendo em vista a violenta polícia do país e a poderosa máquina eleitoral que há mais de 20 anos permite a Marcos declarar-se "reeleito" de tempos em tempos.

Segundo Hecherson Alvarez, presidente do Movimento Ninoy Aquino ("Ninoy" era o apelido de Benigno Aquino), a campanha eleitoral da oposição se faz também por meios pouco convencionais, como, por exemplo, através do telefone. Essa foi uma das maneiras encontradas para enfrentar Ferdinand Marcos, que tem o controle quase absoluto dos meios de comunicação. "O governo domina inteiramente a televisão e quase a totalidade dos jornais, enquanto a oposição tem acesso apenas a 15% das rádios", afirmou Alvarez. Ele disse também que a oposição se sente muito confortada pelo fato da imprensa do mundo em geral estar acompanhando com muita atenção a campanha eleitoral filipina e estar enviando correspondentes para assistirem passo a passo ao desenvolvimento do pleito. O apoio dos meios de comunicação internacionais poderia ser um instrumento muito eficaz no desmascaramento da eventual fraude que estivesse sendo montada.

micos que se opunham ao ditador começaram a examinar o que aconteceria após o afastamento de Marcos: ninguém, e muito menos eles, os grandes empresários, teriam o controle completo do poder. Quanto à esquerda filipina, também não se mostrou à altura da situação: continuou a preocupar-se com a "revolução no campo", ignorando a arena urbana do engajamento político aberto.

Assim, após o ímpeto inicial contra Marcos, os movimentos de protesto caíram na rotina, com as manifestações assumindo um ar de ritual. Não havia qualquer organização política capaz de capitalizar as consequências maciças do assassinato e liderar a rebelião.

Mais uma divisão

As eleições de maio de 1984 para o Batasan (Parlamento) filipino provocaram mais uma divisão entre os políticos da oposição. Alguns radicais lançaram uma campanha de boicote contra as eleições, qualificando-as de uma "fraude". Mas, para dar alento a essas campanhas, quase sempre é necessário algo mais do que espasmos de emoção fácil. As eleições foram realizadas e a oposição conquistou várias cadeiras no Parlamento.

Era exatamente o tipo de situação que convinha a Marcos. A presença da oposição no Batasan "provava" que as eleições tinham sido genuínas. Na verdade, certos comentaristas alegam que Mar-

Marcos no início cedeu, mas depois reprimiu os protestos



A economia entrou em recessão e o desemprego disparou

cos permitiu a vitória de alguns candidatos da oposição. Hoje, o Batasan é uma entidade impotente, que pouco se presta à tarefa gigantesca de desmontar as estruturas do regime autoritário. Marcos pode fechá-lo se descobrir que ele está tramando alguma coisa. E, o que é mais importante, pode legislar por decreto, mesmo com o Batasan funcionando.

Imediatamente após o assassinato, o regime tinha adotado uma cautelosa política de "máxima tolerância", permitindo que os protestos em massa se esgotassem, concedendo julgamentos e comissões e ignorando as ferroadas da mídia alternativa. Semanas após as eleições, porém, o regime voltou a mostrar-se severo: ativistas foram sequestrados e executados, trabalhadores em greve foram atacados, e a imprensa sofreu pressões sob a forma de processos por calúnia que exigiam fabulosas quantias de indenização.

Mas a repressão não voltou a ser tão dura como antes. Marcos conseguiu em parte superar os revezes de 1983 e não quer agora deixar o barco naufragar. Resta saber como vai proceder depois das eleições presidenciais: se o pleito será limpo e se, no caso da oposição ganhar, as regras do jogo democrático serão realmente respeitadas. (Claude Alvarés, *Third World Network*). ●

A poderosa presença militar norte-americana pode levar a uma intervenção se os Estados Unidos consideram que seus interesses estão ameaçados

A crise pode gerar um novo Vietnã

A medida que a oposição filipina intensifica seus ataques contra o presidente Marcos, a presença e a atuação dos Estados Unidos no país tornam-se cada vez mais ameaçadoras. Os programas militares das Filipinas são vigiados e supervisionados de perto pelo establishment da defesa norte-americana e a assistência militar ao regime de Marcos aumentou substancialmente após a decretação da lei marcial em 1972.

O objetivo dos Estados Unidos é, basicamente, garantir a preservação dos seus interesses econômicos e políticos na região. Em 1972, 60% dos investimentos norte-americanos no Sudeste Asiático estavam localizados nas Filipinas.

Igualmente importante é a localização estratégica desse país ao longo da rota comercial normalmente utilizada pelos Estados Unidos e pelo Japão para o transporte de matérias-primas, especialmente o petróleo do Oriente Médio.

As bases militares geram controvérsias

A base naval de Subic e a base Clark, da força aérea, são os elos concretos mais importantes entre os Estados Unidos e as Filipinas. Em 1944, pouco antes dos EUA retomarem o país ocupado pelos japoneses, Washington impôs ao governo filipino um acordo segundo o qual os norte-americanos conservariam suas bases como condição para o reconhecimento da independência filipina. Segundo o ex-senador José Diokno, o acordo já nasceu ilegal pois não chegou a ser submetido ao referendo popular.

Hoje, grande parte da população filipina vê na existência dessas bases uma afronta à soberania do seu país. Elas privam as Filipinas de 100 mil hectares de terra, embora o governo receba um aluguel de cerca de 250 milhões de dólares pelo espaço ocupado. Em troca de tamanha generosidade, as Filipinas são hoje um alvo provável em qualquer confronto nuclear entre as superpotências. As cidadezinhas improvisadas em torno das bases torna-

Jorge Arbach





Os guerrilheiros do NEP contam com um apoio crescente na população civil, e inclusive com a ajuda de crianças

ram-se centros para a transferência de certas tecnologias norte-americanas muito conhecidas: prostituição, vício, jogo e contrabando.

O protesto contra as bases, porém, está longe de ser unânime. Um dos principais obstáculos à unidade da oposição é a questão de se as bases devem continuar no país ou simplesmente serem expulsas de lá. Enquanto a maioria dos políticos conservadores de direita, agrupados em torno do Conselho da Aliança Nacional (NAC) gostaria de ver as bases ficarem onde estão, pelo menos até a época da negociação (1993), os partidários do Grupo do Convênio (CG), formado por Corazón Aquino, exigem que as bases sejam desmontadas o mais depressa possível.

Afora as bases, a maioria dos filipinos ainda conserva uma impressão positiva dos Estados Unidos, que é o ponto de destino da maioria dos emigrantes do país. Além disso, os filipinos mais ricos receiam o comunismo e o socialismo, alimentados que foram com uma dieta exclusiva de livros de estudo produzidos nos EUA. Para granjear respeitabilidade, todo político tem de passar pelo ritual de convencer o público de que Washington o aceita. E quando a Casa Branca começou a distanciar-se do regime de Marcos, a novidade teve um maior impacto sobre a legitimidade do regime do que 100 comícios de rua.

O avanço do NEP

Num ponto importante, porém, os norte-americanos mostram-se plenamente satisfeitos com o desempenho de Ferdinand Marcos: a luta que vem travando contra o Novo Exército Popular (NEP). No momento, o NEP é a maior ameaça à ditadura: seus planos para o país são firmes e de grande alcance.

No passado, o NEP era composto exclusivamente de revolucionários comunistas proscritos pela ditadura; hoje reúne todo e qualquer opositor do regime que deseje combatê-lo pelas armas. Entre os seus comandantes, há alguns padres católicos. Além de Conrado Balweg, há o frei Frank Hernández, chefe de um grupo que assaltou um banco e conseguiu escapar levando uma elevada quantia em dinheiro.

Um número crescente de pessoas vem-se aliando ao NEP: segundo *Foreign Affairs*, o movimento guerrilheiro hoje opera em 62 das 73 províncias do país. (Algumas províncias já são governadas pelo Novo Exército Popular.)

A tardia descoberta da enorme força desse movimento, feita pelo governo Reagan, levou à criação de uma Força-Tarefa Mista composta de "especialistas" da CIA, do Departamento de Estado, do Pentágono, do Departamento do Tesouro e do Serviço de Pesquisas do Congresso dos EUA, todos

Filipinas



Com 20 mil membros, o NEP já controla 40 mil aldeias e poderá dominar em breve 750 municípios das Filipinas

bem informados sobre as Filipinas, que atualmente procuram elaborar uma política destinada a conter o maciço avanço revolucionário.

Autoridades norte-americanas reconhecem que o NEP exerce sua influência sobre 40.000 lugares e cidades das Filipinas, com um total de mais de 20.000 membros. Há pouco tempo, a cidade natal do presidente e a da primeira dama foram alvos de ataques do NEP.

Marie Sison, líder do Partido Comunista das Filipinas, descreveu a situação da prisão em que se encontra: "Ao ritmo em que o NEP vem acumulando forças, brevemente exercerá controle ou influência sobre a metade dos 1.500 municípios do país, e não terá dificuldades em concentrar companhias e até mesmo batalhões para dizimar unidades do exército em quase toda parte das Filipinas. No momento, o NEP é capaz de exterminar ou desarmar pelotões inteiros do exército em várias regiões do país. No estágio estratégico de igualdade de forças, a aniquilação de companhias ou batalhões inimigos em operações isoladas será um fato comum. O NEP repetidamente invadirá grandes cidades, capitais de província e cidades pequenas para exterminar ou desarmar unidades do exército".

Os integrantes do NEP são revolucionários no

melhor sentido, decididos e dedicados e não esqueceram as lições das derrotas comunistas do passado, quando na década de 50 estiveram prestes a tomar o poder. Ao contrário do regime de Marcos, eles não recebem qualquer tipo de ajuda externa. E, o que é mais importante, defendem uma ideologia tipicamente filipina, inspirada numa tradição de resistência armada à opressão. Se declaram firmemente nacionalistas em primeiro lugar e marxistas em segundo.

Atualmente os norte-americanos começam a chegar ao campo de batalha, primeiro com assessores e depois com soldados. Tudo está sendo preparado para um novo Vietnã. "Acho que o governo dos Estados Unidos, especialmente com Reagan na Casa Branca, não hesitaria em intervir diretamente nas Filipinas se achasse que o Novo Exército Popular está prestes a tomar o governo", diz José Diokno.

Oprimidos durante mais de uma década pela ditadura de Marcos, os filipinos devem agora mostrar-se dispostos a aceitar e sofrer as consequências de uma grande guerra civil, na qual ambos os lados estarão decididos a vencer, dada a importância de tudo o que está em jogo. (C.A.)

Um padre na guerrilha

Quando criança, Jaime Salazar sonhava em vir a ser um missionário no estrangeiro. Hoje, com 41 anos de idade, é um sacerdote guerrilheiro pertencente aos quadros do Novo Exército Popular (NEP), no qual luta contra o regime do presidente Ferdinand Marcos.

Salazar (um pseudônimo) não vê qualquer contradição entre as suas convicções religiosas e as atividades do NEP. "Meu primeiro compromisso é servir ao povo", afirma.

Para ele, entre a maioria dos filipinos ligados à ação social e à defesa dos direitos civis desenvolvida pela igreja aumenta cada vez mais o número dos que abandonam as tradicionais políticas de oposição e assumem métodos revolucionários para ajudar na transformação da sociedade.

O sacerdote fala tranquilamente da sua gradual conversão na batalha contra "o regime

de Marcos e dos Estados Unidos". Quando se ordenou em 1972, começou a dar aulas para estudantes, "a maioria camponeses. As eleições nada tinham a ver com eles".

Nesse mesmo ano, membros do movimento "Cristãos pela Libertação Nacional" (CLN), um grupo clandestino de eclesiásticos, o convidaram a trabalhar com os camponeses, sob o argumento de que "se você quer realmente conhecer o povo, deve viver com ele". A partir daí, sua vida mudou.

Salazar foi trabalhar numa comunidade de agricultores que lutavam pela reforma agrária. No campo – diz ele – não havia alimentos e nem o mínimo de conforto. Seu ativo apoio em defesa da reforma agrária, resultou em sua prisão em 1972, com outros camponeses, acusado de "subversão", sob a lei marcial imposta por Ferdinand Marcos na época.

Na prisão, somente sua fé cristã o manteve enquanto ouvia os gritos de dor dos companheiros torturados. Foi lá que ele conheceu membros do NEP e da Frente Democrática Nacional (FDN), a maior coligação política do país que atua com o Partido Comunista das Filipinas (PCF) e a guerrilha.

Liberiado em 1973, prosseguiu em seus trabalhos de ação social em outra comunidade e participou ativamente da luta clandestina, "ajudando a libertar prisioneiros por meios não-convencionais". No mesmo ano, uniu-se ao grupo dos "Cristãos pela Libertação Nacional" e ficou clandestino por três anos.

Ao explicar sua participação numa célula guerrilheira do NEP, Salazar diz que "escolher ser do NEP é uma alternativa dos membros do CLN". Até agora, 12 sacerdotes fazem parte do movimento armado.

Depois de três anos no Novo Exército Popular, Salazar começou seu trabalho em Luzon, a maior ilha das Filipinas, onde está Manila, a capital. E declara: "Os guerrilheiros estão prontos para atuar em Manila, mas é preciso que isso aconteça em todos os lugares. Se nos precipitarmos em um lugar apenas, os militares podem nos atingir novamente".

Em uma década de atuação, o NEP – segundo assinala o sacerdote – aprendeu várias lições em regiões onde era muito ativo, lições muito dolorosas nas quais foi atingido, com graves perdas humanas, como em Samar, Bicol e Mindanao.

Para Salazar, se vencer em seu país uma revolução nos moldes da realizada na Nicarágua, a igreja sofrerá uma divisão: "Um setor ficará contra o movimento popular e o outro se aliará às forças revolucionárias". (Brennon Jones)



Muitos cristãos aderiram ao Novo Exército Popular

A militarização do governo filipino implantou no país um dos regimes mais arbitrários e violentos da Ásia

A violência diária contra a oposição

No ano passado, em Manila, 20 jornalistas filipinos redigiram com sangue um manifesto numa demonstração pública de protesto contra a matança cada vez mais frequente de profissionais da imprensa. Numa praça da cidade, diante de uma multidão de milhares de pessoas, os jornalistas usaram facas para fazer um corte nos braços e assinaram o manifesto num enorme cartaz.

Não lhes faltava motivo para um gesto tão dramático. Pelo menos 22 jornalistas filipinos foram assassinados desde 1979, 12 dos quais no ano passado.

Em carta aberta ao presidente Marcos, 500 jornalistas e 30 órgãos da imprensa disseram que muitas das vítimas tinham sido assassinadas por soldados ou "capangas" em virtude de denúncias e críticas que haviam publicado.

O assassinato de jornalistas que criticam o governo, bem como de advogados progressistas e outros profissionais é um dos aspectos mais notórios da violação dos direitos humanos nas Filipinas.

Hoje, as Filipinas são formalmente uma "democracia": há um Batasan (Parlamento) eleito e um Poder Judiciário que, por vezes, já deu a entender que pode não estar disposto a ceder a todas as exigências do Executivo. O regime continua a negar sua responsabilidade pelos crimes. Nas oficinas de *We Forum*, jornal que faz críticas a Marcos, as impressoras foram apreendidas e levaram mais de oito semanas para serem devolvidas aos donos, a contar do dia em que a Suprema Corte ordenou sua devolução.

Apesar de advertências em contrário, não encontrei a presença ostensiva de militares nas ruas

92 - terceiro mundo

de Manila nem sinais de regime autoritário; a oposição é tolerada e é possível fazer ataques diretos à pessoa do presidente.

Quando a Comissão Internacional de Juristas (CIJ) enviou uma equipe de três dos seus membros, em 1983, para investigar violações e abusos contra direitos humanos, o regime recebeu-a respeitosamente, embora um relatório anterior da CIJ, emitido em 1977, houvesse acusado severa-

Der Spiegel



O exército controla de perto a população do interior

mente o regime pela repressão desencadeada durante a vigência da lei marcial. O segundo relatório da CIJ, intitulado "Filipinas: Direitos Humanos Após a Lei Marcial", que agora vem à luz, também é bastante severo.

A Comissão registra o fato de ter apurado abusos generalizados contra os direitos humanos por parte de militares e das forças de segurança, inclusive execuções extra-judiciais, massacres, prisões arbitrárias e torturas. Não apenas os suspeitos de participarem da guerrilha são eliminados por tais meios, como também cidadãos comuns da população civil.

O relatório da CIJ documenta ainda ameaças contra editores e tentativas de cercear a liberdade da imprensa, mas também observa a existência de publicações contrárias ao regime, as quais são lar-

gamente distribuídas nas Filipinas. Registra igualmente o fato de que grupos legais de assistência, como o Grupo de Assistência Jurídica Gratuita (Flag - ver Quadro), a Força Tarefa pró-Detentos (TFD) e outros continuam a funcionar livremente.

Mas o relatório acrescenta:

"Apesar da suspensão da lei marcial em 1981, inúmeros dispositivos da lei indicam claramente que as Filipinas continuam sendo uma ditadura, e não a forma democrática de governo que o presidente Marcos alega querer proteger. A Emenda nº 6 à Constituição de 1973 (adotada em 1976, durante o regime da lei marcial) permite ao presidente Marcos emitir decretos e cartas de instrução que passam a fazer parte da legislação do país. O presidente Marcos vem usando livremente desse direito de legislar. Já emitiu mais de 900 decretos, ordens e cartas de instrução. Seu poder de emitir decretos foi respaldado pela Suprema Corte.

"As ressalvas constitucionais e nos termos das

Normas dos Tribunais, no tocante a prisões e detenções, têm sido completamente ignoradas pelos decretos presidenciais. Qualquer pessoa pode ser mantida presa por tempo indefinido sob o chamado Mandado de Detenção Preventiva assinado pelo presidente, sem meio de obter reparação judicial, ainda que sua detenção dure anos. O alegado restabelecimento do *habeas corpus* tem efeito apenas nominal, uma vez que não se aplica a pessoas detidas por uma série de 'delitos contra a segurança'."

'Cortar as asas dos comunistas'

O relatório da CIJ atribui muitos dos abusos contra os direitos humanos e o terrorismo que vem sendo praticado contra a população do país à crescente militarização da sociedade filipina.

Mas trata-se de uma análise superficial das origens dessa violência. Ao contrário de outros países, as Filipinas criaram seus militares especificamente para a defesa interna: nas palavras do general Dou-



Sete mil pessoas morreram desde 1974 em choques do exército contra efetivos do movimento guerrilheiro NEP

Filipinas

glas MacArthur, "para cortar as asas dos comunistas".

Foi sob o comando de Ramon Magsaysay que os militares passaram a desempenhar funções não-militares e sócio-econômicas, inclusive repovoamento de terras e o policiamento ativo dos processos eleitorais. O próprio Magsaysay atuava sob o controle e a direção do major Edward Lansdale, da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos. (É interessante observar que o chamado "Prêmio Nobel" asiático tem o nome de Prêmio Magsaysay.)

Em 1958, um novo programa militar e sócio-econômico já havia sido estabelecido com a ajuda dos norte-americanos, mas só foi posto em prática no primeiro ano da presidência de Ferdinand Marcos, em 1965-66.

O próprio Marcos foi bastante explícito quanto à integração dos militares com objetivos mais amplos de desenvolvimento nacional. Em seu primeiro discurso de prestação de contas à nação, ele declarou: "As forças armadas das Filipinas, com o seu pessoal, material e equipamento, aliado à sua coesão organizacional e à sua disciplina, têm um tremendo potencial como participantes no desenvolvimento econômico, potencial este que deve ser explorado ao máximo. Essa participação torna-se imperiosa quando se considera que o problema que o país enfrenta é sócio-econômico, e não militar, e que os recursos disponíveis para resolvê-lo são escassos e limitados".

Em poucos anos, os militares já prestavam apoio infra-estrutural em projetos locais de desenvolvimento, coisa que até então tinha estado restrita aos governos civis locais.

A justificativa para aumentar ainda mais as forças armadas surgiu no auge da rebelião de estudantes no início da década de 70. Em conjunto, os norte-americanos (através de um programa da Usaid) e o governo filipino treinaram uma força paramilitar de seis mil homens para conter os protestos dos estudantes.

Quando a lei marcial foi decretada em 1972, os militares já estavam em condições de assumir o controle absoluto de importantes setores da sociedade filipina, inclusive os meios de comunicação de massa, os serviços de utilidade pública e indústrias como a siderurgia. Inúmeros programas locais de desenvolvimento passaram a ser confiados às forças armadas. Elas passaram a ser as principais

beneficiárias do regime, cumprindo a dupla tarefa de combater a oposição não-comunista e promover objetivos nacionais de crescimento econômico desenfreado através de vinculações com as transnacionais. Não admira por isso que, ao invés de mero instrumento, os militares logo passassem a ser vistos como o modelo daquilo que a nova sociedade filipina deveria ser.

Como foi dito em um dos estudos da época: "A capacidade dos militares de 'governar e impor obediência' era vista como 'o primeiro novo princípio da Nova Sociedade: uma raça de homens capazes não apenas de governar os outros, como também de governar a si próprios'. Assim, a disciplina, a contenção, a centralização do poder a outros aspectos da tradicional ideologia militar viriam a constituir a pedra fundamental da Nova Sociedade de Marcos".

Portanto, a militarização buscava não simplesmente impor o medo e o silêncio ao povo filipino, mas também transformar a consciência do povo de modo a adaptá-la ao regime autoritário. O exército preparou vários programas especiais de treinamento de cidadãos, especialmente destinados aos jovens, para incitá-los a agir como "os principais propagadores da Revolução Democrática" e da Nova Sociedade do sr. e da sra. Ferdinand Marcos. Para completar, haveria marchas e mensagens gravadas do presidente e da primeira dama.

É apenas natural pressupor — e o relatório da CIJ o documenta em detalhe — que aqueles que não concordassem com a "nova visão" deveriam estar dispostos a serem considerados como parte dos "custos humanos e sociais" da militarização.

Como diz José Diokno: "Cerca de 15 mil pessoas tiveram morte violenta em meu país em 1974, talvez a metade desse número em virtude de conflitos entre os militares e as forças rebeldes ou dissidentes. Mas, no mesmo ano, cerca de 46 mil pessoas morreram de pneumonia; 31 mil morreram de tuberculose; 15 mil, de avitaminose e outras formas de insuficiência alimentar; e 12 mil de tumores malignos. Todas morreram de causas que podiam ter sido evitadas ou sanadas. No entanto, naquele ano o governo filipino gastou somente 3 dólares per cápita em serviços de saúde, em comparação com os 8 dólares per cápita com as forças armadas. A moral da história é simples: as armas matam de várias maneiras diferentes". (C.A.)

Assassinatos e torturas

■ No dia 16 de julho de 1985, o advogado Crisóstomo Cailing, membro do Grupo de Assistência Jurídica Gratuita (Flag), foi morto a tiros, na sua casa, por indivíduos não-identificados. Mas tudo leva a crer que o crime tenha sido obra de militares filipinos ou de grupos que contam com o apoio deles. Cailing foi o quarto integrante do Flag assassinado ou dado como "desaparecido" desde 1977.

Para José Diokno, presidente do Flag, a maior e mais antiga organização de defesa dos direitos humanos das Filipinas, "o assassinato de Cailing demonstra claramente o desprezo dos militares e do governo pelos direitos humanos, pelas leis do país e pela administração da justiça nas Filipinas". Diokno, ex-ministro da Justiça e ex-senador, é hoje um dos principais adversários do governo de Ferdinand Marcos.

Criado por Diokno em 1974, dois anos depois da decretação da lei marcial no país, o Flag é uma associação de advogados que abrange todas as regiões das Filipinas e que presta assistência jurídica gratuita a pessoas e comunidades pobres, bem como a presos políticos e outras vítimas da opressão dos militares e do governo. O próprio Diokno esteve preso durante dois anos, no início da década de 70. Ao ser libertado, resolveu fundar o Flag.

Vários crimes

São muitos os crimes cometidos contra advogados pertencentes ao Flag, muitos deles incluídos na "Ordem de Combate", uma espécie de lista negra feita pelos militares.

Em 1977, o advogado Hermon Lagman foi visto, pela última vez, numa esquina da Grande Manila. Até agora seu paradeiro é desconhecido. Em setembro de 1984, Zorro C. Aguilera foi morto a tiros. A 2 de abril de 85, Ramraflo R. Taojo foi também assassinado a tiros, em sua casa, por membros — ao que se acredita — de uma unidade paramilitar que atua sob a proteção das forças armadas.

A Força-Tarefa pró-Detentos (TFD), outro respeitado grupo de defesa dos direitos humanos no país, calcula que apenas na ilha de Mindanao ocorreram 191 execuções extra-judiciais, 126 mortes em massacres coletivos e 74 desaparecimentos de pessoas, todos atribuídos às forças do governo, nos primeiros nove meses de 1983.

Além disso, a TFD revelou, em março de 1984, que quatro crianças morreram no "centro de aldeamento" de Zamboanga del Norte, criado em novembro de 1983. Consta que as causas da morte dessas crianças foram as más condições sanitárias do "aldeamento".

Várias organizações internacionais visitaram as Filipinas para investigar denúncias sobre violações dos direitos humanos, entre elas a Comissão Internacional de Juristas (CIJ) e a Anistia Internacional (AI). Relatório da CIJ, publicado em 1984, cita muitos casos de assassinatos e torturas. Entre eles, o de Pedro Segura, de 24 anos, detido em outubro de 83 como suspeito de ter assassinado um policial, pelo simples fato de possuir uma motocicleta semelhante à que teria sido utilizada no crime. Três dias depois da prisão, seu corpo foi encontrado amarrado e mutilado.

Num apelo a advogados estrangeiros para protestarem contra o estado de coisas em seu país, dirigentes da oposição enfatizam que a não ser que se faça uma campanha internacional e se tomem providências mais energicas, a situação do país continuará como está. (Rajesh Abraham)



Centenas de assassinatos, execuções extra-judiciais e desaparecimentos de pessoas são atribuídos às forças do governo, segundo a Força-Tarefa pró-Detentos (TFD), um grupo de defesa dos direitos humanos

Humor

VOCÊS MEXICANOS SUBESTIMAM
OS PERIGOS DA AMÉRICA CENTRAL...



E IGNORAM A SÉRIA AMEAÇA QUE
SE COLOCA PARA NOSSA SEGURANÇA



NÃO ESQUEÇA QUE NÓS ESTAMOS ENTRE
VOCÊS E A AMÉRICA CENTRAL



AHA! ENTÃO VOCÊ ADMITE
ISSO, NÃO É?!!



WASSERMAN

Angola, terra da liberdade.



Saída de Luanda:

• sábados às 15 h

Saída do Rio de Janeiro:

• domingos às 10 h

Telefone (RIO): 262-8110



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.



BANERJ
NA CABEÇA

BANERJ
As coisas estão mudando.